

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A DIFUSÃO DO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA EM GRUPOS
ESCOLARES SERGIPANOS (1934-1961)**

Anne Emílie Souza de Almeida

**São Cristóvão - Sergipe
2009**

Dissertação de Mestrado

Anne Emilie Souza de Almeida

**A DIFUSÃO DO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA EM GRUPOS
ESCOLARES SERGIPANOS (1934-1961)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Profº Drº Miguel André Berger.

São Cristovão - Sergipe
2009

**A DIFUSÃO DO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA EM GRUPOS
ESCOLARES SERGIPANOS (1934-1960)**

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
14 DE ABRIL DE 2009.**

Prof. Dr. Miguel André Berger – UFS (orientador)

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro – UFPB

Prof. Dr. Jorge Carvalho Nascimento – UFS

Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira – UFS (Suplente)

*Tomar decisões difíceis é o
que separa o comandante do
soldado. Certas ou não elas
nos fazem lembrar que
somos livres para decidir.
(Autor desconhecido)*

AGRADECIMENTOS

“Posso, tudo posso Naquele que me fortalece, nada e ninguém do mundo vai me fazer desistir, vou perseguir tudo Aquilo que Deus já escolheu para mim, vou insistir e mesmo nas marcas daquela dor, do que ficou vou me lembrar e realizar o sonho mais lindo que Deus já sonhou” (Celina Borges)

A estrofe dessa música me faz recordar que com Deus somos mais que vencedores, por isso toda a minha gratidão a Ele por ter me mostrado de maneira concreta que não escolhe os capacitados, mas capacitam os escolhidos.

Quero estender os meus agradecimentos às pessoas mais importantes da minha vida e que foram fonte de sustentação durante o mestrado, os meus pais, Murilo Augusto e Marací. Obrigada por sempre terem me dado forças durante essa caminhada. À minha mãe, que enquanto eu chorava diante dos desafios apresentados pelo mestrado, procurava enxugar as minhas lágrimas, dando-me incentivo para lutar.

Aos meus irmãos Jullie Caroline e Felipe Otávio que diante de diversas obrigações, procuravam me entender e me faziam rir com os seus comentários: “Você vai endoidar!” “Poxa, Mille pare de estudar!”, “Posso, usar um pouquinho o computador?”, “Vá dormir, isso é hora de estudar?”

As minhas tias Sidná e Marivalda que perderam várias noites orando por mim, intercedendo à Deus para que Ele me desse forças para terminar mais uma etapa da minha vida. Aos meus tios Mirola e Ana por me acolherem na casa deles quando eu precisava ir à Propriá realizar as minhas pesquisas.

Ao meu noivo, Manoel Fernando (Nelito), que sempre buscou compreender os momentos de ausências e me acolheu com todo o seu amor, buscando me descontraír com a sua simples presença e com o seu olhar de carinho.

A ajuda fornecida por Conceição e Robério que entenderam a minha situação escolar, hoje comemoro mais uma vitória graças a vocês!

A Tasso Ricardo e à família de Antônio Carlos Cabral, pela ajuda fornecida no início do mestrado.

A CAPES pelo apoio financeiro

A todos os meus professores da graduação, em especial, a professora Wilma Porto, que despertou em mim o sentido da dedicação para estudo.

Não encontro palavras suficientes para agradecer ao meu orientador professor Drº Miguel Berger, que desde 2004, tem sido o meu pai-do-saber me conduzindo, com

muita paciência, nos caminhos da pesquisa. Ao professor Drº Jorge Carvalho do Nascimento e à professora Drª Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, que desde as disciplinas cursadas no mestrado teceram críticas e orientações pertinentes para a concretização deste trabalho.

Ao professor Drº Antônio Pinheiro por aceitar o convite para participar da Banca de Defesa.

Quero agradecer a todos os professores que contribuíram para a minha formação: Drº Paulo Neves, Drª Sônia Meire, Drª Maria Helena, Drº Antônio Carlos, Drª Maria Inez e a Drª Eva Maria Siqueira Alves.

Não posso deixar de agradecer a todos os meus colegas de turma que mesmo diante de tantos obstáculos, procuravam se divertir em momentos de conversas e descontração. À colega de mestrado Solyane Lima que me aturava, praticamente todos os dias, quando eu ligava para desabafar as minhas angústias e frustrações e ao colega Damião que me ajudou a “entrar” no arquivo da Escola Estadual “Gumercindo Bessa”, contribuindo para a realização da minha pesquisa.

Aos funcionários do NPGED/UFS, nas pessoas do Sr. Edson e Geovânia que atendiam aos meus pedidos com dedicação e paciência. Quero agradecer também aos funcionários da Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea e do Arquivo Público do Estado.

Não posso deixar de agradecer aqueles que me forneceram informações relevantes para minha pesquisa à Srª. Maria Célia Santana (in memoriam) e ao Sr. Ciro Batista do Amaral que se tornou um amigo durante a entrevista.

Muita fonte de alegria para mim, foram as amigas Manu, Alice, Carol, Lene e Ana, que mesmo distantes, sempre torceram por mim e invocaram a Deus para que tudo desse certo.

A Igor Freitas que se preocupou com a arte do meu trabalho elaborando as capas de cada capítulo e a João Amaral Junior que me ajudou a fazer os slides para a defesa do mestrado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Comunidade Católica Força Jovem que em muitos momentos, aturou as minhas caras feias devido às minhas preocupações e angústias. À irmã Tatiana Sales que colaborou comigo durante essa pesquisa, dividindo comigo as alegrias das etapas conquistadas.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURA.....	i
LISTA DE QUADROS	ii
LISTA DE FIGURAS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO I

A Pedagogia da Escola Nova e sua contribuição para a renovação educacional	18
1.1- As mudanças epistemológicas no processo de escolarização	18
1.2- O surgimento da Associação Brasileira de Educação, os Renovadores da Educação e as disputas dentro da Associação.....	25
1.3- A difusão do ideário escolanovista em Sergipe: O contexto educacional sergipano e o campo pedagógico	35

CAPÍTULO II

“Sentinelas” da educação: A função dos inspetores nos grupos escolares sergipanos e a difusão dos princípios escolanovistas	57
2.1- Os regulamentos e as funções dos inspetores.....	58
2.2- O trabalho da inspeção no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”.....	66
2.3- A inspeção no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”	73
2.4- A inspeção no Grupo Escolar “Manuel Luís ”	81

CAPÍTULO III

As Reuniões Pedagógicas: Difusão e apropriação do ideário escolanovista no cotidiano dos grupos escolares sergipanos	90
3.1- A regulamentações das reuniões pedagógicas nos grupos escolares em Sergipe	92
3.2- As Reuniões Pedagógicas no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”	94
3.3 - As Reuniões Pedagógicas no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”: momento de discussão e organização do estabelecimento primário	102

3.4- A propagação dos assuntos escolanovistas nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	147

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ASE – Associação Sergipana de Educação

BPED – Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea

APES – Arquivo Público Estado de Sergipe

IHGS – Instituto Histórico Geográfico de Sergipe

UFS – Universidade Federal de Sergipe

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Situação Educacional Sergipana	37
QUADRO 2- Temas tratados nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”	96
QUADRO 3- Relação de temas discutidos nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”	104
QUADRO 4- Relação de temas discutidos nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Sergipe	07
Figura 2- Acima Grupo Escolar “Manuel Luís”. Fonte: Acervo particular de Magno Santos. Ao lado Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. Fonte: Acervo particular de Magno Santos. Abaixo Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”. Fonte: Acervo particular de Miguel Berger.....	17
Figura 3- Circular expedido pela Associação Brasileira de Educação para o Presidente do Estado	27
Figura 4 - Acima imagem do Inspetor Gumercindo Ferreira Batista. Fonte: Acervo particular de Ciro Batista do Amaral. Ao lado direito Boletim de Inspeção de Elisabeth Novaes. Fonte: APES E 3 01. Abaixo Cópia do Termo de Inspeção de José Alencar Cardoso. Fonte: APES E 6 1155. Ao lado imagem do Inspetor Carvalho Déda. Fonte: Caderno de Memórias de Sergipe, personalidades sergipanas: Carvalho Déda. In: Jornal Correio de Sergipe, 18 de maio de 2008	56
Figura 5 - Capas dos Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas dos Grupos Escolares “Manuel Luis”; “ João Fernandes de Brito ”. Fonte: Escolas Estaduais “ Manuel Luis” ; “João Fernandes de Brito”	89
Figura 6- - Fotografia da Reunião Pedagógica realizada em 1944.....	91

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de difusão do ideário da Escola Nova no cotidiano dos grupos escolares sergipanos, o ano de 1934 até o ano de 1960. Pautando-se na perspectiva da Nova História Cultural, buscou respaldo teórico nas obras de Lourenço Filho, Marta Carvalho, Zaia Brandão, Clarice Nunes. As fontes de pesquisa para esse estudo foram os termos de visita e os boletins de inspeção, atas das reuniões pedagógicas, jornais, legislação, entrevistas. Os grupos escolares selecionados para o referido estudo foi o Grupo Escolar “Dr. Manoel Luís”, “João Fernandes de Brito” e o “Gumerindo Bessa”. O ideário escolanovista foi difundido nos cursos de formação de professores, no trabalho dos inspetores escolares e nas reuniões pedagógicas realizadas no cotidiano dos grupos escolares, procedimento estabelecido no Regulamento nº. 262, de outubro de 1945, documento normatizador da Instrução Pública sergipana. Nesse processo de difusão teve destaque o papel de vários intelectuais como Helvécio de Andrade, Rocha Lima, Nunes Mendonça e Acrísio Cruz.

Palavras-chave: Escola Nova; Grupo Escolar; Inspetor Escolar; reuniões pedagógicas.

ABSTRACT

The present study has as its objective analyzing the process of diffusion of the “ideário” of the New School in the daily of school groups from Sergipe, from 1934 until the year of 1960. Based on the perspective of New Cultural History, it searched theoretical endorsement in the workmanships of Lourenço Filho, Marta Carvalho, Zaia Brandão and Clarice Nunes. The sources of research for this study had been the terms of visit and the bulletins of inspection, acts of the pedagogical meetings, periodicals, legislation, amongst other sources. The school groups chosen for the related study were the School Group “Dr. Manoel Luis”, “João Fernandes de Brito” and the “Gumerindo Bessa”. The “escolanovista ideário” was spread out in the courses of formation of teachers, in the work of school overseers and in pedagogical meetings in daily of school groups, a procedure established in the Regulation 262, of October of 1945, a ruling document of the Public Instruction from Sergipe. From this process of diffusion it had protruded the work of some intellectuals as Helvécio de Andrade, Rocha Lima, Nunes Mendonça and Acrísio Cruz.

Word-keys: New School; school group; school overseer; pedagogical meetings.

INTRODUÇÃO

A pesquisa referente aos Grupos Escolares tem despertado cada vez mais o interesse dos estudiosos da História da Educação; alguns desses estudos fundamentam-se nos princípios da Nova História Cultural. Antes do surgimento deste paradigma, os estudos históricos estavam pautados na perspectiva positivista ou marxista; por conseguinte, com a mudança de paradigma, a maneira de abordar o passado foi modificada¹.

De uma história política, de relatos e fixação nos personagens/eventos políticos para uma história social, de inspiração marxista, a História também muda a partir da escola dos Annales, quando a valorização do cotidiano, da história vinda de baixo, dos operários, das mulheres, das crianças, etc., amplia as fronteiras do conhecimento histórico, abre espaços, multiplica objetos e problemas de pesquisa (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 418).

Diante disso, podemos afirmar que tudo que é produzido e utilizado pelo homem torna-se História. Quando alguém se debruça sobre um estudo relativo a um acontecimento passado, este deixa de ser um simples acontecimento e passa a ser um fato histórico.

A pesquisa histórica é uma maneira de compreender um ato que aconteceu em um determinado período. A mesma não tem a pretensão de estabelecer leis, mas “tem por fim, tornar inteligível o processo histórico e que esta inteligibilidade conduza ao reconhecimento da regularidade da evolução histórica” (LE GOFF, 1997, p. 44-45).

Com a nova perspectiva histórica introduzida pela Nova História Cultural, que estuda a “produção dos sentidos sobre o mundo construído pelos homens do passado, sinaliza para uma compreensão dos diferentes processos educativos e escolares” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 418).

É sabido – e isso se repete a todo momento na literatura histórico educacional de nossos dias – que a história da educação anterior aos anos de 1970 e 1980 preocupava-se sobretudo com o dever a ser da educação, representado pelas idéias pedagógicas, pelas propostas que

¹ Apesar de Peter Burke (2005) afirmar que os marxistas haviam realizado estudos históricos culturais, estes se voltavam para uma relação da cultura e sociedade na perspectiva econômica. Castanho (2006) destaca que os marxistas não comentavam os aspectos culturais, posteriormente com as obras de Gramsci, George Lukács e dos teóricos da Escola de Frankfurt a área cultural passou a ser interesse dos teóricos marxistas.

pedagogos e pensadores apresentavam à educação [...]. Além disso essa história da educação [...] preocupava-se com a normatividade [...]. Não havia a preocupação com as práticas escolares, isto é no cotidiano da escola (CASTANHO, 2006, p. 155-156)

A História da Educação, “preocupada com o estudo no tempo e no espaço de um determinado fenômeno educativo” (CASTANHO, 2006, p. 159), auxilia na compreensão das práticas escolares, pois permite que se estude o cotidiano da escola enfocando diferentes temáticas como história das disciplinas, história da educação nos impressos, história das idéias pedagógicas, história das práticas educativas escolares e não-escolares, história das instituições, entre outras (STEPHANOU; BASTOS, 2005).

No tocante à história das instituições, mais especificamente, das instituições primárias denominadas grupos escolares², Fátima de Souza e Faria Filho (2006) afirmam que o interesse pelo estudo sobre os Grupos Escolares no Brasil tem crescido paulatinamente. A maioria desses estudos refere-se à sua gênese e ao cotidiano das escolas durante o período da sua instalação estendendo-se até os anos 30 do século XX.

A pesquisa sobre os Grupos Escolares relaciona-se a dois tipos de produção: “a primeira revela o caráter acentuadamente regional dos estudos e uma grande preocupação com as origens, isto é, o momento da implantação dessa modalidade da escola primária em cada estado resultando, dessa maneira, num grande privilégio ao período relacionado à Primeira República”. E, na segunda, “encontram-se os estudos de natureza monográfica voltados para uma história institucional focalizando uma escola ou um grupo de escolas” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 22).

Dentre os trabalhos que retratam as culturas e as práticas escolares dos grupos escolares, encontram-se os de autoria de Rosa de Fátima Souza (1998), de Luciano Mendes Faria Filho (2000a) e de Antônio Pinheiro (2002)

Souza (1998) relata o processo de instalação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo – primeiro a implantar o sistema de escola graduada no Brasil. A autora

² Os grupos escolares foram instituições criadas para desenvolver o ensino primário, com o intuito de substituir as cadeiras isoladas, as quais também desenvolviam o ensino primário em espaços alugados ou nas casas dos professores. Durante a Primeira República, este tipo de ensino, localizado nas casas dos professores, foi considerado inadequado, pois os republicanos defendiam que o ensino devia desenvolver-se em espaços adequados que atendessem os princípios higienistas. Tendo como modelo as escolas graduadas da Europa, surgem no Brasil as instituições denominadas grupos escolares. O grupo escolar era organizado em um único edifício, onde eram instaladas diversas salas com classes homogêneas, coordenadas por um professor e dirigida por uma pessoa (SOUZA, 1998).

estabelece uma comparação entre as escolas graduadas instituídas na Europa e nos Estados Unidos com os Grupos Escolares criados no Brasil, destacando as influências desses primeiros lugares na instrução primária brasileira.

Utilizando como fonte primária os relatórios dos inspetores e dos diretores, Faria Filho (2000a) retrata como, no período da Primeira República, ocorreu a reforma da instrução primária no Estado de Minas Gerais e de que forma se deu o processo de instalação dos Grupos Escolares nesse Estado. Faria Filho (2000a) relata que a Instrução Pública se apropriou da organização do trabalho fabril – no que concerne à racionalização, ao controle dos funcionários e à disciplina – para implantá-la nas escolas públicas primárias.

Outro estudo que merece destaque é o de Antônio Pinheiro (2002) que retrata a mudança da organização escolar primária na Paraíba. A obra consiste na explanação sobre dois períodos no ensino das primeiras letras: o período das cadeiras isoladas e o período dos Grupos Escolares.

Além dos trabalhos realizados por pesquisadores de vários Estados (VIDAL, 2006), em Sergipe existem alguns estudos referentes a grupos escolares e à instrução primária no período da Primeira República. Dentre eles, há os trabalhos de Maria Madalena da Silva Cruz (2002), Crislaine Azevedo (2003), Wladimir Santos (2004), Magno Francisco Santos (2005), Miguel André Berger (2005) e Jorge Carvalho do Nascimento (2006).

Os quatro primeiros autores fizeram um estudo monográfico. O primeiro trabalho demonstra a trajetória do grupo escolar “Coelho e Campos”, localizado no interior de Sergipe. O texto desse estudo foi dividido em três capítulos. De acordo com Maria Madalena Cruz (2002), o primeiro capítulo relatou o surgimento do Grupo Escolar “Coelho e Campos” na cidade de Capela; o segundo capítulo denotou a atuação do Grupo com o surgimento do Colégio Imaculada Conceição; no terceiro capítulo, a autora analisou as práticas pedagógicas. No anexo do seu texto, apresentou-nos fontes históricas sobre o Grupo: atas, entrevistas e documentos.

Crislaine Azevedo (2003) analisou as instalações do Grupo Escolar “General Siqueira”, “Barão de Maroim”, “General Valladão”, “Manoel Luiz” e “José Augusto Ferraz”, localizados na capital sergipana, no período de 1911 a 1930. A autora não se

limitou somente às origens, objetivou também analisar as finalidades da instalação dos “Templos do Saber”³ e verificar se os propósitos dessas instituições foram alcançados.

Tanto Magno dos Santos (2005) como Wladimir Silva dos Santos (2004) estudaram o Grupo Escolar Barão de Maroim. Wladimir dos Santos (2004) fez um trabalho de transcrição e de edição sobre o livro de registros e de correspondências do Grupo Escolar Barão de Maroim. Seu trabalho serve como fonte para outros estudos que apresentem como objeto os Grupos Escolares ou outras temáticas da História da Educação.

O trabalho de Wladimir Silva dos Santos (2004) foi uma das fontes para o estudo de Magno Francisco Jesus dos Santos (2005); o mesmo buscou compreender o espaço do Grupo Escolar Barão de Maroim revelando as suas variadas funções⁴ no edifício da escola, e os discursos presentes no espaço arquitetônico do grupo. O marco temporal deste trabalho foi o ano de 1917, momento em que se inaugurou o grupo, até 1950, período este em que deixou de existir o Grupo Escolar Barão de Maroim. Porém, Magno Santos (2005) denota que este marco foi “extrapolado em discussões a respeito da dinamicidade do espaço escolar, refletindo sobre o espaço estudado entre 1860 e o ano de 2000” (SANTOS, 2005, p. 98).

Miguel André Berger⁵ fez um mapeamento dos Grupos Escolares implantados no período do governo de Graccho Cardoso⁶; o pesquisador analisou o cotidiano desses estabelecimentos de ensino envolvendo as festas de inaugurações; a atuação da direção e do corpo docente; as festas cívicas; a prática pedagógica; as atividades escolares e o estilo arquitetônico destes prédios.

³ Termo utilizado por Crislaine de Azevedo na sua monografia “**Nos majestosos templos da sabedoria: a implantação dos Grupos Escolares em Aracaju** Monografia (Licenciatura em História). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.”. A autora relata que esse termo estava presente nos discursos dos jornais e que os Grupos Escolares eram vistos com tanta importância que foram comparados aos templos da igreja e as professoras eram tidas como sacerdotisas.

⁴ Durante algum tempo, o edifício do Grupo Escolar Barão de Maroim abrigou algumas escolas isoladas, aulas da Liga Sergipense contra o analfabetismo e a Faculdade de Direito, depois dele ter sido extinto.

⁵ Este trabalho faz parte de uma pesquisa intitulada “A Instrução Pública em Sergipe: a trajetória dos grupos escolares (1922-1926)”. Muitos artigos referentes a essa pesquisa foram publicados em anais de congressos e periódicos como: BERGER, Miguel André. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade** – Analisando a trajetória dos Grupos Escolares. Relatório apresentado a FAP-SE. São Cristóvão, 2006.

⁶ Presidente do Estado de Sergipe (1922-1926). Reformou a instrução do Estado inaugurando Grupos Escolares tanto na Capital como no interior, especificamente nas cidades de Estância, Propriá, Boquim, Simão Dias, São Cristóvão, Lagarto, Capela, Neópolis.

Outro trabalho que discorreu sobre a implantação dos Grupos Escolares de Sergipe é de autoria de Jorge Carvalho do Nascimento⁷ (2006). O autor demonstrou como o Estado de São Paulo foi modelo de ensino, o qual foi assumido por políticos e educadores do Estado de Sergipe; relatou sobre o questionamento colocado pela população no que concerne aos procedimentos metodológicos adotados pelos grupos. E, por fim, o autor discutiu a formação cívica nas primeiras décadas de funcionamento dos grupos.

A maioria dos trabalhos sobre os grupos escolares em Sergipe datam até a década de 30 do século XX, exceto o trabalho de Magno Santos (2005). Com este trabalho pretendo analisar o grupo escolar no processo de difusão do ideário da Escola Nova, entre meados da década de 30 até o ano de 1961, descrever as práticas educativas desenvolvidas pelos inspetores escolares que tinham como incumbência orientar os professores segundo os preceitos desse ideário, além de analisar as reuniões pedagógicas como uma alternativa de formação e difusão dos princípios escolanovistas.

Em Sergipe, há somente um único estudo que retrata o processo de difusão e concretização da Escola Nova, em uma das instituições voltadas para a formação de professores – a Escola Normal “Rui Barbosa”. Este é o trabalho de Luzia Cristina Brito (2001), que abordou as mudanças da legislação e como essas mudanças foram difundidas no cotidiano da Escola Normal “Rui Barbosa”.

Estudar o processo de difusão dos princípios da Escola Nova nos ajuda a compreender até que ponto as idéias que eram discutidas nas políticas educacionais interferiam no cotidiano dos Grupos Escolares. Simultaneamente, analisar as reuniões pedagógicas que eram realizadas nos Grupos Escolares de Sergipe e os trabalhos de inspeção possibilita compreender o modo como os professores se apropriaram das idéias dos intelectuais educacionais, além de favorecer a observação das resistências por parte dos agentes dos grupos escolares no que concerne à aceitação dos princípios da Pedagogia Ativa⁸ defendidos pelos integrantes da ABE.

⁷NASCIMENTO, Jorge Carvalho. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. VIDAL, Diana G. (org). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas-SP: Mercado Letras, 2006.p. 153-171.

⁸ De acordo com Eliane Peres (2005), um dos propagandistas da pedagogia da Escola Ativa foi Adolphe Ferrière. A Pedagogia Ativa baseava-se na “autonomia dos educandos, na atividade espontânea, no autogoverno, na individualidade e nos métodos ativos” (PERES, 2005, p. 122). Todas essas idéias estavam inseridas na Escola Nova. As concepções presentes da Pedagogia Ativa também foram defendidas por outros teóricos como Dewey; este tinha a concepção de que o método ativo seria um meio para que a criança aprendesse os conhecimentos através das experiências vivenciadas por ela.

O interesse pelo tema surgiu durante o curso de graduação em Pedagogia, quando fui bolsista da FAP-SE, e atuei no projeto que analisava a implantação dos grupos escolares criados durante o governo de Graccho Cardoso (1922-1926). Durante a pesquisa, encontrei fontes como as cópias das atas de reuniões pedagógicas dos grupos escolares; algumas dessas atas abordavam assuntos que remetiam aos princípios da Escola Nova. Por isso, tive o interesse de analisar o processo de difusão dos princípios da Escola Nova nos grupos escolares.

Esta é uma pesquisa de natureza histórica; o campo escolhido foram os Grupos Escolares: “Gumercindo Bessa”⁹, “Manuel Luís”¹⁰ e “João Fernandes de Brito”¹¹, localizados, respectivamente, nas cidades de Estância¹², Aracaju¹³ e Propriá¹⁴.

⁹ Foi o primeiro grupo inaugurado no Governo de Graccho Cardoso (1922-1926), no dia 09 de maio de 1923, por meio de um decreto nº 802, de 19 de abril de 1923, ficava localizado na praça principal da cidade de Estância. Atualmente este espaço é ocupado pela DR e o grupo passou a funcionar em outro edifício (Berger, 2006).

¹⁰ O Grupo Manuel Luís foi inaugurado em maio de 1924, estando situado na Avenida Pedro Calazans, em Aracaju. Para a sua construção foi expedido um decreto em 19 de julho de 1923, desapropriando algumas propriedades. Atualmente funciona a Escola Estadual Manuel Luís (Berger, 2006).

¹¹ O Grupo João Fernandes de Brito foi criado 02 de abril de 1925, próximo a duas praças mais importantes da cidade de Propriá. No dias atuais, no edifício do grupo, funciona a Escola Estadual João Fernandes de Brito (Berger, 2006).

¹² França e Graça nos conta que as terras onde é localizada a cidade de Estância pertenciam a Diogo de Quadros e Antônio Guedes, as quais estavam abandonadas. Com o objetivo de criar gado e de fazer morada neste lugar, Pedro Homem da Costa e Pedro Alves pediram as terras aos seus referidos donos. Diante disso, foi concedido Sesmaria, através de uma carta assinada pelo capitão-mor, João Mendes, no dia 16 de setembro de 1621. Estância teve o seu surgimento com a povoação de Santa Luzia. A primeira atividade econômica deste município foi a pecuária, por isso o nome ser Estância, que significava fazenda de gado. Em meados do século XVIII, Estância possuía uma intensa movimentação mercantil, nela havia engenhos que comercializava o açúcar, além das fazendas de gado e um bom aporte portuário, tornando-se, assim uma das cidades preferidas para moradia. “Todos esses motivos levaram a ser requerida a transferência da sede da Vila para Estância, o que após 120 anos foi concedido através do decreto de 25/10/1831, tornando juntamente com Laranjeiras, os centros urbanos mais prósperos e atuantes da província e posteriormente em 04/05/1948, foi elevada a categoria de cidade, a mais comerciante e populosa de Sergipe” (FRANÇA; GRAÇA, 2000, p. 30)

¹³ Aracaju tornou-se cidade e capital de Sergipe no dia 17 de março de 1855, antes a capital de Sergipe era a cidade de São Cristovão. A capital foi transferida durante a atuação do presidente Joaquim Inácio Barbosa, um dos motivos da mudança foi que em São Cristovão não havia uma estrutura portuária para escoar os produtos sergipanos. Na década de 90 do século XIV, Aracaju tornou-se o principal centro urbano de Sergipe, atraindo várias pessoas de outras cidades sergipanas (REVISTA CINFORM MUNICÍPIOS, 2002)

¹⁴ Propriá é considerada como uma cidade ribeirinha, pelo fato dela se encontrar próximo as margens de Rio São Francisco. As terras onde se localiza a cidade ade Propriá era uma sesmaria pertencente a Cristovão de Barros, ele ofereceu essas terras ao seu filho Antônio Cardoso de Barros no dia 09 de abril de 1590, a sesmaria, depois foi doada para Pedro Abreu de Lima que juntou outras terras e deu o nome de Urubu. Neste lugar foi fundado um núcleo de catequese pelos jesuítas. Em 1718 foi elevada a categoria de freguesia passando a denominar Santo Antônio de Urubu de baixo. No ano de 1800 a freguesia possuía um dos centros comerciais mais prósperos do Baixo São Francisco, com isso em 1801 foi elevada a categoria de Vila Nova, recebendo o nome de Comarca de Propriá e no dia 21 de fevereiro de 1866 recebeu a categoria de cidade. No início do século XX Propriá possuía lojas, fábricas têxteis, usinas de arroz, uma viação, Férron Federal Leste Brasileiro, agencias bancárias, rodovias. No ano de 1931 Propriá assumiu a liderança do comércio atacadista do Baixo São Francisco (SERGIPE, 1982).



Figura 1: Mapa de Sergipe. Fonte: www.googlemaps.com

A opção por esses grupos deve-se ao fato de, além de eles serem criados no governo de Graccho Cardoso, localizavam-se geograficamente em pontos distantes de Sergipe, o que permite verificar como os trabalhos e as práticas escolares se deram em diferentes regiões do estado sergipano.

PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Um dos procedimentos fundamentais para a pesquisa é a datação. “Datar é uma das tarefas fundamentais do historiador, mas deve fazer-se acompanhar de outra manipulação necessária da duração – a periodização – para que a datação se torne historicamente pensável”; além do que “a datação é o principal instrumento da inteligibilidade das mudanças significativas” (LE GOFF, 2003, 47). Diante disso, uma das tarefas do pesquisador é definir o período no qual ele se propõe a investigar um determinado acontecimento.

O recorte temporal ou a datação desse trabalho delimita-se do ano de 1934 até o ano de 1961, uma vez que no ano de 1934 foi inaugurada a Associação Sergipana de Educação, por meio de intelectuais que apoiavam o uso dos procedimentos metodológicos de educação da Escola Nova, passando pelo ano de 1945 em que foram regulamentadas em Sergipe as atividades do corpo docente e administrativo dos grupos

escolares através do decreto de nº 262 de 31 de outubro de 1945, o qual determinava a realização das reuniões pedagógicas.

O recorte final de 1961 foi considerado por entender que, cerca de trinta anos de inspeção e quinze anos de realização das reuniões pedagógicas, seria possível analisar como esses meios de difusão aconteceram nos grupos escolares; além disso, com a lei 4024/61, as funções de fiscalização e inspeção das escolas exercidas pelos inspetores, no que concerne aos métodos pedagógicos, já vinham perdendo sentido, desde a criação de um novo cargo de diretor. Em alguns momentos, este recorte é extrapolado nas discussões devido à necessidade de se fazer um contraponto das regras normativas da instrução pública do período analisado com as leis anteriores como a de 1931¹⁵ que instituiu o uso dos métodos da Pedagogia Ativa.

Além da datação, o pesquisador que tem a pretensão de analisar algum fenômeno do passado deve possuir um arcabouço teórico que proporcione uma competência necessária à compreensão da realidade. Para uma melhor apreensão do assunto, fiz uma revisão bibliográfica, optando pelas obras de Marta de Carvalho (1998), Zaia Brandão (1999) e Clarice Nunes (2000), dentre outros. Clarice Nunes (2000) retrata a Associação Brasileira da Educação e as mudanças da política educacional a partir da análise da vida de Anísio Teixeira.

Marta Maria Chagas de Carvalho (1998) desmistifica a idéia de que os membros da ABE agiam desinteressadamente, concepção essa elaborada por Fernando de Azevedo. A autora mostra que, dentro da Associação, havia grupos divergentes (liberais, católicos, marxistas), os quais queriam a hegemonia no universo educacional. A obra de Zaia Brandão (1999) é uma prosopografia, ou seja, a autora faz um estudo biográfico dos grupos de intelectuais que atuaram na Associação Brasileira de Educação. No referido estudo, a autora utilizou as memórias de Paschoal Lemme para retratar a trajetória da Escola Nova.

As obras de John Dewey, “Vida e Educação” (1978), e Kilpatrick, “Educação para uma civilização em mudança” (1978), são trabalhos que demonstram o conceito de educação, o qual foi apropriado pelos defensores do ideário escolanovista. Em “Vida e Educação” (1978), obra traduzida por Anísio Teixeira, Dewey (1978) comenta sobre a

¹⁵ SERGIPE. Decreto de nº 25 de 03 de fevereiro de 1931. APES: Leis e Decretos. Caixa nº 06.

sua teoria da experiência. Consoante Dewey (1978), a experiência seria uma relação entre dois elementos que se alteram até um determinado ponto transformando assim, a realidade.

O ponto principal da idéia de John Dewey (1978) é que o ser humano é livre a partir do momento que ele sabe o que se pretende obter e isto denomina uma forma de experiência democrática. De acordo com Kilpatrick, três aspectos fundamentam a democracia:

[...] a de que cada indivíduo deve figurar como uma pessoa e assim ser tratado. Em segundo lugar, o mundo, suas instituições, seus recursos, são do homem e existem para o homem, para desenvolvê-lo exprimir-se de tal forma que da própria expressão, resulte simultaneamente o desenvolvimento e a expressão de todos juntos. Nenhum homem capaz deverá ficar a margem (KILPATRICK, 1978, p. 28).

Para ambos os autores, a democracia tem que ser praticada e experimentada pelos alunos. Se a sociedade é democrática, a escola precisa desenvolver elementos da democracia para que os alunos estejam constantemente vivenciando, experimentando e aprendendo. Para eles, não existe uma separação entre a educação e a vida social, isto é, a educação não prepara o indivíduo para viver, mas ela está educando ao mesmo tempo em que se está vivendo e refletindo sobre as experiências.

“A educação como processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso das novas experiências educativas” (DEWEY, 1978, p. 17). Por isso, a educação vincula-se de maneira direta à vida. Aquela tem como finalidade melhorar, por meio da inteligência, as experiências vivenciadas.

Adolphe Ferrière também foi um dos teóricos que fundou os princípios da Educação Nova e da Escola Ativa. O trabalho de Eliane Peres (2005) ajuda a compreender que Ferrière era contrário à maneira que a escola desenvolvia os seus trabalhos; para este teórico os profissionais da educação não conhecia de maneira profunda a natureza infantil e, conseqüentemente, não havia prática de ensino que despertasse o interesse da criança.

Ferrière, ao referir-se à Escola Ativa [...] dizia que se tratava de um movimento de reação contra o que subsistia de medieval na escola, contra a sua incompreensão radical daquilo que constitui o fundo e a essência da natureza da criança, ou, em outras palavras, era aplicação das leis da psicologia à educação das crianças. Insistia neste aspecto em suas obras, frisando que a Escola Ativa não era um método como tantos outros, mas aplicação das leis da psicologia genética à educação (PERES, 2005, p. 120)

De acordo com Eliane Peres (2005), Adolphe Ferrière tinha o intuito de estabelecer uma nova ordem social, através da escola; para ele a sociedade seria transformada por meio da educação. As idéias deste teórico foram apropriadas pelos educadores brasileiros quando as suas obras foram traduzidas para o Português.

Ele se tornou conhecido por ter sido o redator dos trinta pontos da Escola Nova, os quais são mais conhecidos como “As características da Escola Nova”. Em tais características predominavam temas como: As disciplinas Trabalhos Manuais, Educação Física, o uso das excursões como prática da aprendizagem, o ensino baseado nos interesses das crianças, para isso, o professor além de ter o domínio dos conteúdos, devia ser um especialista do desenvolvimento infantil.

Afirmava que o “novo” professor deveria, entre outras coisas, ter autonomia pedagógica, dominar a ciência da infância, ser um observador tenaz, ser um provocador e condutor da espontaneidade das crianças, descobrir e despertar o interesse infantil, “ser contido” e não se antecipar às necessidades e interesses das crianças. Sintetizando: um profundo conhecedor da alma ‘humana’ (PERES, 2005, p. 121)

As obras citadas fornecem subsídios para trabalhar com as fontes encontradas. O uso das mesmas exige certos cuidados por parte do pesquisador: ele nunca deve trabalhar somente com uma única fonte, é necessária a utilização de outras fontes para que se possa estabelecer relações, com o objetivo de se obter uma aproximação adequada do passado.

As fontes documentais utilizadas neste trabalho envolveram consultas a Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas, Termos de Inspeção, Boletins de Inspeção, a Legislação e os Jornais, além dos depoimentos orais cedidos por Ciro Batista Amaral,

neto de um dos inspetores do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, e Maria Célia de Santana, ex-professora do mesmo Grupo Escolar.

Os documentos foram localizados nos arquivos das escolas, no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Estas fontes permitem responder a algumas questões que envolvem a pesquisa: Quais eram as discussões que permeavam nas Reuniões Pedagógicas? A inspeção escolar era uma maneira de verificar os trabalhos dos (as) professores (as) e de orientá-los(as)?

No processo de coleta das fontes, pude ter acesso a algumas cópias esparsas das atas das Reuniões Pedagógicas dos Grupos Escolares criados no governo de Graccho Cardoso (1922-1926), e encontrei boletins e termos de inspeção desses estabelecimentos no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). É importante ressaltar que não foram encontrados todos os boletins, pois fui informada por uma das atendentes que algumas pacotilhas que continham essas fontes não foram localizadas. Além dessas fontes foram feitas duas entrevistas com a finalidade de obter mais informações para a pesquisa.

Diferentes portarias foram localizadas no APES; porém as leis e os regulamentos relacionados à educação sergipana tiveram que ser pesquisados no Jornal Diário Oficial de Sergipe, e em pacotilhas esparsas do APES. Neste jornal, foram publicadas as ações e as determinações legais do Governo, o que me permitiu averiguar as leis educacionais decretadas durante o período pesquisado.

Nos arquivos das escolas em que funcionaram os grupos, pude ter acesso aos livros de atas que ali se encontravam; no entanto, somente dois estabelecimentos em que funcionaram os grupos escolares possuíam arquivos, apesar de estarem desorganizados o Grupo Escolar “Manuel Luís” e o Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. Em relação ao Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, não foi na primeira tentativa que tive acesso ao referido arquivo deste estabelecimento, pois a instituição encontrava-se em reforma. Um ano depois, na segunda visita a essa instituição, a diretora da atual Escola Estadual “Gumercindo Bessa” me atendeu e permitiu o meu acesso ao arquivo da escola; este espaço foi organizado por um funcionário da instituição. No que concerne ao arquivo da Escola Estadual “Manuel Luís”, encontrei documentos do Grupo Escolar; entretanto esse acervo não seguia nenhum critério de organização.

No estabelecimento onde funcionou o Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, não havia arquivo, havia somente documentos esparsos guardados em um armário da secretaria. Verificando os documentos presentes nesse armário, observei que havia somente um Caderno de Atas das Reuniões Pedagógicas, pedi à secretária para analisá-lo e ela, antes de fornecer o Caderno, solicitou que eu tivesse o máximo de cuidado, pois era o único documento referente ao grupo escolar existente na escola.

Para fundamentar o estudo, apropriei-me das categorias de civilização defendidas por Norbert Elias; a noção de campo abordada por Pierre Bourdieu; as categorias representação e apropriação formuladas por Roger Chartier e a de cultura escolar discutida por Luciano Mendes de Faria Filho. No livro “A beira da falésia”, Chartier (2002) comenta que existem práticas e estruturas que são produzidas pelas representações, pois é através delas que os indivíduos dão sentido ao ambiente em que vivem. Nessa perspectiva, analisar as representações dos diretores, professores e inspetores, permite averiguar os mecanismos através dos quais estes sujeitos se apropriaram do ideário escolanovista.

A apropriação é também uma categoria discutida por Chartier (2002). Este conceito é utilizado com o intuito de verificar quais discursos pedagógicos difundidos pela Escola Nova permearam o ambiente dos grupos escolares. Entendo que apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (CHARTIER, 2002, p. 68).

Os mesmos discursos e temáticas educacionais, produzidos pelos integrantes da Escola Nova e pelos intelectuais sergipanos, podem ter sido apropriados e manipulados de modo diferente pelo corpo docente dos grupos escolares. Não significa que o ideário escolanovista, concebido como uma abordagem educacional de extrema relevância para o desenvolvimento de País democrático, tenha sido apropriado de forma homogênea pelos professores das instituições mencionadas, pois existem também as resistências dos sujeitos perante o “novo” que tenta ser estabelecido.

Dentro do ambiente escolar, há uma negociação daquilo que é imposto pelas normas legais daquilo que é praticado na instituição, pois cada escola possui uma cultura específica. A concepção de cultura escolar tem sido discutida por diferentes teóricos, como destaca Diana Vidal (2008), a qual discorre sobre as diversas contribuições dos intelectuais que abordaram sobre a cultura escolar.

O surgimento da categoria cultura escolar ofereceu visibilidade a estas operações, pela sensibilização para análise do conjunto de normas e práticas vigentes na instituição como propõe Dominique Júlia (2001); pela atenção à produção de corporeidades, por meio da frequência a espaços e tempo escolares; como destaca Antônio Viñao Frago (1995); pelo reconhecimento da existência de culturas da escola, nomeadamente empírico-prática dos docentes, normativa da administração e científica da universidade como alerta Augustín Escolano Benito (2004); pelo destaque à capacidade da escola de produzir uma cultura específica, singular e original como assevera Chervel (1998) ou, ainda, pela possibilidade de perceber que culturas de diversos grupos sociais convivem no interior da escola como lembra Zeila Demartini (2004) (VIDAL, 2008, p. 25)

A categoria cultura escolar que embasa essa pesquisa está atrelada à concepção de escolarização; segundo Faria Filho (2007), o termo escolarização possui três sentidos articulados. O primeiro designa escolarização como o estabelecimento de processos e políticas para a organização de redes educacionais, instituições escolares.

O segundo sentido “é entendida como a produção de representações sociais que têm na escola o locus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados” (2007, p. 194). Já o último, é o processo de submissão das pessoas aos imperativos escolares; para Faria Filho, isto seria o “ato ou o efeito de tornar escolar” (2007, p. 195). A cultura escolar é o entrelaçamento desses tipos de escolarização. Diante disso, o autor assim define a cultura escolar:

[...] a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares. (FARIA FILHO, 2007, p. 195)

Para compreender a cultura escolar é importante conhecer a dimensão macro dos processos de escolarização e a dimensão micro, ou seja, tem-se compreensão da cultura escolar através do contexto e das práticas escolares, pois as culturas estão entre esses dois processos.

A noção de campo discutida por Pierre Bourdieu (2004a) demonstra que o campo se constitui por indivíduos, os quais ele denomina de agentes. Esses agentes se subordinam às regras, denominadas de leis imanentes, que são as leis sociais. Todo

campo é dotado de uma autonomia; no entanto, esta não é absoluta, pois o campo está relacionado a outros espaços. Bourdieu auxilia na compreensão entre o campo dos grupos escolares e o contexto em que este campo estava inserido no período de 1934 a 1961.

Digo que para compreender uma produção cultural (literatura, ciência, etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contendo-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. O que chamo “erro do curto circuito [...]” (BOURDIEU, 2004a, p. 20).

Seja qual for o campo, os indivíduos possuem dois tipos de interpretações: as internalistas e as externalistas. Nas interpretações internalistas compreende-se o campo como aquilo que está inscrito nele próprio. As externalistas aludem à relação entre o campo com o seu contexto, ou seja, para compreender o campo torna-se imprescindível compreender o seu contexto (BOURDIEU, 2004a).

Em relação ao conceito de civilização, Elias (1994) defende a idéia de que o indivíduo e a sociedade estão inter-relacionados, os quais estão sempre em processo de evolução e de mudanças. Segundo este autor, os estruturalistas funcionais reduzem os processos que ocorrem na sociedade na condição de estados; ele condena as concepções da Sociologia dos Estados, a qual busca analisar as mudanças como se elas estivessem em uma situação de repouso. Norbert Elias (1994), com a teoria do processo civilizador, irá demonstrar que sempre a sociedade passou por processo de transformação.

O mesmo explica também que tanto a sociedade quanto os indivíduos passam por um processo civilizador. Para Elias (1994), não é possível estudar as mudanças ocorridas de maneira separada, como faziam os estruturalistas. Neste sentido, os processos educativos serão um dos mecanismos para a civilização dos sujeitos.

De acordo com tais idéias, a educação é como um mecanismo de constante formação da civilização dos sujeitos. Ela forma os indivíduos conforme os padrões de civilidade de uma determinada sociedade. É importante destacar que se o meio social vivencia um processo de civilização, mudanças e transformações, o mesmo pode ocasionar mudanças significativas na educação dos sujeitos, adequando o comportamento dos indivíduos, segundo os critérios de uma sociedade civilizada.

Na sociedade, as mudanças se dão durante um longo período da história, e assim também ocorre com a educação; isto é, as transformações ocorridas no meio

educacional acontecem no decorrer dos anos, e não de maneira repentina. Os grupos escolares foram criados no início da Primeira República com o intuito de formar cidadãos segundo os padrões de civilidade republicanos. Com o movimento da Escola Nova, outros princípios foram defendidos como a formação de uma sociedade democrática. No final do século XX, período do surgimento da República no Brasil, tinha-se a idéia de que a modernização do país ocorreria com o fim do analfabetismo e das doenças infecto-contagiosas; para isso, os princípios higienistas desenvolvidos pela medicina, os quais estavam inseridos na Pedagogia Moderna, seriam os mais adequados para civilizar os indivíduos.

Na década de 1920, surgiram dois movimentos que modificaram a estrutura da política educacional: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico. O entusiasmo consiste na crença de que com o fim do analfabetismo o Brasil estaria no caminho das grandes Nações. O otimismo está relacionado com a doutrina do escolanovismo, pois concebiam-se que por meio dela haveria a “verdadeira formação do homem” (NAGLE, 1976, p.116)

A Escola Nova foi a Pedagogia concebida para solucionar os problemas referentes à educação do País, a qual buscava a democratização da Nação. Com o ideário escolanovista foi envolvida questões políticas, no que se refere à defesa de uma escola pública, gratuita e laica; como também questões pedagógicas relativas ao uso do método intuitivo ativo nas escolas..

Para averiguar a difusão desses princípios nos grupos escolares, é preciso, primeiramente, compreendê-los; por isso, no primeiro capítulo deste trabalho, busco demonstrar as mudanças epistemológicas no processo de escolarização, da Pedagogia Moderna à Escola Nova. Ressalto que as mudanças na educação ocorrem devido às transformações dos padrões de civilidade. Além disso, comento a apropriação dos princípios da Pedagogia Moderna e da Escola Nova pelos intelectuais sergipanos, desde Balthasar Góes com a elaboração do programa dos Grupos Escolares de 1912, o qual determinava o uso do método intuitivo, passando por Helvécio de Andrade, Rocha Lima, Nunes Mendonça e, por fim, Acrísio Cruz. Simultaneamente, abordo a implantação da Associação Sergipana de Educação.

No segundo capítulo, comento sobre o regulamento, o trabalho dos inspetores nos grupos escolares “João Fernandes de Brito”, “Gumercindo Bessa” e “Manuel Luís”. Inicialmente, demonstro as determinações dos regulamentos da Instrução Pública desde

o ano de 1931 até o de 1943, no tocante às funções dos inspetores de ensino, destacando as diferenças e abordando sobre a função dos inspetores, como um dos mecanismos da tecnologia do Estado para fiscalizar e orientar os professores das instituições, segundo os modernos preceitos pedagógicos, difundindo, desta forma, o ideário da Escola Nova.

As discussões acerca da situação educacional nos grupos escolares e os temas abordados nas reuniões pedagógicas compõe o terceiro capítulo deste trabalho. Nele, comento sobre o regulamento que compõe as determinações do corpo administrativo e docente dos grupos escolares, dentre essas determinações a realização das Reuniões Pedagógicas, os principais assuntos discutidos pelo corpo docente, apresentando como fundamento teórico autores como Rosa Fátima de Souza (2008) e Miguel Aguayo (1952), além de analisar algumas resistências por parte desses profissionais em relação ao ideário da Escola Nova.

CAPÍTULO 1

A Pedagogia da Escola Nova e sua contribuição para a renovação educacional

A educação forma os indivíduos de acordo com os padrões de civilidade valorizados por uma determinada sociedade. É importante destacar que se o meio social vive um processo de civilização (mudanças ou transformações), isto pode ocasionar alterações significativas na educação dos sujeitos adequando o comportamento dos indivíduos, conforme os critérios de uma sociedade civilizada, ou seja, a educação é um dos mecanismos de processo civilizador individual.

Para compreender a formação do indivíduo, torna-se necessário conhecer o contexto e as mudanças no processo de escolarização, as quais nos ajudam a analisar as práticas educacionais e a cultura escolar de uma determinada instituição.

[...] é preciso que se considere que as culturas escolares vistas desde o lugar de uma escola singular, ou sob essa escala microanalítica, não podem ser compreendidas em sua singularidade e generalidade se não se realizarem as necessárias mediações com os processos sociais mais amplos. Nesse caso, como em qualquer outro, é a adequada construção do contexto de inteligibilidade que permitirá uma análise mais fecunda e, em última instância, legitimará a abordagem pretendida (FARIA FILHO, 2007, p. 196)

Diante disso, neste capítulo procuro analisar as mudanças dos processos de escolarização, a fim compreender como se deu o movimento da Escola Nova, bem como os princípios pedagógicos preconizados pelos seus defensores. Pretendo também demonstrar como era o contexto educacional brasileiro e sergipano, no tocante à educação, além de discorrer sobre alguns teóricos que atuaram no processo de escolarização em Sergipe. Ao falar sobre tais teóricos, não tenho como objetivo mostrar uma linearidade, e sim comentar como se deu a difusão dos modernos preceitos pedagógicos nas instituições educacionais.

1.1- As mudanças epistemológicas no processo de escolarização

No início da Primeira República no Brasil, tinha-se a noção de que a educação era um meio de formar hábitos de higiene nas pessoas, através da escola, eliminando

assim, o atraso do País. Concebia-se a idéia de que a função primordial da aprendizagem era a adoção dos hábitos higienistas, demonstrando à população os malefícios das doenças que assolavam a nação e de como se prevenir das mesmas e, por meio da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, era possível acabar com o analfabetismo. “Na nova lógica o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências de reforma educacional” (CARVALHO, 2007, p. 227).

Para atender a esses padrões de civilidade, a Pedagogia Moderna foi adotada nos moldes educacionais, os quais afetaram o processo de mudança de escolarização¹⁶ no País. Durante a Primeira República, iniciativas foram realizadas, como a instalação da escola graduada, a qual tinha como principal característica a presença de salas espaçosas com janelas amplas para uma melhor iluminação e circulação do ar, além da utilização do método intuitivo para a aprendizagem. “Portanto, foi necessário desenvolver projetos que organizassem o espaço escolar a fim de construir atividades que se adequassem às novas metodologias de ensino propaladas pelo discurso da moderna pedagogia” (BENCOSTA, 2005, p. 71)

A necessidade de um espaço adequado ao desenvolvimento do ensino veio atender aos padrões higienistas defendidos na época. A utilização do método intuitivo foi o procedimento utilizado nas escolas para desenvolver a aprendizagem dos alunos através das observações realizadas pela criança.

De acordo com Valdemarin (2004), o método intuitivo tem uma fundamentação filosófica empirista, o qual afirma que o processo de apropriação do conhecimento acontece através dos sentidos. Este método teve um desdobramento para a educação devido às idéias de Comenius¹⁷, Pestalozzi¹⁸ e Froebel¹⁹.

¹⁶Diana Vidal (2008) afirma que “escolarização era tanto os modos como os Estados, quanto às maneiras como os grupos sociais organizam e produzem a escola como instituição social de controle das populações e transmissão cultural” (VIDAL, 2008, p. 28).

¹⁷ A obra de maior destaque de Comenius (1592-1670) é a *Didática Magna*, em que ele aborda o papel do especialista na educação dos sujeitos e sistematiza um método de ensino para a transmissão do conhecimento (VALDEMARIN, 2004).

¹⁸ Pestalozzi (1746-1827) foi um educador suíço que desenvolveu a sua experiência em educação na cidade de Stans. A educação moral desenvolvida por Pestalozzi estava fundamentada em três etapas, as quais estavam encadeadas: o amor, a percepção e a linguagem. O amor seria a maneira em que a criança teria um desenvolvimento equilibrado e seguro. A percepção, uma etapa do método, é a base de toda a educação, pois é através dela que se apreende a realidade e não por meio da palavra. A linguagem seria a consequência da percepção. Para Pestalozzi, no processo de ensino, a linguagem não pode chegar à criança sem sentido e significado. Por isso, ele estabelece o método intuitivo em que é através dos sentidos que as crianças poderão ter acesso ao conhecimento. (INCONTRI, 1997).

No desenvolvimento desse método, era necessário à criança observar os objetos concretos (madeiras, linhas, papéis, outros tipos de objetos) para formular idéias abstratas; assim, essas eram transformadas em idéias universais. “Os autores (Froebel e Pestalozzi) sugerem [...] que, quando não estiverem disponíveis os fatos originais a serem observados, o professor deve improvisar, com desenhos ou gravuras, meios auxiliares de que o método intuitivo possa lançar mão” (VALDEMARIN, 2004, p. 94).

O importante era que, por meio dos sentidos, as crianças pudessem aprender; porém, não bastava somente observar, primeiro era realizada a observação e depois o professor elaborava perguntas para que fosse estimulado o interesse nas crianças, contribuindo com a aprendizagem. O método intuitivo “previa o uso de mapas, laboratórios, globos, figuras e quadros de Parker”. (BENCOSTA, 2005, p. 71)

Para o desenvolvimento desse tipo de método, era necessário que a escola apresentasse um espaço arejado a fim de realizar uma melhor observação das coisas. Este tipo de espaço preconizado visava atender tanto às necessidades higienistas defendidas na época como às exigências do próprio método intuitivo.

Na Pedagogia Moderna, os tipos de punições para disciplinar os alunos não estavam vinculados aos castigos físicos²⁰, os quais se caracterizavam com o uso de palmatórias e réguas. Em vez disso, era considerado mais adequado o uso de mecanismos de emulação e persuasão.

Como meio disciplinar secundário era autorizada a aplicação de castigos e prêmios. Esses últimos compreendiam: a passagem do aluno de lugar inferior para superior na mesma classe, o elogio solene perante as classes reunidas, distribuição de cartões de boa nota, cartões de merecimento e louvor e a inclusão do nome do aluno no quadro de honra. Quanto às penas, elas compreendiam: a admoestação particular, más notas nos boletins mensais, retirada de boas notas, privação do recreio, repreensão em comunidade, exclusão de prêmios escolares do quadro de honra e expulsão da escola como incorrigível (SOUZA, 1998, p. 147).

¹⁹ Para Froebel (1782-1852), a criança não é moldada pelas condições externas, pois ela é um ser ativo em constante desenvolvimento. Ele idealizou os chamados Jardins de Infância (LOURENÇO FILHO, 1978).

²⁰ Desde o ano de 1827 não era mais permitido o uso de castigos físicos nas escolas. Souza (1998) comenta que mesmo com os decretos publicados – dentre eles, o decreto n. 248, de 26.7.1894, o qual impôs o uso de processos disciplinares modernos – houve resistências por parte dos profissionais, pois para eles os castigos físicos eram o meio mais eficaz para educar as crianças.

Com o início da Primeira República, tinha-se o objetivo de abolir as doenças infecto-contagiosas, como também levar o país ao progresso; para tanto, era necessário erradicar o analfabetismo. A partir de 1920, intelectuais questionaram ações da República produzindo o chamado entusiasmo pela educação, que seria uma das vertentes da proposta de “republicanizar a República” (CARVALHO, 2007). O ideal concebido era formar pessoas em uma ordem democrática, não satisfazendo, somente, a erradicação do analfabetismo, pois era necessário também formar cidadãos para atuar na sociedade, moralizando os costumes dos mesmos²¹.

Moralizar esses costumes era o núcleo do programa modernizador acionado nas campanhas cívicas na década de 20 [...] Promover a reforma na escola ajustando os “homens às novas condições de vida” implicava promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto e opinião pública (CARVALHO, 2007, p. 233)

No desenvolvimento da educação moral, a família era um elemento fundamental; por isso, na Escola Nova, buscaram-se estratégias para relacionar a escola à família. O ideário escolanovista visualizava o espaço escolar como uma sociedade em miniatura que necessitava da atuação tanto do professor como dos pais dentro do ambiente escolar. Faria Filho (2000b) revela que, no início do século XX, houve um afastamento da família em relação à escola, isto porque boa parte dos teóricos educacionais defendia a idéia de que a educação das crianças devia ser responsabilidade da escola.

[...] estudos têm detectado também que, nas primeiras décadas do século XX, o afastamento da família da escola resultante em boa parte da ação dos defensores e instituidores da escolarização, é uma preocupação constante destes mesmos agentes. Postados no interior de um campo que ganhava cada vez mais especificidade e legitimidade, os professores e outros agentes da educação passam a reclamar do desinteresse dos pais, principalmente das camadas populares, para com a educação dos filhos. A partir de diagnósticos os mais variados baseados na premissa de que, embora seja fundamental a participação das famílias na educação dos filhos, estas demonstravam, naquele momento, um profundo desinteresse e despreparo para lidar com o assunto, buscava-se projetar e desenvolver ações que visavam reaproximar a família da escola (FARIA FILHO, 2000b, s/p).

²¹Desde a década de 1910 do século XX, as campanhas das Ligas Nacionalistas estavam propondo o soerguimento moral da nacionalidade, o voto secreto, o serviço militar obrigatório e o combate ao analfabetismo. Essa mobilização foi desdobrada para o setor educacional, ocasionando as iniciativas na defesa de uma reforma educacional (CARVALHO, 2007).

No tocante à moralização do país, era importante a atuação de uma elite que liderasse a nação sem o intuito de atender aos seus próprios interesses. A educação seria um elemento formador dessas elites, como também de toda população. O analfabetismo no Brasil não era mais visto como o único motivo de atraso da Nação, mas sim pelo despreparo das elites que governavam o país e o crescente número de pessoas analfabetas que a legitimavam.

Essas pessoas também precisavam de uma formação para que pudessem trabalhar em prol do desenvolvimento do país. Diante disso, defendia-se uma escola única, a qual devia formar a elite governante e a população alfabetizada, a fim de desenvolver efetivamente a Nação.

Na implantação política dessa escola, as proposições da pedagogia da Escola Nova são consideradas mais eficientes [...]. Sob o impacto da extraordinária difusão internacional da chamada pedagogia da educação nova – essa pedagogia gerada no seio das usinas, como pontua Feerrière –, as concepções de escola e de educação vão sendo gradativamente reconfiguradas (CARVALHO, 2007, p. 241).

As concepções da Psicologia, da Biologia e dos Estudos Sociais foram incorporadas na educação e por meio delas é que se podia ter um conhecimento da criança para melhor formá-la. De acordo com Lourenço Filho (1978), a Escola Nova

[...] é um todo conjunto de princípios tendentes a rever as formas tradicionais de ensino. Inicialmente, esses princípios derivaram de uma nova compreensão de necessidade da infância, inspirada em conclusões de estudos da biologia e da psicologia. Mas alargaram-se depois, relacionando-se com outros muitos numerosos, relativos às funções da escola em face de novas exigências derivadas de mudanças da vida social (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 17).

Para Lourenço Filho (1978), a Escola Nova não estava dividida em fases, como se na primeira fossem aplicados os conhecimentos da Biologia e da Psicologia e na segunda, os conhecimentos das Ciências Sociais. À medida que as noções da Biologia e da Psicologia se aprimoraram, demonstrou-se que a formação do homem relacionava-se aos aspectos da organização social.

Lourenço Filho (1978) concebia as ciências como elementos essenciais para a aprendizagem, uma vez que seria por meio delas que o professor teria um conhecimento integral da criança. Durante o século XIX, houve um aumento considerável no número de escolas. Estas continuavam desenvolvendo um ensino baseado no uso da memória e nos castigos físicos, ou seja, era desenvolvida uma pedagogia de imposição dos conhecimentos, a criança devia ter conhecimento dos costumes e das leis e não do saber, adquiridos através de pesquisas (LOURENÇO FILHO, 1978). Sendo assim:

Alguns procedimentos didáticos deram certos com algumas crianças, mas com o aumento da clientela nas escolas, os mesmos procedimentos que deram certos com algumas crianças não deram certo com outras. Com isso, passou-se a procurar entender os alunos durante o seu ato de aprender, de acordo com condições individuais de desenvolvimento dos alunos (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 21).

É importante destacar que, com as idéias provenientes do movimento da Escola Nova, não desapareceram as concepções da Pedagogia Moderna, visto que nesta última foram acrescentados alguns elementos da Escola Nova. Cristina Valença (2006), ao analisar a atuação de Helvécio de Andrade, afirmou que a diferença entre a Pedagogia Moderna e a Escola Nova é tênue. O ideário escolanovista não desconsiderou os aspectos da Pedagogia Moderna; porém a Escola Nova acrescentou alguns princípios naquela como, por exemplo, a questão do método ativo, o qual determinava que o ensino fosse iniciado a partir da experiência da criança.

Na tentativa de conceituar a Pedagogia Moderna foi possível entendê-la como um movimento renovador das práticas pedagógicas. Caracterizada pela centralização dos processos educativos na criança, pela adequação dos métodos de ensino e aprendizagem à capacidade cognitiva do aluno e pelo aprimoramento das instalações escolares, a Pedagogia Moderna apresentava um conjunto de idéias que se assemelhavam ao movimento da Escola Nova no Brasil (VALENÇA, 2006, p. 123).

Desde o surgimento da Pedagogia Moderna, com as concepções de Pestalozzi, a Psicologia já era uma ciência utilizada para o desenvolvimento do ensino; ele defendia que para a criança aprender era necessário “psicologizar o ensino”. Não bastava

somente transmitir o conhecimento, era fundamental que o aluno adquirisse o conhecimento por meio dos sentidos.

Na Escola Nova, além da Psicologia e da Biologia, o acesso às idéias sociais era importante para compreender a assimilação da criança com o meio. “A moderna pedagogia trazia consigo a crença de que, mediante as revelações da Psicologia, da Biologia e das Ciências Sociais, era possível obter o conhecimento exato da infância e, assim, aplicar os procedimentos educacionais adequados” (CUNHA, 2007, p. 455).

O método que seria utilizado para o ensino era o intuitivo; porém, com a Escola Nova, foi acrescentado um novo elemento para o desenvolvimento do ensino, a experiência. Não bastava ao professor levar os objetos para a sala com o intuito de o aluno observar; o docente devia realizar experiências para que a criança pudesse ter acesso ao conhecimento.

No método intuitivo, segundo os preceitos da Pedagogia Moderna, o desenvolvimento do interesse das crianças ocorria depois que elas observavam os objetos concretos; por conseguinte, na Escola Nova, o importante era o elemento primeiro para a realização do ensino.

Esse método, conhecido também como método intuitivo ativo, fundamentado nas concepções pragmatistas, foi desenvolvido por John Dewey. O referido método surgiu após Dewey ter definido a noção de experiência reflexiva. O aluno aprendia os conhecimentos depois de ter experienciado e refletido sobre o que ele vivenciou. Na realidade, essa experiência era não acadêmica, com o objetivo de despertar o interesse dos alunos para desenvolver um ensino que iniciasse através das experiências da sua própria vida cotidiana (VALDEMARIN, 2004).

Despertando o interesse do educando, ele estaria preparado para compreender os conhecimentos. A aprendizagem pelo método intuitivo ativo iniciava com um problema, o qual devia ser investigado. Depois, eram coletados os dados, para em seguida fazer-se uma reflexão. “Retornando agora às preposições metodológicas apresentadas por Dewey, chega-se à etapa do processo de aquisição de conhecimento no qual as idéias obtidas com base na busca e coleta de dados devem ser aplicadas para que não permaneçam como idéias sugestões” (VALDEMARIN, 2004, p. 191). As percepções

pragmatistas foram defendidas pelos “renovadores da educação”²² na Associação Brasileira de Educação.

1.2- O surgimento da Associação Brasileira de Educação, os Renovadores da Educação e as disputas dentro da Associação

A República, que visava a um ideal de democratização do país, fez com que surgissem novos padrões de civilidade e a educação foi o meio utilizado para que esses padrões fossem incorporados pelo indivíduo; entretanto, é mister destacar que as mudanças na escola não ocorreram de forma repentina. Primeiro, foram articulados professores, inspetores e intelectuais para discutir temas relacionados à educação em Conferências Nacionais realizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE); posteriormente, tais concepções eram divulgadas para os professores de cada um dos Estados através de cursos de aperfeiçoamento, cursos de férias²³, e no curso normal voltado à formação inicial dos professores.

A Associação Brasileira de Educação foi criada no dia 16 de outubro de 1924, em uma reunião realizada por intelectuais²⁴, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. De acordo com Clarice Nunes, a Associação “era um órgão de iniciativa privada, cujo departamento carioca teria a função de coordenar os vários departamentos a serem criados em níveis estaduais” (NUNES, 2000, p. 41).

A Associação Brasileira da Educação era organizada em nível nacional e estadual. Cada um dos estados criava uma associação e, anualmente, os representantes desses estados se reuniam em Conferências para debater assuntos referentes à educação.

²²A denominação “renovadores” e “pioneiros” da educação foi construída pelos próprios intelectuais que elaboraram o Manifesto dos Pioneiros, deixando uma representação como o “desencadeador dos movimentos sociais” (XAVIER, 2002, p. 45).

²³ Os cursos de aperfeiçoamento foram criados com o intuito de ampliar os conhecimentos dos professores no dia 10 de dezembro de 1935, por meio do Decreto Lei nº 21: “Este curso com duração máxima de um período lectivo, tem por finalidade ensinar a ensinar”. APES Leis e Decretos. Caixa nº 08. Os cursos de férias foram instituídos no ano de 1937 para as professoras primárias. No ano de 1940, foi lançada uma portaria determinando a realização do curso no início de dezembro, o qual teria duração de dois meses. Portaria nº 263. APES E¹ 639.

²⁴Marta Maria Chargas de Carvalho (1998) denota que não foi possível localizar a ata de fundação da Associação, mas em um discurso pronunciado por Benjamim Albagli - presidente no momento em que celebrava mais um ano da Associação - relatou sobre a reunião de fundação, dizendo que, no dia 16 de outubro de 1924, foi assinada a ata de fundação pelas seguintes pessoas: Heitor Lyra da Silva, Mario Paulo de Brito, Delgado de Carvalho, Melo Leitão, F. Labouriou, Leci Carneiro, Branco Fialho, Othon Leonardos, Armanda Álvaro Alberto, Francisco Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça e Benvenuto Ribeiro (CARVALHO, 1998, p. 100).

A ABE tinha o intuito de discutir temas educacionais e de aperfeiçoar o ensino no País, a fim de formar as elites que iriam direcionar as políticas educacionais e sociais, as quais não deviam favorecer os seus próprios interesses.

Para incentivar a criação o departamento do Rio de Janeiro enviou circulares às Diretorias das Instruções Públicas para que os Estados criassem os seus departamentos. Além disso, nas circulares havia os pedidos como a legislação, algumas informações da educação e dos professores, com a finalidade de se criar um cadastro para os professores (CARVALHO, 1998).

No caso de Sergipe, havia uma relação entre a Associação Brasileira de Educação com este Estado. No ano de 1925, um ano após a criação da Associação, o presidente deste órgão, Candido de Melo Leitão, pediu ao Governador de Sergipe, Graccho Cardoso (figura 1), que enviasse a legislação do ensino de Sergipe para que pudesse organizar um arquivo de legislação educacional brasileira²⁵.

²⁵SERGIPE. Circular do presidente da Associação Brasileira da Educação para o Presidente do Estado Graccho Cardoso. APES G¹ 1961.

Associação Brasileira de Educação
Pavilhão Argentino - Avenida das Nações

Rio, 1 de Junho de 1925.

Exm^o Snr. Dr. Graccho Cardoso,
M. D. Presidente do Estado de Sergipe,
Aracajú.

A Associação Brasileira de Educação _ cujo Departamento de Rio de Janeiro foi fundado em Outubro do anno proximo passado e de cujos objectivos constam a organização permanente da estatística da instrução no Brasil e a de um archivo de legislação nacional e estrangeira sobre ensino e questões correlatas _ desejosa de iniciar, desde já, as referidas organizações, resolveu dirigir-se a V. Ex., solicitando com todo o empenho a sua valiosa cooperação, no sentido de facilitar-lhe, no que se refere ao Estado confiado á esclarecida direcção de V. Ex., os meios de realizar aquelles objectivos.

E' assim que, na qualidade de presidente da alludida Associação, peço a V. Ex. nos faça remetter a legislação sobre ensino no seu Estado, os programmas que ahi foram adoptados e estão em vigor, uma lista dos estabelecimentos officiaes de ensino dos diversos graus e, si possivel, tambem, dos particulares e finalmente, uma relação nominal dos professores officiaes de ensino normal, secundario e superior.

Antecipando os meus melhores agradecimentos pelo concurso que o patriotismo de V. Ex. vae proporcionar á obra em que nos empenhámos, aproveito a opportunidade para apresentar a V. Ex. os meus protestos de subida consideração e distincto apreço.

S. Candido de Mello Teófilo

Rebida em 15-6-1925 e Direcção da Instrução.

Figura 1: Circular expedido pela Associação Brasileira de Educação para o Presidente do Estado. Fonte: APES G¹ 1961

A iniciativa da Associação de articular com os outros estados brasileiros tinha como finalidade difundir os pilares da educação defendidos pela ABE, os quais eram

“saúde, moral e trabalho”. Esses princípios estariam incluídos no processo de organização racional do trabalho, o qual:

[...] engloba medidas destinadas a atenuar conflitos de classe e a aumentar a produtividade do trabalhador lidando com questões de saúde e de moral, com o objetivo de adequar a vida cotidiana do operário às exigências do trabalho industrial na ordem capitalista (CARVALHO, 1998, p. 152).

Não bastava cuidar somente da saúde, o ideal era formar um cidadão que buscasse não apenas compreender os valores de uma ordem democrática, mas também desenvolver o país rumo ao progresso através do trabalho. Desde a tenra infância devia se ensinar a importância do trabalho. Os integrantes da ABE, que defendiam o ideário escolanovista, acreditavam que a escola devia ser uma sociedade em miniatura, ou seja, desde o início da sua formação, a criança devia ser moldada de acordo com os padrões da ordem democrática que estava sendo desenvolvido no país.

Esta não era a única postura defendida na ABE, visto que vários intelectuais vinculados a outras concepções estavam inseridos na Associação Brasileira de Educação, como o grupo dos marxistas, dos reformadores e dos católicos. Estes últimos defendiam a idéia de que o ensino religioso devia ser ministrado nas escolas.

Apesar de os integrantes da ABE demonstrarem que essa Associação não era partidária, Marta Carvalho (1998) afirma que dentro dela havia disputas dessa ordem, principalmente entre os católicos e os liberais. Os católicos defendiam um ensino fundamentado na doutrina católica, os liberais, por sua vez, além de não concordarem com o ensino não laico, pretendiam estabelecer a co-educação e o ensino gratuito.

No ano de 1932, os “renovadores” publicaram o Manifesto dos Pioneiros, no qual estavam expostos os princípios de laicidade, obrigatoriedade e co-educação. O manifesto representou “um momento expressivo de luta pela implantação de uma escola pública, laica e gratuita, e também por defender explicitamente em seu texto o reconhecimento da educação como um problema prioritário e responsabilidade do estado” (XAVIER, 2002, p. 07).

O Manifesto originou-se devido a uma solicitação do Governo Federal aos intelectuais, que estavam reunidos na IV Conferência Nacional da Educação, com o objetivo de estabelecer novas diretrizes para uma “unidade da educação nacional”.

[...] supõe que essa solicitação tinha o objetivo de aprofundar a divisão dos educadores, já que meses antes, o governo já havia realizado a reforma do ensino superior, secundário e comercial, além de ter incluído o ensino religioso nas escolas públicas primárias e criado o Conselho Nacional de Educação [...] aquela situação teria acirrado o conflito entre leigos e católicos (CUNHA Apud XAVIER, 2002, p. 19-20).

Para que somente os educadores liberais participassem do processo de elaboração do Manifesto, Xavier (2002) relata que um dos membros da ABE, Nóbrega da Cunha, utilizou uma estratégia afirmando que os educadores, os quais estavam participando das Conferências, não iam deixar de realizar os seus debates sobre suas respectivas teses para atender ao pedido do Governo. Com isso, o Manifesto foi elaborado de acordo com o posicionamento de alguns grupos integrantes da ABE. A elaboração do Manifesto foi uma alternativa para deter o controle político da Associação por parte dos liberais, pois quem detinha o poder na Associação era o grupo católico.

Dessa forma, o Manifesto deveria lançar, em nível nacional, o projeto de um grupo que reivindicava para si a liderança na condução do processo de modernização do país. Podemos considerá-lo, portanto, como uma estratégia de poder um documento que visava reafirmar princípios e em torno destes, selar as alianças necessárias ao enfrentamento das disputas políticas do momento (XAVIER, 2002, p. 21).

É mister destacar que, mesmo sendo esse grupo a favor do Manifesto, ele não era coeso, visto que em seu interior havia liberais elitistas, os quais eram a favor do sistema dual de educação e priorizavam a análise dos aspectos biológicos e psicológicos dos sujeitos, enquanto o outro grupo dos “liberais igualitários” era contrário ao sistema dual de educação.

Mesmo com as divergências, os intelectuais, dentre eles o marxista Paschoal Lemme, assinaram o Manifesto. Xavier (2002) explica que houve dois motivos para a adesão dos intelectuais ao Manifesto. O primeiro foi a prioridade dada por eles para a renovação educacional e o segundo, a possibilidade de inserção em um grupo reconhecido no campo intelectual.

Os signatários do Manifesto acreditavam que o ensino devia se fundamentar na ciência e não na fé. Isso foi um dos motivos dos católicos não concordarem com a

postura dos intelectuais liberais, visto que para eles a educação devia estar fundamentada nos princípios da fé católica.

A escola, na concepção dos pioneiros da educação, teria a função de formar o futuro cidadão para o trabalho, de acordo com as necessidades da vida social e com o intuito de transformar a sociedade para um país moderno e democrático.

No mesmo ano (1932) em que foi publicado o Manifesto dos Pioneiros, um dos intelectuais que defendiam o ideário escolanovista, Anísio Teixeira, foi empossado na presidência da ABE, junto com Carneiro Leão, Afrânio Peixoto e Armanda Álvaro Alberto. No início da gestão, dois acontecimentos ocorreram na Associação: a Conferência de Edgar Sussekind sobre o marxismo e a Escola Nova e a V Conferência Nacional, em que Anísio Teixeira discursou, afirmando que na Associação havia uma livre circulação de idéias, mas predominava aquela que tinha mérito (NUNES, 2000).

Apesar de afirmar que na ABE havia uma livre circulação de idéias, os intelectuais não aceitavam a presença da religião no ambiente escolar. Diante desse fato, os intelectuais da Igreja Católica se mobilizaram e criaram a LEC (Liga Eleitoral Católica) e a Confederação Católica Brasileira de Educação.

Os discursos cívicos divulgados pela ABE serviam para que o cidadão fosse normalizado com a finalidade de, posteriormente, atuar no ambiente da fábrica. Os integrantes da ABE afirmavam que no Brasil havia somente habitantes e que o país ainda não tinha se constituído como nação; porém, tanto os liberais quanto os católicos tinham um projeto específico para moldar esses habitantes.

O civismo católico “valorizava-se como uma tradição e pregava virtudes como a Ordem e o Trabalho, transsubstanciadas por uma difusão católica da Fé, da Esperança, da Caridade, do Devotamento, etc.”. Diferente do civismo demonstrado pelos liberais que “se distinguia pela valorização do Dinamismo, que neles vem reiterado como Energia, Força, Velocidade, elementos propulsores daquilo que seria ‘uma nova mentalidade brasileira’ emergente” (CARVALHO, 1998, p. 61).

O que alguns integrantes da ABE pretendiam era formar a população para atuar nas fábricas de maneira harmônica, respeitando as capacidades individuais. Para isso, a Escola Nova seria a pedagogia adequada para reeducar a população e para constituir a

nação brasileira. A escola não devia somente instruir, mas educar nos princípios de higienização, racionalização e nacionalização.

A Pedagogia Moderna demonstrava que, para a atuação do indivíduo na sociedade, era preciso moldá-lo desde a tenra infância. Por isso, estabelecia-se uma organização do tipo das fábricas no ambiente escolar. O ensino era para ser ministrado no método ativo, no qual o aluno aprendia através das suas próprias experiências.

Além dos discursos realizados pelos liberais da Escola Nova, havia os discursos dos marxistas, dos governamentistas e dos católicos. Os marxistas acreditavam que a escola seria modificada se a sociedade fosse transformada. A idéia defendida pelos liberais de que a escola, através da educação, iria modificar a sociedade, não se coadunava com as idéias marxistas; um dos principais defensores das concepções marxistas na Associação foi Paschoal Lemme²⁶:

As contradições que se estabelecem entre os homens nas sociedades divididas em classes fazem com que uns lutem pela permanência da situação que lhes é favorável, enquanto que outros procuram transformar a ordem reinante, mudar a organização da sociedade que os oprime e prejudica. A luta de classes torna-se assim o outro fator decisivo na evolução da história da humanidade (LEMME, *apud* BRANDÃO, 1999, p. 110).

Já os católicos pretendiam a re-inclusão do ensino religioso nas escolas públicas. Com o advento do Estado Novo, a Igreja elaborou a estratégia de formar os filhos das classes dominantes através do ensino secundário, para que se estabelecesse uma opinião pública contrária ao ensino laico. As exigências dos educadores católicos se coadunavam com os ideais de respeito à disciplina e à autoridade, preconizados no governo de Getúlio Vargas durante a vigência do Estado Novo.

Por outro lado, ao identificar formação moral com educação religiosa e ao transferir à Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão, Francisco Campos estava não somente atendendo às exigências dos educadores católicos, que reclamavam para a Igreja esta tarefa, como também sendo fiel à sua concepção autoritária,

²⁶Para saber mais ver o trabalho de BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional** – Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista/ SP: IFAN- CDAPH, Editora da Universidade de São Francisco UFRJ, 1999.

procurando estabelecer mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade (BAÍIA HORTA, 1994, p.101).

Apesar de Getúlio Vargas ter solicitado aos intitulados renovadores da educação para fazer um manifesto, ele não concordou com as diretrizes estabelecidas. As idéias veiculadas no Manifesto dos Pioneiros estavam relacionadas ao ideário escolanovista. Um dos motivos destas concepções pedagógicas terem sido difundidas pelo país foi o fato de estudantes brasileiros terem ido estudar nos Estados Unidos, tendo assim se apropriado dessas concepções e, em seguida, discutirem o ideário da Escola Nova na Associação Brasileira de Educação, cujos intelectuais de diferentes estados brasileiros participavam das Conferências promovidas pela ABE, e levavam para os seus estados as idéias “renovadoras”.

Anísio Teixeira foi um dos estudantes que foi aos Estados Unidos e que se apropriou da renovação educacional pragmatista elaborada por Dewey. Clarice Nunes (2000), através de um estudo histórico sobre Anísio Teixeira, aborda as experiências vivenciadas por ele durante o seu processo de formação voltada para a educação.

Para a referida autora, Anísio Teixeira tornou-se educador através das experiências vivenciadas durante o seu processo de formação intelectual e psicológica. Em uma segunda viagem ao exterior, mais especificamente para os Estados Unidos, entrou em contato com as idéias de Dewey e Thordinke.

As suas experiências no Teachers College, em Nova Iorque, e as suas visitas às escolas dos Estados Unidos, permitiram que ele tivesse contato com outras idéias acerca da educação. Apesar de Clarice Nunes (2000) destacar que Anísio Teixeira realizou visitas às escolas norte-americanas, Miriam Jorge Warde (2003) comenta que:

Pelos registros que deixou das duas viagens aos Estados Unidos, no que cabe destacar as disciplinas que decidiu freqüentar, além da dispensa de visitas a escolas (grifo meu) - tal como deixa claro em carta a Lourenço Filho -, Anísio Teixeira dá a conhecer os procedimentos mentais que adotou para enfrentar os desafios de fincar raízes num campo que não estivera no seu campo de formação (WARDE, 2003, p. 40)

No seu processo de formação, durante as suas experiências no Teachers College, Anísio Teixeira apropriou-se das idéias de John Dewey, pois segundo Clarice Nunes

(2000), Dewey foi o intelectual que ajudou Anísio compreender as necessidades presentes em sua vida:

[...] as necessidades psicológicas de conciliar as contradições e os conflitos que trazia a sua experiência de vida e construir um novo significado existencial, a necessidade profissional de encontrar resposta programática para as questões educacionais com as quais estava vivenciando e a necessidade epistemológica em elaborar uma nova síntese que lhe proporcionasse uma nova visão de mundo (NUNES, 2000, p. 562-563).

Em contrapartida, Miriam Jorge Warde (2002) analisa de outra maneira essa escolha de Anísio por Dewey. John Dewey tinha se tornado um intelectual exemplar no Teachers College, com isso em alguns pontos da Universidade havia simbologias que remetiam à imagem de John Dewey. Apesar de Anísio não ter sido aluno dele, o ambiente em que Anísio Teixeira se encontrava valorizava a figura do intelectual John Dewey, ou seja, o estudante brasileiro tinha sido influenciado pelo meio em que se encontrava. Outros teóricos que defendiam a formação de uma sociedade democrática também foram contemplados por Anísio.

Anísio Teixeira mescla críticas duras e ressalvas cautelosas; confessa desinteresse pelo que lhe parecia velho nas escolas dos Estados Unidos; um velho tão dominante lá como no Brasil separa o joio do trigo ao reafirmar sua admiração por Dewey e Kilpatrick que, acrescido de Counts, seriam os únicos pensadores “absolutamente revolucionários” em plena América (WARDE, 2003, p. 134).

Nem tudo que era observado pelos intelectuais brasileiros na educação americana foi considerado adequado, pois não foi em todos os estados americanos que houve uma renovação nas instituições escolares. Em uma missão que Lourenço Filho recebeu para ir aos Estados Unidos em companhia de Delgado de Carvalho e Carneiro Leão, observou que a teoria e a prática na educação estavam distantes, ou seja, nem tudo que era dito pelos teóricos educacionais aplicava-se efetivamente na escola. O que estudantes brasileiros como Anísio Teixeira e Lourenço Filho se apropriaram foram os argumentos de formação democrática por meio da educação (WARDE, 2003).

Em relação à educação, Anísio valorizava a experiência infantil realizada através das investigações e experimentação; defendia que a criança não devia apenas receber o

conhecimento, mas desejá-lo e buscá-lo, isso desenvolvia a formação do caráter humano (Nunes, 2000).

Durante a sua infância e juventude, Anísio teve uma educação jesuítica e, por isso, não abandonou as idéias pedagógicas inacianas. Delas abstraiu o currículo humanista, o realismo construído pela inserção histórica do ato educativo, a articulação entre fins e meios, a valorização das atividades em sala de aula e do professor e a questão da centralidade do sujeito. Porém, ele era contra aos valores absolutos e o ritual religioso preconizado pela pedagogia inaciana (Nunes, 2000).

Anísio conciliava o antigo e o novo no campo pedagógico e preferia utilizar o termo Escola Progressiva em vez da expressão Escola Nova, pois concebia esta não como uma ruptura da escola tradicional, mas como uma subsistência dos seus aspectos positivos e uma reformulação didática. Anísio Teixeira empreendeu reformas educacionais no Distrito Federal²⁷, e foi nesta reforma que tentou colocar em prática as suas idéias relacionadas à educação. A reforma implantada por ele gerou conflitos, pois almejava quebrar as barreiras hierárquicas impostas por uma rígida divisão social e essas hierarquias eram representadas no próprio espaço escolar. Segundo Nunes (2000), a fragmentação social foi refletida no espaço escolar.

No Distrito Federal, este intelectual buscou ampliar e melhorar a qualidade da escola; com a construção de prédios escolares, aumentou o número de acesso e permanência dos alunos nas escolas e reformou o ensino secundário; implantou a autonomia escolar – o que acarretou na organização do selft-government e criou a Universidade do Distrito Federal.

No tocante ao ensino primário, tentou homogeneizar o espaço da escola primária, através de fichas médicas, pedagógicas, testes psicológicos e de escolaridade, nos quais determinou os espaços específicos para as crianças inteligentes, atrasadas e retardadas. Houve uma tentativa de homogeneizar os espaços, mas durante esse período continuaram existindo dois tipos de escolas: as isoladas e os grupos escolares.

As idéias de Anísio Teixeira e de outros teóricos da Escola Nova foram apropriadas tanto no campo da política educacional, como no desenvolvimento do ensino no ambiente escolar em diferentes Estados; inclusive, o Estado de Sergipe teve

²⁷Nesse período, o Distrito Federal era localizado na cidade do Rio de Janeiro. O Distrito Federal foi o lugar que Anísio Teixeira realizou algumas reformas no ano de 1931-1935, período em que ele foi Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal.

intelectuais na área da educação que estabeleceram contatos com os escolanovistas e trouxeram essas novas concepções aplicando-as na instrução.

1.3- A difusão do ideário escolanovista em Sergipe: O contexto educacional sergipano e o campo pedagógico

A difusão da Escola Nova se deu com a criação da Associação Brasileira da Educação (ABE), a qual buscou estabelecer uma relação com outros estados, inclusive com o estado de Sergipe, com o intuito de fortalecer este órgão no campo educacional. O vínculo da Associação com Sergipe é demonstrado através dos ofícios enviados pela ABE aos representantes do governo de Sergipe. No dia 13 de fevereiro de 1939, o Presidente da ABE enviou um ofício para o Interventor Federal do Estado, Eronides Ferreira de Carvalho (1935-1940), e comunicou sobre a realização da 8ª Conferência Mundial de Educação.

Interventor – tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Associação Brasileira de Educação e da Comissão Executiva da VIII Conferência Mundial de Educação que se acha instalada à Avenida Rio Branco 91, 10º andar, nesta cidade, a sede da Comissão incumbida de organizar e preparar a VIII Conferência Mundial que se reunirá no Rio de Janeiro de 6 a 11 de agosto por iniciativa da Federação Mundial da Associação da Educação, de Washington e sob o patrocínio do Governo da República. A referida Comissão executiva nos termos do art. 1º do Decreto nº 1.074 de 25 de Janeiro de 1939, está constituída por esta forma (SERGIPE, Livro de Registros, 1939)²⁸.

Em seguida, outro ofício foi enviado ao interventor informando onde a 8ª Conferência Nacional seria realizada:

Interventor tenho a honra de comunica a Vossa Ex. , que em virtude do adiantamento da inauguração oficial da cidade de Goiânia, como nova capital do Estado de Goiaz, para Junho do ano próximo vindouro, ficou também deliberada a transferência, para a mesma época do 8º Congresso Nacional de Educação a realizar-se em coincidência com as solenidades comemorativas daquele auspicioso acontecimento (SERGIPE, Livro de Registros, 1939)²⁹.

²⁸SERGIPE. Livro de registro para ofícios recebidos pelo Interventor Federal do Estado, 13 de fevereiro de 1939. APES G¹ 288.

²⁹ SERGIPE. Livro de registro para ofícios recebidos pelo Interventor Federal do Estado, 13 de fevereiro de 1939. APES G¹ 288.

É importante destacar que não foi apenas por causa dessas relações que se discutiram as questões da educação, visto que “inovações” educacionais vinham ocorrendo desde as discussões sobre a implantação dos métodos da Pedagogia Moderna.

Com a mudança do princípio de civilização, o qual tinha o intuito de formar cidadãos democráticos para a Nação, alterou-se, também, a concepção de educação e, com o surgimento da ABE e das suas relações com outros estados do Brasil, as idéias escolanovistas ganharam novos adeptos.

A propagação das idéias educacionais em Sergipe deu-se processualmente. Os agentes do campo intelectual apropriaram-se dos métodos da Pedagogia Moderna. Posteriormente, com o surgimento da Associação Brasileira de Educação e com a discussão dos preceitos escolanovistas, outros agentes da intelligentsia sergipana começaram a defender esta nova educação e a difundiram por meio da imprensa e do curso de formação de professores. A propagação de tais idéias nos grupos escolares de Sergipe ficava a cargo dos inspetores, os quais tinham a função de verificar como se encontravam os estabelecimentos de ensino e oferecer informação sobre os novos métodos educacionais.

Diante disso, é importante analisar o contexto educacional sergipano, através da análise das apropriações dos preceitos educacionais pelos intelectuais sergipanos e difusão desses princípios no campo educacional, em que se encontrava o Estado de Sergipe.

No ano de 1935, Heribaldo Dantas tomou posse na Direção da Instrução Pública do Estado de Sergipe e elaborou um relatório para apresentar ao Governador do Estado da situação da instrução sergipana. O seu relatório foi publicado parcialmente no Jornal Diário Oficial. De imediato, o Presidente da Instrução alegou que a situação do quadro educacional era bastante desoladora³⁰.

Naquele ano, a distribuição da instrução pública estava dividida da seguinte maneira: instrução pré-escolar, funcionando a “Casa da Criança”³¹, e escolas maternais;

³⁰SERGIPE. Relatório da Instrução Pública apresentado por Heribaldo Dantas. Diário Oficial, ano XVII, nº 6212, 8 de junho de 1935, APES I²⁴.

³¹A Casa da Criança era um lugar que oferecia um atendimento integral para as crianças de até seis anos de idade; nela se desenvolvia o Jardim de Infância e a Inspetoria de Higiene Infantil e Assistência Escolar. Para saber mais consultar: LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro Jardim de Infância de**

o ensino primário com 15 (quinze) grupos escolares e escolas isoladas e o ensino secundário, o qual funcionava em instituições como o Atheneu Pedro II, a Escola Normal Ruy Barbosa, a Escola de Comércio Conselheiro Orlando, colégios particulares (Salesiano, Tobias Barreto, Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora das Graças) e o Instituto Profissional Coelho e Campos³².

Vinte e seis anos depois, Nunes Mendonça (1958) elaborou um trabalho que revelou o aumento do número de grupos escolares, conforme se constata no quadro um. Naquele ano estavam funcionando 38 (trinta e oito) grupos escolares, 536 (quinhentos e trinta e seis) escolas isoladas e 288 (duzentos e oitenta e oito) escolas instaladas em casas que não tinham condições higiênicas adequadas. (Ver quadro 1)

No ensino pré-primário havia três unidades em todo o Estado, no nível médio funcionavam 44 (quarenta e quatro) unidades escolares, sendo que 21 (vinte e um) eram ensino secundário, 7 (sete) ensino comercial, 7 (sete) curso normal, 7 (sete) de ensino industrial e 2 (dois) do ensino agrícola. Além do ensino secundário, havia 5 estabelecimentos de nível superior.

QUADRO 1: Situação Educacional Sergipana.

NÍVEL	Nº DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES		TOTAL
PRIMÁRIO	GRUPOS ESCOLARES	38	862
	ESCOLAS ISOLADAS	536	
	ESCOLAS SEM CONDIÇÕES	288	
MÉDIO	SECUNDÁRIO	21	47
	GINASIAL	16	
	COLEGIAL	5	
	CIENTÍFICO	4	
	CLÁSSICO	1	
SUPERIOR	FACULDADE DE FILOSOFIA	1	5
	FACULDADE DE DIREITO	1	
	FACULDADE DE CIENCIAS ECONÔMICAS	1	
	ESCOLA DE QUÍMICA	1	
	ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL	1	

Quadro elaborado pela pesquisadora a partir das informações oferecidas no livro de Nunes Mendonça (1958). Fonte: MENDONÇA, J. A. Nunes. **A Educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

Sergipe: Contribuição ao estudo da Educação Infantil (1932-1942) Dissertação de Mestrado em Educação. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS, 2004.

³²Dados publicados por Heribaldo Dantas no Jornal Diário Oficial. SERGIPE. Diário Oficial, ano XVII, nº 6212, 8 de junho de 1935, p. 03, APES I²⁴. SERGIPE. Diário Oficial, ano XVII, nº 6213, 9 de junho de 1935, p.04, APES I²⁴. SERGIPE. Diário Oficial, ano XVII, nº 6214, 11 de junho de 1935, APES I²⁴. SERGIPE. Diário Oficial, ano XVII, nº 6215, 12 de junho de 1935, p. 04. APES I²⁴.

Para o acontecimento das mudanças educacionais, como o aumento do número de escolas, houve no período a atuação de diferentes intelectuais sergipanos no tocante à Pedagogia Moderna e à Escola Nova, que difundiram tais idéias, como Balthasar Góes, Helvécio de Andrade, Rocha Lima, Nunes Mendonça e Acrísio Cruz.

Com relação à Pedagogia Moderna em Sergipe, destacou-se a atuação do professor paulista Carlos da Silveira, o qual era técnico e veio a Sergipe com o intuito de renovar o ensino nesse Estado. Naquele período, técnicos paulistas vinham a Sergipe; da mesma forma, técnicos sergipanos iam a São Paulo, a fim de analisar os métodos modernos adotados naquele lugar.

No ano de 1909, o governador sergipano Rodrigues Dórea (1908-1911) chamou Carlos da Silveira para reorganizar o ensino. “Este propôs um plano que previa a construção de grupos escolares, a organização do serviço de inspeção escolar, a adoção dos novos métodos de ensino e a remodelação dos ensinos normal e secundário” (NASCIMENTO, 2006, p. 153).

Destaca-se também a atuação do professor Balthasar de Araújo Góes³³. Ele publicou o livro “Pedagogia – Apostillas de Pedagogia – precedidas de algumas noções de Psychologia colhida de bons mestres”, no ano de 1905, para a formação dos alunos do Curso Normal. Consoante Alves (2006), para fundamentar a sua obra, ele se apropriou das idéias de Rousseau, com a obra Emílio e de Calkins, com o livro Lições de coisas³⁴, além de outros autores.

[...] Refere-se ainda o autor às seguintes obras: “Emílio” de Rousseau; “O cuidado das crianças” de Monsenhor Sebastião Kneipp; “Arte de formar homens de bem” de Dr. J. n. Jaguaribe Filho; “A instrução publica” (1890), de João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes; “Grammatica elementar”, “Cartilha Nacional” e “Elementos de Educação Cívica e Moral”, de Hilário Ribeiro; “Elementos de Pedagogia” de Graça Affreixo e Henrique Freire; “Primeiras lições de coisas” de Norman Alisson Calkins; “Cartilha Maternal” (1878), de João de Deus ; “Coração, Educação Cívica” de Edmundo de Amicis, traduzido por João Ribeiro (ALVES, 2006, p. 04).

³³Balthasar Góes (1853-1914) nasceu em Itaporanga-SE, cursou humanidades no Atheneu Sergipense, foi jornalista, professor do Atheneu, Escola Normal e diretor do Grupo Escolar Modelo. Assumiu cargos de importância na política e foi membro da Junta Oficial do Estado de Sergipe (GUARANÁ, 1925).

³⁴ Este livro foi traduzido para o Português por Ruy Barbosa e explicava como devia ser desenvolvido o método intuitivo.

As leituras desses autores permitiram a Balthasar ter um conhecimento das inovações pedagógicas, mais precisamente da Pedagogia Moderna. Conhecedor desses princípios educacionais, elaborou o primeiro programa de ensino para os grupos escolares no ano de 1912. Um dos aspectos que Balthasar defendeu no programa foi o uso do método intuitivo.

Depois que elaborou o programa, ele o apresentou ao Conselho da Educação. O presidente, Cônego Francisco Gonçalves Lima, nomeou uma comissão para dar um parecer sobre o programa, sendo a referida comissão composta pelo diretor do Colégio Atheneu, José Moreira Magalhães³⁵, o professor Francisco Teixeira³⁶ e o Dr. João Antônio de Oliveira³⁷. Três dias após a apresentação do programa, a comissão emitiu o seguinte parecer, aprovado por unanimidade (SERGIPE, Ata da Reunião do Conselho Superior, 1912)³⁸:

Todo trabalho pedagógico que não for baseado na razão, no bom senso e na experiência, não preenche o seu fim, é completamente inútil, detróe-se por si mesmo. Neste presuposto o trabalho do professor Balthasar Góes merece atenção e o pensar dos competentes; já pela simplicidade do methodo com que desenvolve e resolve os problemas da instucção preliminar, já pelo modo de dizer uma clareza e concisão admiráveis.

Elle, na maioria dos casos, não demonstra, mostra: tem expressões axiomáticas. Somos do numero d'aquelles que pensam ser mais difficil ensinar do que aprender; o educador tem muitas vezes necessidade, a bem da didactica, com o fito único de se fazer comprehendido, de afastar-se da technologia, de tornar-se creança para ensinar as creanças, de vestir seu pensamento de lã quando poderia vestir de seda. Para os individuos alheios à practica do ensino, só a

³⁵José Moreira Magalhães foi um dos fundadores do Instituto Histórico de Sergipe; nasceu em Estância e formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia. Foi lente da cadeira de física e química do Atheneu e, em 1911, foi transferido para a cadeira de ciências físicas e naturais da Escola Normal (GUARANÁ, 1925).

³⁶Filho de advogado do mesmo nome, nasceu em Estância no dia 14 de Julho de 1860, vindo a falecer no dia 25 de abril de 1923. Cursou Farmácia na Bahia, foi professor da Escola Normal e do Atheneu Sergipense e em 1908, no governo de Guilherme Campos, foi diretor interino da Instrução Pública do Estado (GUARANÁ, 1925).

³⁷João Antônio Oliveira nasceu na cidade de Itabaiana no dia 20 de Junho de 1872. Foi bacharel em ciências sociais e exerceu vários cargos em Sergipe e outras regiões do país. Foi promotor e juiz substituto em Mina Gerais. Em 1905 ele retornou a Sergipe e foi nomeado promotor público da capital; em seguida ele foi escolhido para trabalhar como fiscal do Governo. Em Sergipe, ele também exerceu outros cargos como chefe da polícia e juiz de direito da 2ª vara da comarca de Aracaju. (GUARANÁ, 1925).

³⁸SERGIPE. Atas das reuniões do Conselho Superior do Ensino dos dias 17 e 20 de janeiro de 1912. APES E¹02.

phrase campanuda e a mímica espalhafatosa recomendam o professor. É o que não encontrarão por certo, no Director do grupos escolares da capital Sergipana: o seu trabalho é o fructo bem sazonado da experiência de longos annos, pois desde a juventude trabalha afanosamente em favor da instrucção, pouco importando-se com a indiferença de uns, a ingratição de outros e a ignorância do maior numero. No seu trabalho-programma fez elle applicação da Pedagogia a todas as materias constitutivas do curso primário, trabalho difficil que não se adquire sem a practica do ensino e sem o pendor natural para o magistério.

No portuguez, na mathematica elementar, na geographia, etc, elle se houve, na applicação da Pedagogia, com o tino de um psychologo, a paciência de um anachoreta e a vonstade de perseverante de stoico.

O seu trabalho é a prova provada de que dentro de Sergipe há quem saiba educar e bem dirigir a mocidade. Oxalá possa elle continuar prestando seus serviços à instrucção, bem servindo d'este modo nossa Pátria! Pelo exposto, somos, pois, de parecer que o "Programma" do professor Balthasar Góes deve ser adoptado.

No parecer, percebeu-se a satisfação dos membros da comissão em relação ao programa elaborado por Balthasar Góes. Para eles, a experiência desse professor influenciou positivamente na elaboração do programa. Neste, estavam presentes as matérias do ensino primário organizadas pedagogicamente. O método veiculado no programa foi também uma questão discutida no parecer sendo que, para os representantes da comissão, o Diretor dos Grupos Escolares demonstrou de modo detalhado como os professores deviam ensinar essas matérias.

Balthasar Góes deixou implícito que o docente tinha obrigação de ensinar comparando os conhecimentos sistemáticos às questões que os alunos conseguissem observar e nas disciplinas não era conveniente que as crianças decorassem o conteúdo. Somente para alguns assuntos era adequado o uso da memória para a aquisição do conhecimento.

No ensino da Língua Materna, a professora no primeiro ano precisava educar a inteligência infantil, fazendo com que os alunos compreendessem os conteúdos dessa disciplina envolvendo o Alfabeto, as letras e as syllabas³⁹. Trabalhadas cada uma das lições, o programa orientava que o (a) aluno (a) devia escrever nas ardósias⁴⁰ pequenas sentenças, as quais necessitavam ser compreendidas pelos estudantes.

³⁹SERGIPE. Programma para os Grupos Escolares de 1912. BPED: Leis e Decretos. DS 916

⁴⁰ Era um tipo de pedra utilizado nas escolas pelas crianças, nas quais elas escreviam os assuntos ministrados nas aulas.

A partir do segundo ano, o programa da disciplina ficou dividido em três áreas: leitura, exercícios orais e exercícios escritos. Neste momento, era conveniente fazer com que a criança aprendesse a ler ofícios, requerimentos, cartas, recibos e escrituras. Além disso, o emprego dos sinais de pontuação também era exigido.

No tocante aos exercícios orais, o docente devia desenvolver palestras para que as crianças falassem sobre assuntos instrutivos e fáceis e também incentivar as crianças para que reproduzissem assuntos explicados anteriormente. Este tipo de atividade tinha como objetivo fazer com que os (as) alunos (as) aprendessem a falar em público.

Em relação aos exercícios escritos, a preocupação era com a caligrafia e com a ortografia. Para desenvolver uma melhor escrita, o programa previa que as crianças transcrevessem trechos de frases escritos pelo professor na ardósia.

No que concerne à ortografia, o programa pontuava que os docentes fizessem ditados com seus alunos (as), e os mesmos reproduzissem por escrito, com as próprias palavras, os assuntos explicados pelos professores ou assuntos escolhidos pelo (a) próprio (a) aluno (a) como cartas, ofícios, requerimentos. Além dessa orientação, o programa determinava que as crianças respondessem, nas ardósias ou nos cadernos, os assuntos escritos no quadro pelo docente.

No quarto ano, além de aprofundar os três aspectos já citados, os (as) alunos (as) deviam aprender algumas noções de sintaxe, abolindo a mera decoração, porém o programa abria exceção para o ensino da conjugação, destacando que este assunto devia ser decorado. Neste ano, no que concerne ao exercício oral, desenvolvia-se o diálogo entre alunos (as) e professores sobre assuntos que eram de conhecimento de ambos. O programa, também determinava as atividades de recitação das prosas e dos versos.

Em suma, a disciplina da Língua Materna tinha o intuito de fazer com que os (as) alunos (as) aprendessem a ler e a escrever. Nos grupos escolares eram indicados assuntos e metodologias de ensino para que as crianças pudessem ter desenvoltura tanto na escrita como na fala, sendo que o programa contemplava os exercícios orais e os exercícios escritos. O ensino da Língua Materna auxiliava no processo de formação de um cidadão comprometido com a pátria, além de habilitar os estudantes para atuar nas fábricas e a conviver em centros urbanos.

O conteúdo do ensino de aritmética estava relacionado a “uma finalidade instrumental e prática, tendo em vista o uso da vida, especialmente urbana, no comércio

e no trabalho” (SOUZA, 1998, p.17). Os Regulamentos da Instrução Pública do Estado de Sergipe de 1911⁴¹ e o de 1912⁴² determinavam que o ensino de aritmética era para se estender até regra de três. No Programa elaborado por Balthasar Góes, a organização dos conteúdos estava voltada aos cálculos, às operações, ao sistema métrico decimal e, por fim, à regra de três.

De acordo com o programa de Balthasar, para o ensino de Aritmética, era necessária a utilização de objetos e de coisas com o intuito de desenvolver a percepção do aluno. O Programa de 1912 determinava que no 1º ano o aluno devia aprender a contar comparando com os objetos (tampas, palitos, etc.) levados pelos professores. Aprendia também a somar e a diminuir, a escrever e a ler os números simples e compostos de dois algarismos e os algarismos romanos. No ensino dos algarismos romanos, a professora demonstrava onde tais algarismos estavam presentes: nos relógios, nos barcos, entre outros. Nesse ano, eram utilizadas as cartas de Parker para que os alunos pudessem fazer os exercícios.

No segundo ano, era feita uma revisão da 2ª seção do primeiro ano e se ensinava aos alunos a contar até 999, os algarismos romanos e a leitura e a escrita dos números compostos por três algarismos, provas dos nove, sistema decimal e os problemas da vida cotidiana. Nesse ano, ainda eram utilizadas as cartas de Parker. E no terceiro ano, além da revisão da 2ª seção do 2º ano, os alunos aprendiam as frações decimais, o sistema métrico, os pesos e medidas e a resolução de problemas.

Por fim, no quarto ano do curso primário, além das revisões do terceiro ano, eram ensinados os seguintes conteúdos: frações ordinárias, operações, problemas, máximo comum divisor, mínimo múltiplo comum, proporções e regra de três simples e composta. Além das disciplinas de Língua Materna e Aritmética, eram ensinadas outras disciplinas como Geografia, História, Desenho, Música, Gymnastica e Trabalhos Manuaes⁴³.

Os docentes que transmitiam esses conteúdos nem sempre eram profissionais formados pela Escola Normal. De acordo com o relatório elaborado pelo diretor dos Grupos Escolares, Balthasar Góes, nem todas as professoras que ministravam as aulas tinham um conhecimento teórico da Pedagogia.

⁴¹ SERGIPE. Decreto nº. 536 de 12 de agosto de 1911. BPED: Leis e Decretos. DS 916.

⁴² SERGIPE. Decreto nº. 571 de 19 de outubro de 1912. BPED: Leis e Decretos. DS 542.

⁴³ Os nomes das disciplinas estão escritos da mesma maneira que se apresentam no Programa de 1912.

[...] Como, porém, não é aqui lugar de ocupar-me senão das professoras, das boas collegas que commigo collaboraram na tarefa sagrada de educar os nossos patriciosinhos, congratulo-me em fixar o seu mérito, evidenciando pela sua docilidade e pela uniformidade de vistas em alvejar-mos o mesmo mobilíssimo ponto. Algumas, até – confirmando o que acima asseritei não são Normalistas, isto é portadoras de teorias pedagógicas: mas estão praticando uma boa pedagogia.

Zelosas de sua dignidade e possuidoras das suas qualidades indispensáveis a seu encargo nobilitante, ellas se esforçam no estudo de quanto deve illustrá-las para desempenharem bem. (SERGIPE, Relatório anual da direção de Balthasar Góes, 1813, p. 03)⁴⁴

Nesse momento, o ensino nos grupos escolares era ministrado por pessoas leigas; por conseguinte, segundo Balthasar Góes, isso não impedia o bom desenvolvimento do trabalho, pois para ele “não é a Pedagogia que faz o mestre, mas o mestre que faz a pedagogia”(SERGIPE, Balthasar Góes, Relatório Anual da direção, 1913, p. 02)⁴⁵, contrariando algumas idéias da Pedagogia Moderna. Esta determinava que o ensino fosse feito por pessoas as quais tivessem formação adequada e o conhecimento necessário para aplicar os conteúdos de acordo com o método intuitivo.

Outro fator não coerente com as idéias da Pedagogia Moderna aludia ao uso dos castigos físicos. Apesar de ser contrária a esta modalidade, para Balthasar o seu uso era permitido em alguns casos. Alves (2006) demonstra que Balthasar Góes aconselhava o uso do castigo físico nas escolas destinadas para meninos, “somente quando já tivessem esgotadas todas as medidas educacionais de cunho moral; porém, para as escolas de meninas, o uso dos castigos físicos não era apropriado” (ALVES, 2006, p. 07).

Como se vê, embora tivesse obtido os conhecimentos das inovações pedagógicas, as mudanças e as considerações referentes ao processo de ensino não ocorreram de maneira abrupta. Apesar disso, não se pode negar a importância desse intelectual no processo de difusão da Pedagogia Moderna, visto que foi ele quem

⁴⁴SERGIPE. Relatório apresentado por Balthasar Góes no dia 31 de julho de 1913 ao Diretor da Instrução Pública sobre o ensino durante o período de agosto de 1912 à julho de 1913 nos Grupos Escolares. APES E⁶ 928.

⁴⁵SERGIPE. Afirmação presente no relatório apresentado no dia 31 de julho de 1913 ao Diretor da Instrução Pública sobre o ensino durante o período de agosto de 1912 a julho de 1913, nos Grupos Escolares. APES E⁶ 928

elaborou um programa para os cursos primários, fundamentando-se nos preceitos da Pedagogia Moderna.

Outra contribuição importante partiu do professor Helvécio de Andrade⁴⁶ para a difusão das idéias da Pedagogia Moderna e do ideário escolanovista. Ele publicou obras na área da medicina e na área da educação. Para a formação das alunas-mestres da Escola Normal, Helvécio publicou o livro “Curso de Pedagogia: Psicologia, Pedologia, e Higiene Escolar”, em 1913. Ele tinha o intuito de demonstrar, de maneira sistemática, os conhecimentos da Pedagogia Moderna destacando os aspectos higienistas.

As práticas higienistas estavam atreladas ao combate das doenças e à preservação da saúde; para isso, era necessário moldar o comportamento das pessoas criando nelas *habitus*⁴⁷, adaptando-as a uma nova sociedade.

Enquanto Aracaju passava por um processo de embelezamento, com projetos voltados para a modernização do espaço urbanístico, principalmente a partir do ‘tabuleiro de Pirro’, as instituições escolares acompanham essas mudanças estruturais por meio do remodelamento da arquitetura escolar. Concebidas pelos princípios das práticas higienistas, o objetivo era civilizar cultivando novos hábitos e, assim, regenerar a sociedade (VALENÇA, 2006, p. 108).

Helvécio de Andrade defendia o uso do método intuitivo como uma maneira de despertar o interesse do aluno. Ele era contra os castigos físicos, pois para ele “esse método produziria apenas meninos neurastênicos que estudavam mais pelo ‘temor da fêrula’ que por amor ao saber, ou mesmo, crianças negligentes que se habituavam aos castigos físicos e relaxavam” (VALENÇA, 2006, p. 138).

⁴⁶ Helvécio de Andrade (1864-1940) foi professor da Escola Normal e Diretor da Instrução Pública no período de 1914 a 1918 e nos anos de 1931 à 1935 divulgou algumas obras defendendo o uso do método intuitivo no processo de ensino. Este intelectual se formou em Medicina na Bahia no ano de 1886. Ele trabalhou na área de medicina em Santos, no Estado de São Paulo, sendo que, decorrente os seus conhecimentos políticos, foi indicado como Inspetor Escolar desta cidade. Durante o período em que foi inspetor, ele teve contato com as reformas realizadas na administração de Caetano de Campos. As reformas consistiam na inauguração de escolas em edifícios majestosos como os grupos escolares, a Escola Normal e o Grupo Escolar Modelo, anexo a esta última instituição. As reformas feitas estavam fundamentadas nos princípios da Pedagogia Moderna. Para saber mais ver VALENÇA, Cristina. **Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da Pedagogia moderna por Helvécio de Andrade 1911-1935. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2006.

⁴⁷ Chartier, em “A Beira da Falésia” explica a diferença entre hábito e *habitus*. Segundo este autor, hábito é algo que adquirimos e reproduzimos. *Habitus* tem uma relação com o hábito e é introduzido por nós sem que percebemos e que marca o padrão da nossa atitude (2002).

Uma das reformas que ele empreendeu na Instrução Pública foi a inclusão da disciplina Moral e Cívica no programa dos grupos escolares, no ano de 1915. “A disciplina Educação Moral e Cívica tinha, para Helvécio de Andrade, o propósito de civilizar, tornar as crianças seres sociáveis e conscientes dos deveres patrióticos” (VALENÇA, 2006, p. 17).

Depois que Helvécio se tornou membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), entrou em contato com outros intelectuais da educação, dentre eles, os renovadores, e um dos pontos defendidos foi o uso do método intuitivo ativo. Através dos trabalhos publicados por Helvécio na área de Educação, Cristina Valença (2006) chegou à conclusão de que ele:

Defendia uma escola pública mais “educativa” que “instrutiva”. Além disso, discutiu, nesse texto, as dificuldades dos professores primários, a importância da aplicação dos processos de ensino da Escola Ativa e dos métodos de ensino para modernizar a instrução pública. Foi através desses textos e dos relatórios emitidos ao governo interventorial, em 1931 e 1932, que Helvécio de Andrade manifestou sua apropriação das concepções educacionais embasadas nos princípios defendidos pela Associação Brasileira da Educação (VALENÇA, 2006, p. 219).

A higienização defendida por este intelectual destinava-se a melhorar a saúde da população, formando nela *habitus* de comportamentos necessários à prevenção de doenças. A racionalização era a distribuição de alunos em espaços homogêneos e o controle das aulas através do tempo. E a nacionalização significava a defesa de uma escola autônoma e nacional, sem a interferência de pensamentos estrangeiros.

[...] o professor de Pedagogia foi enfático na defesa da criação de uma escola brasileira e não instituí-la aos moldes de teorias estrangeiras. “O ensino e educação nacionais devem visar a finalidades cívicas brasileiras”, ressaltava. Contudo, isso não significava que ele fosse contrário a inserção das práticas e dos ideais da Escola Nova, solicitava que fossem utilizados apenas os processos executáveis na educação Sergipana. Incentivava a aplicação dos centros de interesses, dos diários infantis, dos métodos intuitivo e analítico, dos projetos escolares, das aulas de observação e experiência, da educação para vida cívica, do ensino da moral, da unificação do sistema escolar e da escola ativa (VALENÇA, 2006, p. 223).

Em Sergipe, Helvécio de Andrade criou a Associação Sergipana de Educação (ASE), com o intuito de abordar temas relacionados à educação do Estado. Algumas das suas idéias coadunavam-se com as concepções abeanas, como o caso dos princípios da ABE que eram higienizar, racionalizar e nacionalizar. A ASE foi criada no dia 06 de fevereiro de 1934; a mesma era filiada à Associação Brasileira de Educação. Durante a fundação da ASE, estavam presentes professores da Escola Normal, diretores dos grupos escolares e inspetores⁴⁸.

Helvécio de Andrade assumiu a presidência da Instrução Pública e da Associação. De acordo com a ata de fundação, ele designou o Conselho Diretor da Associação Sergipana de Educação; com isso, o Conselho ficou composto pelos seguintes integrantes: Helvécio de Andrade, como presidente; José Augusto da Rocha Lima, como vice-presidente; um secretário; um tesoureiro; três membros do magistério primário e três membros do magistério primário da capital.

No mesmo dia da fundação, Rocha Lima fez uma conferência denominada o “método intuitivo no ensino da leitura”, fato que demonstra a opção pedagógica da ASE. Como a Associação de Sergipe estava vinculada à Associação Brasileira da Educação, as suas idéias tinham uma relação com as concepções educacionais e políticas da Escola Nova.

Associação Brasileira de Educação

Para o conhecimento de todo Sergipe a qual devem interessar a vida e os fins da Associação reproduzida em todos os Estados, publicamos a ata da sua instalação:

Aos seis dias (6) do mês de fevereiro de 1934, no edifício da Escola Normal “Rui Barbosa” (Sala Carlos Silveira) às 10 horas, perante numerosos representantes, do ensino primário, normal e secundário, diretor do Atheneu Pedro II, representado pelo professor Florentino

⁴⁸No dia da fundação, estavam presentes José Augusto da Rocha Lima, Francisco da Graça Leite, José Magalhães Carneiro, Joaquim Sobral, Florentino Teles de Menezes, Luiza Paes, Passos Cabral, José V. Teles de Menezes, funcionários da Instrução; Graciene Fernandes Barbosa, Andréa Quaranta, Maria Ávila Lima, Maria Amélia Fontes Santos, Laura Silva Baião, Dalva Bomfim Campos, Aloísia dos Santos Lima, Maria Regina de Oliveira, Nilda Ferreira Santos, Rosalva Brito, Maria da Glória Barros, Fausta de Mendonça Viana, Odelina de Almeida Quaranta, Josefina Nogueira, Maria José Oliveira, Perpedigna Cavalcante Menezes, Zélia Araújo Vieira e Silva, Odinéia Brito Manguiera, Maria Pureza Santana, Eliza Rocha, Maria Lima Santos Joana Maria da Silva Maria Oliveira alves, Aurora Santos, Alocina Alves Leite, Eulina Lídio Araújo, Dulcinéia da Conceição Silva, Izabel de Santana, Inês Oliveira Freire, Isaura Carvalho Oliveira, Maria da Conceição Mendonça, professoras primárias (SERGIPE. Ata da fundação da Associação Sergipana de Educação. Diário Oficial de Sergipe, 1 de Abril de 1934, ano XVI, nº 5927, p. 04).

Menezes, diretor da Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, sob a presidência do diretor geral da instrução pública, Dr. Helvécio de Andrade, servindo de secretário o professor José Augusto da Rocha Lima, assistente técnico da Diretoria da Instrução Pública, e o professor Francisco da Graça Leite, teve efetividade a sessão de fundação da Associação Sergipana de Educação, que será filiada a Associação Brasileira de Educação.

Lidas as bases e os fins da Associação que foram aprovadas, a Assembléia conferiu ao Conselho Diretor poderes para confeccionar dentro daquelas bases e publicá-los, dando por aprovados para todos os efeitos legais.

O conselho diretor ficou constituído pelo diretor da Instrução Pública, como presidente; professor José Augusto da Rocha Lima, como vice-presidente; um secretário, um tesoureiro e três membros do magistério primário da capital, que serão indicados pelo Conselho, e de três membros escolhidos do mesmo modo, dentre os diretores da Instrução Pública, ao todo dez membros.

Em seguida o professor José Augusto, aproveitando-se da excelente oportunidade de acharam-se presentes a Assembléia numerosos membros do magistério primário, realizou uma proveitosa e brilhante palestra pedagógica, tomando como assunto o “Método Intuitivo no ensino primário”, digo no ensino da leitura – Associação Sergipana de Educação tem duas espécie de sócios – efetivos e avulsos. Efetivos são todos os professores públicos primários, os professores secundários que estiverem presentes à fundação, e os que forem propostos por qualquer membro; sócios avulsos serão todas as pessoas estranhas ao ensino publico que forem propostas.

Entre os professores secundários que compareceram a Assembléia, estava o professor Magalhães Carneiro, por si e pelo professor Joaquim Sobral.

O Conselho Diretor indicou como secretário o sócio efetivo o professor Francisco da Graça Leite e para tesoureiro o sócio avulso José Vieira Teles de Menezes, 1º escriturário da Diretoria da Instrução Pública.

A sessão foi encerrada as 12 e meia horas, depois de o presidente congratular-se com o professorado pela fundação da Sociedade. E para constar, eu, Francisco da Graça Leite, secretário, lavrei a presente ata, que fica assinada por todos os membros presentes. Em tempo:

Foram apresentados dois officios dos senhores diretores do Atheneu Pedro II e Escola de Comércio “Conselheiro Orlando”, em os quais congratulavam-se com o sr. dr. diretor geral da Instrução Pública, pela fundação da nobre Associação [...] (SERGIPE, Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1934)⁴⁹.

Após a concretização da fundação da ASE, o seu estatuto foi elaborado; o mesmo determinava que a Associação devia ser mantida através da contribuição mensal dos sócios filiados a ela. Com o estatuto, uma comissão de professores designada por

⁴⁹ SERGIPE. Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1 de Abril de 1934, ano XVI, nº 5927, p. 05. APES I¹ 56.

Helvécio de Andrade⁵⁰ foi ao Palácio do Governo para comunicar ao Interventor sobre a fundação da ASE. No dia 29 de junho de 1934, foi registrado no Jornal Diário Oficial o parecer de aceitação da filiação da ASE à Associação Brasileira de Educação.

Associação Sergipana de Educação

Para conhecimento do professorado sergipano e dos socios da ASE, damos abaixo o seguinte:

Parecer

Tendo presentes o Estatuto da Associação Sergipana de Educação, fundada em fevereiro findo no Estado de Sergipe, e havendo recebido ofício em que o presidente da mesma Associação, dr. Helvécio Andrade, solicita a sua filiação a ABE, declaro que verifiquei estarem no caso preenchidas as condições exigidas pelo artigo 13 dos Estatutos desta e, assim, opino, em face do art. 6º do Regimento Interno, que seja concedida sem demora a filiação solicitada. Rio, 31 de maio de 1934 - M. B. Lourenço Filho, presidente da Associação Brasileira de Educação. (SERGIPE, Diário Oficial da União, 1934)⁵¹

Apesar de Helvécio ser adepto de algumas idéias dos renovadores, ele não concordava com um dos princípios defendidos por eles: o ensino laico. O intelectual defendia a necessidade de se ensinar a moral católica nas escolas, utilizando o método intuitivo na transmissão desses conhecimentos.

Outro estudioso, que difundiu junto com Helvécio de Andrade as idéias escolanovistas, foi o professor José Augusto da Rocha Lima, que trabalhou na Instrução Pública de Sergipe durante onze anos (1931 – 1942). Ele teve um papel fundamental no processo de difusão das idéias paulistas em Sergipe, devido aos estudos realizados no sul do país sobre as novas práticas pedagógicas.

É emblemática a figura deste intelectual que, apesar de não ter sido estruturado ou destacado como um dos difusores de métodos e técnicas pedagógicas pautadas na Escola Nova, se empenhou na tarefa de realizar estudos teóricos e práticas a respeito para serem adotados na instrução pública, dando-nos indicativos de sua importância no contexto da reforma educacional em Sergipe, na década de 1930, ao mediar a construção de uma cultura escolar representava os anseios das classes dirigentes então decididas a construir o “Estado Novo”. (SOBRAL, 2006, p. 09)

⁵⁰Esta comissão foi composta pelos professores Passos Cabral, José Augusto da Rocha Lima e Graças Leite. SERGIPE . Jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe . 21 de junho de 1934, ano XVI, nº 5920, p. 03. APES I¹ 56

⁵¹ SERGIPE. Jornal Diário Oficial. 21 de junho de 1934, ano XVI, nº 5989, p. 03. APES I¹ 56

No ano de 1931, Rocha Lima foi indicado para realizar uma viagem a São Paulo, no intuito de estudar os novos métodos e as técnicas de ensino para serem adotados em Sergipe. Na viagem, ele visitou estabelecimentos de ensino e teve contato com as atividades pedagógicas desenvolvidas nesses estabelecimentos.

Durante os dias em que ficou em São Paulo, ele descreveu as visitas que fez e os contatos que teve, elaborando assim, um relatório. Em relação ao documento, Neide Sobral (2006) demonstra a opinião de Rocha Lima no tocante à aplicação das idéias da Escola Ativa.

No referido relatório, José Augusto da Rocha pergunta: “Podemos realizar em Sergipe a Escola Ativa?” (Rocha Lima, 1931, p. 46). Reconhecendo que a escola é uma questão vital para o Brasil, um Brasil novo, uma escola nova, aponta as dificuldades pelas quais passa a escola sergipana e pede prudência para evitar-se o “salto no escuro”. Propõe então “ensaiar a Escola Ativa na capital e nas principais cidades, nos grupos escolares e na Escola de Aplicação anexa à Escola Normal” (SOBRAL, 2006, p. 03)

Ainda em relação ao documento, José Augusto da Rocha Lima demonstrou que teve contato com um dos pioneiros da educação, Lourenço Filho, o qual acompanhou aquele inspetor para conhecer a instrução pública da cidade de São Paulo.

Para fundamentar o seu relatório, o inspetor Rocha Lima se apropriou das concepções de Ferrière⁵², Claparède⁵³, Dewey, Decroly⁵⁴, Montessori⁵⁵. Integrantes do discurso pedagógico que elaboraram métodos de ensino estavam presentes no ideário escolanovista. Rocha Lima não condenava por completo a Escola Tradicional, mas alertava que a Escola Nova veio modificar alguns aspectos da Pedagogia Antiga.

⁵²Para Ferrière (1879-1960) a escola devia se transformar profundamente, colocando no centro de suas atividades o jogo e o trabalho. A formação devia ter um caráter democrático reforçando os aspectos de autonomia e a vida escolar devia se fundamentar no sistema de auto-governo. (CAMBI, 1999)

⁵³Para Claparède (1873-1940) a escola devia se organizar sob medida para as crianças, a aprendizagem tem que ser individual, respeitando o desenvolvimento de cada criança e oferecer vários tipos de atividade para que o aluno possa escolher. (CAMBI, 1999)

⁵⁴Ovídio Decroly (1871-1932) era médico e realizou trabalhos com “crianças” anormais. Ele desenvolveu uma nova forma de ensino denominada “centros de interesse” e aulas globalizadas. (CAMBI, 1999)

⁵⁵Montessori (1870- 1952) foi médica e se dedicou para cuidar de crianças excepcionais. Ela acrescentou a idéia de que a criança deve desenvolver livremente suas próprias atividades para amadurecer as suas capacidades, porém a liberdade defendida por Montessori não é a mesma coisa que espontaneísmo. (CAMBI, 1999)

Apesar de Rocha Lima ter feito essa viagem com o intuito de verificar os aspectos educacionais daquele Estado, ele afirmou em seu relatório que Sergipe não devia copiar os padrões de ensino da escola paulista, visto que havia diferenças entre São Paulo e Sergipe. O ideal era analisar as instruções vistas em São Paulo e adaptá-las à realidade de Sergipe.

Analisando a instrução pública de São Paulo, Rocha Lima fez algumas considerações para melhorar o ensino em Sergipe. Uma delas foi o alerta que deu para a necessidade de se atentar com o cuidado da Biblioteca Pedagógica, a qual se encontrava anexa à Diretoria da Instrução, com o objetivo de fornecer aos professores instrumentos teóricos sobre as ciências pedagógicas e suas aplicações na educação.

Além disso, ele ressaltou a intensa propaganda que era realizada em São Paulo para conquistar os professores em prol da utilização dos novos princípios pedagógicos. Os mecanismos para difundir as “novas” concepções pedagógicas davam-se por meio de palestras e conferências (SERGIPE, Relatório de Rocha Lima, 1931, p. 01).

No tocante ao ensino, Rocha Lima advertiu que a instrução fosse uma preparação, o ensino não podia estar desarticulado do cotidiano social, o mesmo servia para que o aluno tivesse conhecimento do meio em que vivia. Por isso sustentava que a escola deve preparar para a vida, “em vez de se limitar ao aprendizado de técnicas (leitura, escrita, ortografia, cálculo) e ao ensino verbal de geografia, história, e de outra ciência morta” (SERGIPE, Relatório de Rocha Lima, 1931, p. 12).

Todo o programa de ensino devia se desenvolver de acordo com os interesses do aluno para que, no processo de aprendizagem, fosse empreendida uma iniciativa por parte do educando. Diante disso, o método de ensino considerado por ele era o de aulas globalizadas defendido por Ovídio Decroly: “Desde que se separa a atividade do interesse, adverte Dewey, cria-se um luta entre dois pólos da atividade. Formam-se hábitos mecânicos visíveis pelo movimento externo, mas onde se acha ausente a capacidade de reação” (SERGIPE, Relatório de Rocha Lima, 1931, p. 13).

Um outro intelectual escolanovista que teve uma atuação em Sergipe foi José Antônio Nunes Mendonça. Segundo Josefa Eliana de Souza (2003), Nunes Mendonça foi deputado estadual e professor do Instituto de Educação Rui Barbosa.

Josefa Eliana de Souza (2003) comenta que os princípios escolanovistas estavam presentes desde o final do século XIX; porém, essas idéias tiveram maior destaque no

Estado quando foram sistematizadas por Nunes Mendonça em seu livro “A Educação em Sergipe”.

Tal como em A Cultura Brasileira, o trabalho desenvolvido pelo professor Nunes Mendonça em A Educação em Sergipe fazia parte de um projeto maior. Se para o primeiro representou uma encomenda da CNN, para o segundo foi uma tarefa atribuída pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (SOUZA, 2003, p. 121).

O escolanovista Nunes Mendonça foi estagiário do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)⁵⁶, o qual tinha como diretor, naquela época, Anísio Teixeira. Nunes Mendonça conviveu com escolanovistas e foi incumbido de realizar uma pesquisa sobre a educação em Sergipe. O seu livro é um estudo sociológico escrito em 1956; porém, a publicação ocorreu apenas em 1958.

O seu trabalho é um relatório de estudo apresentado ao Centro de Pesquisas Educacionais e foi com ele que Nunes Mendonça concorreu para o cargo de Professor Catedrático de Pedagogia do Instituto de Educação “Ruy Barbosa”. Para a realização do estudo, o intelectual utilizou técnicas do método histórico e do normative survey.

Nunes Mendonça demonstrou no início do trabalho, os aspectos sócio culturais e econômicos, pois acreditava que os mesmos influenciavam na educação. Em seguida, o autor do livro “Educação Sergipana” abordou a situação educacional dos vários níveis de Educação em Sergipe: o ensino primário, supletivo, médio, agrícola e superior. Outros assuntos também foram comentados por Nunes Mendonça, tais como a relação da Política e educação, a constituição estadual, as peculiaridades do professor primário e do ensino normal e a relação da família e escola.

Uma das conclusões obtidas em sua análise foi a de que as reformas na educação do Estado sergipano ficaram restritas no papel, ou seja, o uso dos preceitos

⁵⁶ O INEP foi criado no dia 13 de janeiro de 1937, por meio do Decreto de nº 580. Inicialmente era denominado de Instituto Nacional de Pedagogia, depois passou a Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais. “Segundo o Decreto-Lei, cabia ao Inep ‘organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos’. Também cabia ao Inep participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União” (BRASIL, 2008). BRASIL, **História do Inep**. 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>> Acesso em: 08 abr de 2008.

escolanovistas não foi atingido na prática do ensino. As reformas em Sergipe, como em outras partes do Brasil, processava-se no papel por meio de uma mera mudança de rótulo. Isso ...

mesmo, quase sempre, para atender exigências da legislação federal. É o que vem acontecendo por exemplo com o ensino normal. A última reforma efetuada pela lei nº 30 de 4 de dezembro de 1947, para admoesta-lo as exigências da Lei Orgânica Federal, na prática não reformou cousa alguma (MENDONÇA, 1958, p. 20).

José Antônio Nunes Mendonça defendia a formação de uma sociedade democrática. Com este entendimento, concebeu a Escola Nova como um movimento favorável na formação desta sociedade. Não muito diferente dos pioneiros da educação que visualizavam a escola como um meio de transformar a sociedade, Nunes Mendonça acreditou que seria através dela que os problemas sociais seriam resolvidos. Para Nunes Mendonça, a educação devia ser gratuita, única e de responsabilidade do Estado. Este tipo de escola determinava que as pessoas fossem formadas de acordo com as suas capacidades (SOUZA, 2003).

A função social da escola era alavancar o progresso no País; para isso, os seus objetivos tinham que ser modificados, pois não podiam estar voltados para os aspectos tradicionais da educação. Com a industrialização – vista como elemento de modernização e progresso no início do século XX – tornava-se imprescindível para apressar o processo de desenvolvimento da Nação (MENDONÇA, 1958).

A educação não podia estar voltada somente para a instrução; educar o indivíduo nos moldes intelectuais, físicos e mentais era a função da escola para que a pessoa agisse no meio social segundo os preceitos democráticos. Diante disso, Nunes Mendonça teceu críticas ao ensino elementar de Sergipe, visto que, na sua concepção, a escola não estava educando: “A escola elementar, em Sergipe, não educa, apenas fornece conhecimentos informativos e, mesmo aferidas segundo o padrão clássico, pelo estalão tradicional, são falhas” (MENDONÇA, 1958, p. 127).

Outro fator discutido por Nunes Mendonça foi o número reduzido de estudantes matriculados nas instituições educacionais. Os motivos alegados pelo intelectual foram a pouca ampliação da rede escolar, além da má distribuição dos estabelecimentos de ensino no território sergipano. O teórico Nunes Mendonça (1958) verificou que havia

uma grande solicitação por parte da população para ter acesso à escola; por conseguinte, ele alegou que alguns estabelecimentos escolares localizavam-se em locais impróprios.

Na capital, onde as solicitações escolares são enormes, existem dois Grupos, que, instalados ambos no mesmo prédio e em local absolutamente impróprio, não apresentam rendimento razoável. Trata-se dos Grupos Escolares “Barão de Maruim” e “General Siqueira”. Situados na mesma área residencial de pessoas abastadas, distantes das áreas onde habita a clientela das escolas públicas, a matrícula de cada um não chega a duzentos alunos, enquanto outros, localizados em sítios adequados, necessitam de recorrer ao trespasseamento para as matrículas elevadíssimas (MENDONÇA, 1958, p. 70).

Toda esta crítica estendeu-se às ações do Estado, uma vez que, de acordo com Nunes Mendonça, as escolhas da localização dos prédios não eram feitas para satisfazer a população, e sim às questões políticas. Na XII Conferência Nacional de Educação, Nunes Mendonça comentou, em seu livro, acerca da apresentação de um trabalho que fornecia sugestões para diminuir a intervenção político-partidária na administração da Educação (MENDONÇA, 1958).

A participação na Conferência demonstra que ele teve contato com diferentes intelectuais da educação, apropriando-se das idéias de alguns deles, como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, para fundamentar as suas concepções relacionadas à educação: “Ontem, parafraseando o professor Anísio Teixeira, queríamos educar Sergipe e hoje é Sergipe que quer ser educado” (MENDONÇA, 1958, p. 105).

Nunes Mendonça (1958) defendia que o ensino devia estar fundamentado nos princípios da Pedagogia Ativa e, para isso, o programa devia ser realizado por meio de um conjunto de atividades e experiências dos alunos. Para o escolanovista, em Sergipe, não havia espaços adequados e nem professores capacitados para o exercício de tal função. Sobre o programa, Nunes Mendonça afirmou que:

Não se compreendeu ainda a necessidade de organizar o currículo como conjunto de atividades e experiências da criança a serem utilizadas pela escola de acordo com os objetivos visados [...] A falta de docentes devidamente preparados e de material didático, aliás, seriam entraves poderosos e de material a ensaios e tentativas (MENDONÇA, 1958, p. 135).

Nunes Mendonça era contra o ensino memorialista e, para a formação do educando, por meio das suas experiências, ele dizia que o fundamental era socializar o

aluno. A socialização que Nunes Mendonça defendia era a não aceitação passiva dos meios sociais, mas uma aprendizagem sobre como refletir os fatos existentes na comunidade. Para isso, a escola tinha que se tornar uma “comunidade em miniatura”, proposta esta trabalhada por Dewey (1978).

Para oferecer, portanto, condições de formação da personalidade, a escola precisaria tornar-se um pequeno meio social, uma “embryonic community life”. “A aprendizagem, como revela Kilpatrick, exige sempre a experiência real em situação social” (MENDONÇA, 1958, p. 130).

No tocante ao ensino primário, mais especificamente aos grupos escolares, este autor trouxe a seguinte afirmação: “Planejados para um programa intelectualista, para o tipo de ‘escola ouvir’ ou ‘escola sentada’, os grupos escolares do Estado, em sua maioria, não possuem condições de favorecer o ensino ativo” (MENDONÇA, 1958, p. 124).

A crítica à situação material das escolas, apresentada por Helvécio de Andrade na década de 30, era também feita vinte anos depois, por Nunes Mendonça, para quem o poder público não havia dado a merecida atenção à escolas dessa rede e por isso elas não estão preparadas para as exigências demográficas, tendo sido insignificante o número de grupos construídos (SOUZA, 2003, p. 147).

Apesar de Nunes Mendonça tecer críticas à falta de material para o desenvolvimento de um ensino escolanovista, observei que nos grupos escolares havia um momento em que o corpo docente parava para discutir a situação do ensino neste estabelecimento, durante as Reuniões Pedagógicas. Em alguns grupos, debatiam-se temas relacionados aos princípios da Escola Nova, outros tinham uma preocupação maior em organizar alguns aspectos da própria instituição. O intelectual que instituiu as reuniões pedagógicas foi Acrísio Cruz através do regulamento nº 262 de 31 de outubro de 1945, o que será tema do terceiro capítulo.

Acrísio Cruz foi técnico em Educação, no ano de 1943, e diretor de grupos escolares e do Departamento Geral da Educação (1944-1950). No período em que ele esteve na direção do departamento, fez algumas inovações; a mais conhecida foi a expansão de escolas rurais no interior do estado sergipano (BARRETO, 2006).

Em relação à legislação, elaborou o regulamento de 1945 e instituiu os Boletins de Inspeção⁵⁷, além de, no ano de 1944, ter realizado uma Reunião Pedagógica⁵⁸, em que discutiu com os professores estaduais assuntos referentes à educação. Em 1951, deixou o cargo de diretor do Departamento, para exercer o mandato de deputado na Assembléia Legislativa de Sergipe. Na área educacional, Acrísio Cruz se apropriou das idéias de Anísio Teixeira.

Mirando-se no grande mestre, Anísio Teixeira, cujo ideário centrou-se na escolanovista ou de transformação, Acrísio Cruz eterniza o seu trabalho. Sua luta na área educacional materializou-se magnificamente no projeto das edificações das escolas rurais, revolucionando técnicas pedagógicas oferecendo um modelo pioneiro que teve projeção além fronteiras (VIEIRA CRUZ, 2006, p. 12).

As idéias de Acrísio Cruz e dos outros intelectuais comentados permearam o ambiente escolar primário – muitas delas relacionadas à Pedagogia Moderna e à Escola Nova. No momento em que os renovadores divulgaram as suas concepções tanto na questão política quanto nas referentes ao ensino, os intelectuais sergipanos se apropriaram dessas concepções, e as divulgaram no Estado de Sergipe. É importante destacar que a maioria desses estudiosos sergipanos da área da educação foram professores da Escola Normal⁵⁹, anunciando os preceitos escolanovistas durante o processo de formação inicial dos professores, que iriam atuar principalmente nos grupos escolares.

⁵⁷SERGIPE, Portaria nº 262 de 23 de outubro de 1945. APES E¹ 136

⁵⁸ SERGIPE. Portaria nº 190 de 26 de novembro de 1944. APES E¹ 136

⁵⁹ A Escola Normal passou a ser denominada como Instituto Pedagógico Ruy Barbosa no ano de 1945, através da lei de nº 616/45. Para saber mais consultar BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecos da Modernidade Pedagógica na Escola Normal Rui Barbosa (1930-1957)**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. 2001.

CAPÍTULO 2

“Sentinelas”⁶⁰ da educação: A função dos inspetores nos grupos escolares sergipanos e a difusão dos princípios escolanovistas

A inspeção escolar era um serviço realizado para averiguar se os trabalhos feitos pelos agentes educacionais no cotidiano das instituições de ensino atendiam às diretrizes e às normas legais do ensino. Com o intuito de direcionar os professores e de fazer cumprir as normas dos regulamentos educacionais, os inspetores escolares foram os profissionais utilizados para serem os “olhos vigilantes” do Estado.

Souto (2005) comenta sobre as práticas de recrutamento e qualificação de professores primários no Estado de São Paulo, destacando os usos das tecnologias do estado. Entende como tecnologias do estado os meios utilizados para demonstrar os novos aspectos e as novas idéias educacionais aos professores e, assim, fazer chegar a eles os modernos preceitos pedagógicos. Uma das tecnologias estatais foi a utilização do trabalho dos inspetores.

Para adequar e moldar as instituições de ensino e os agentes inseridos no campo escolar, os inspetores exerceram a função de fiscalizadores e, em alguns momentos, de orientadores tentando mostrar aos profissionais a necessidade de se utilizar o método contemplado pela instrução pública.

A exigência de uma padronização da atividade docente, por meio de programas, foi regulada e operacionalizada pelos inspetores distritais e escolares, que, com as suas visitas às escolas isoladas, reunidas e mesmo aos grupos escolares, fizeram cumprir as determinações prescritas em regulamentos (SOUTO, 2005, p. 19)

Para compreender a função dos inspetores escolares nos grupos escolares, inicialmente é necessário analisar as normas que determinaram como esses funcionários da instrução deviam proceder. Segundo Pierre Bourdieu (2004b), o campo escolar possui uma lógica própria; isto quer dizer que o funcionamento de uma instituição de ensino está atrelado às leis que não são dadas, mas que são estabelecidas e formadas

⁶⁰O título “Sentinelas” da educação foi uma sugestão do colega de mestrado, Magno do Santos, em uma conversa informal sobre as nossas pesquisas.

pelas pessoas inseridas no campo escolar. Estas leis são incorporadas pelos seus agentes formando, conseqüentemente, um *habitus* de relações entre pessoas.

Dessa forma, há a idéia de que o campo escolar está submetido às forças externas, devido à relação que mantem com o seu contexto. No caso dos grupos escolares, os agentes destas instituições estavam submetidos aos regulamentos, portarias e programas de ensino. Esperava-se que esses estabelecimentos de ensino primário obedecessem às normas exteriores a instituição escolar; além das leis educacionais vigentes.

Para se incumbir de tal tarefa, surgiu a figura do inspetor escolar encarregado de fiscalizar os estabelecimentos, além de orientar e direcionar os professores. No Estado de São Paulo, conforme Souto, os inspetores orientavam os trabalhos dos docentes: “Quanto a inspeção dos grupos escolares e escolas reunidas, em todas as suas visitas, os inspetores escolares deveriam cuidar especialmente dos métodos e processos preconizados pela diretoria” (2005, p. 195), conseqüentemente, compreende-se que eles difundiam os métodos de ensino.

Analisar a atuação e a difusão dos princípios escolanovistas pelos inspetores escolares é a pretensão deste capítulo. A difusão do ideário da Escola Nova estava relacionada ao contexto vivenciado em Sergipe; por isso, os inspetores orientavam de acordo com os preceitos discutidos e defendidos pelos intelectuais da educação.

2.1- Os regulamentos e as funções dos inspetores

Durante o processo de atuação, eram imprescindível que os inspetores escolares observassem e cumprissem as normas direcionadas a eles. No decorrer da década de 30 do século passado, as atividades e as funções dos inspetores estavam determinadas no Regulamento do Ensino Primário aprovado através do decreto de nº 25 de 03 de fevereiro de 1931.

Maria do Socorro Lima (2008), em trabalho que retrata a trajetória do intelectual Carvalho Neto, discute em um dos capítulos as representações dos inspetores sobre o campo educacional em Sergipe, no ano de 1919. Segundo Lima, em 1916, no Governo de General Valladão, os inspetores eram selecionados pelo presidente do estado, porém eles “teriam que ter formação em qualquer ensino superior e ter se distinguido pelo interesse a assuntos educacionais” (LIMA, 2008, p. 168).

Este regulamento perdurou até o ano de 1921, quando outro governador, Pereira Lobo, baixou o Regulamento para a Instrução Primária, Secundária e Normal. No Regulamento de nº 724 de 29 de outubro de 1921⁶¹, os inspetores escolares eram considerados como auxiliares do Diretor Geral da Instrução. De acordo com o Regulamento, eles eram indicados pelo presidente do estado, mas para ser inspetor, era necessário ter um conhecimento notório dos assuntos educacionais ou possuir uma experiência como professor público ou particular.

Já no ano de 1931 as determinações para ser inspetor não aconteciam mais por meio de nomeação pelo presidente do estado, mas através de concursos públicos. Os interessados em serem inspetores tinham que possuir uma idade superior aos 25 anos e menor do que 30; a sua conduta moral tinha que ser adequada aos padrões de civilidade daquele período; além disso, deviam possuir uma boa saúde.

O concurso era presidido pelo diretor geral e realizado por uma comissão composta por três professores. Os interessados no cargo de inspeção tinham que fazer uma prova escrita de conhecimento das disciplinas Psicologia aplicada à Educação, Metodologia e Higiene Escolar, além de ministrar uma aula prática. A seleção se dava com a soma e divisão das notas das provas escritas e eram acrescidas as pontuações das aulas práticas; caso o candidato atingisse uma nota igual ou maior a três era selecionado; por conseguinte, havia as classificações.

A lei de nº 29 de 28 de outubro de 1941 discorria sobre o estatuto dos funcionários públicos. Sobre a nomeação dos funcionários, eles, primeiramente, deviam prestar concursos de provas e de títulos. No decreto de nº 121 de 6 de dezembro de 1941, determinava-se que o cargo de inspetor fosse preenchido por meio de concurso, através da análise de seus conhecimentos em Psicologia aplicada à Educação, Pedagogia, Didática, História da Educação, Legislação de Ensino e Administração Escolar.

A partir daquele ano, exigiu-se a ampliação de conhecimentos por parte do diretor. Isto porque os princípios da Escola Nova determinavam que o docente tivesse uma compreensão plena da criança e, para isso, o inspetor precisava dominar os conteúdos de diferentes matérias. O inspetor, além de conhecer os conteúdos que envolviam as práticas de ensino, devia ter conhecimento acerca da administração

⁶¹ SERGPE. Regulamento de nº 724 de 29 de outubro de 1921. BPED: Diário Oficial de Sergipe, ano II, nº 575, 30 de outubro de 1921, p. 01.

escolar, para assim poder orientar os diretores das escolas. O conhecimento das disciplinas e das determinações do regulamento era importante para que os inspetores orientassem o corpo docente e administrativo das escolas.

No regulamento de nº 25 de 03 de fevereiro de 1931, determinava-se que, no ensino primário, a aprendizagem fosse desenvolvida através da observação das situações que cercavam a criança, demonstrassem os deveres morais para com os alunos, educassem de acordo com os preceitos cívicos e ajudassem o pequeno infante a descobrir as suas habilidades para que no futuro pudesse exercer as suas vocações.

Algumas das competências da educação primária evidenciam a relação com os princípios da Escola Nova. A primeira delas estava relacionada ainda à Pedagogia Moderna, no tocante ao método, pois o ensino através da observação é um dos aspectos do método intuitivo. A aprendizagem no método intuitivo ocorria através da utilização dos sentidos, os quais geravam a percepção, fixando as idéias na memória dos alunos.

Tal método partia do concreto, que fazia com que a criança percebesse as coisas que a rodeavam atingindo a noção abstrata dos conhecimentos. O professor tinha a função de estabelecer hábitos de observação e de percepção entre os objetos presentes no universo das crianças buscando gerar idéias claras para os seus alunos (VALDEMARIM, 2004).

Com a utilização do método preconizado pelo Governo, os docentes tinham que inculcar os valores morais nos alunos. A educação moral era defendida pelos integrantes do Governo, como afirma Baía Horta (1994), e era concebida como uma tábua de salvação para o País, visto que na realidade de uma Nação democrática era conveniente formar o senso de responsabilidade desde a tenra infância para que fosse garantido o cumprimento da lei. Os próprios renovadores da Escola Nova defendiam a incorporação da disciplina como Instrução Moral; outros acreditavam que esta podia ser desenvolvida pelos professores nas diferentes disciplinas dos cursos.

O Regulamento da Instrução Pública do Ceará (Lourenço Filho, 1923) prevê instrução moral e cívica nos quatro anos do ensino primário. O mesmo acontece na Reforma realizada na Bahia, em 1925, por Anísio Teixeira.

Fazem exceção a Reforma dos Programas do Curso Primário do Distrito Federal, realizada por Carneiro Leão em 1926 [...] (BAÍA HORTA, 1994, p. 139).

No regulamento de 1931, a educação moral era desenvolvida na disciplina “Sciencias physcas e naturaes”, a fim de que o aluno compreendesse as noções concretas de Higiene e de Instrução Moral, no intuito de formar hábitos nos indivíduos.

A última recomendação transmitida no Regulamento para o ensino primário era a formação de habilidades. Os intelectuais da Escola Nova defendiam a escola como “uma base comum para todos os cidadãos e a possibilidade de continuação escolar a todos, segundo as suas aptidões e interesses articulados às necessidades da própria sociedade” (BAÍA HORTA, 1994, p. 80).

Diante da análise deste Regulamento, observa-se que havia também concepções da Pedagogia Moderna; porém, iniciava-se um processo de mudanças das idéias pedagógicas, devido à presença de conceitos escolanovistas no Regulamento. Dessa forma, cabia aos inspetores de ensino observar se essas competências estavam sendo desenvolvidas nas escolas primárias.

No que tange à fiscalização das instituições, os inspetores tinham a responsabilidade de visitá-las pelo menos uma vez ao ano para verificar as condições de higiene dos prédios, em relação a iluminação, limpeza e organização dos espaços (SERGIPE, Regulamento nº25 de 03 de fevereiro de 1931)⁶². Os aspectos higiênicos do espaço escolar eram essenciais para que as crianças tivessem condições de saúde favoráveis, com isso buscava-se formar uma nova disciplina social nos pequenos infantis. “É uma nova autodisciplina, uma reserva incomparável mais forte que é imposta às pessoas pelo novo espaço social e novos laços interdependência” (ELIAS, 1994, p. 212). Os preceitos higiênicos praticados pelos docentes na ação educativa também eram observados pelos inspetores. A ação educativa do professor servia para inculcar valores morais nas crianças.

Grande parte do que chamamos de razões de “moralidade” ou “moral” preenche as mesmas funções que as razões de “higiene” ou “higiênicas” condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social. A modelagem por esses meios objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo apareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde e dignidade humana. (ELIAS, 1994, p. 153)

⁶²SERGIPE. Regulamento nº 25 de 03 de fevereiro de 1931. APES: Acervo de Sebrão Sobrinho. Caixa nº 06.

Com esse objetivo, cabia ao inspetor, após cada uma das visitas, remeter uma cópia do termo de inspeção, descrevendo tudo que tinha averiguado nas escolas, destacando os aspectos observados como: o ensino, a atuação do professor e a eficiência da instituição escolar. Concomitantemente, era de responsabilidade do inspetor informar à Diretoria Geral sobre o movimento das escolas, relatando as falhas observadas, advertir os profissionais de ensino nas condutas inadequadas e suspender aqueles professores que faltavam às aulas. Competia ainda aos inspetores orientar os professores sobre os métodos pedagógicos para: “obter melhor prática do methodo geral por processos os mais intuitivos, uniformizando-os quanto possível”(SERGIPE, Regulamento nº 25 de 03 de fevereiro de 1931, p. 10)⁶³.

Em 1941, foi lançado um Boletim sobre a organização do Ensino Normal e Primário de Sergipe⁶⁴. A razão para a elaboração deste documento foi o de melhor organizar a orientação e a fiscalização, no que concerne ao aparelho de direção e inspeção. Na introdução do Boletim, elaborada por Lourenço Filho, afirma-se que:

A súmula da legislação apresentada neste boletim, baseada em grande parte no regulamento baixado em 1931, mostra-nos que o aparelho de direção e inspeção do ensino é por demais singelos para os encargos é que deve atender, sobretudo quando se verifica que apenas metade do professorado com que conta o Estado é composto por docentes diplomados. É de esperar que o esforço que Sergipe vem dispensando no sentido de crescimento da rede escolar seja acompanhado sem demora da melhoria dos órgãos de orientação e fiscalização do ensino, de cujo trabalho se possam colher resultados de maior eficiência na obra da educação popular (SERGIPE, Boletim de Organização do Ensino Primário, 1941, p. 12-13).

Era de responsabilidade dos inspetores fiscalizar e orientar os docentes das instituições escolares. De acordo com o Boletim de 1941, tornou-se obrigatório que os inspetores visitassem as escolas pelo menos uma vez ao ano. Neste documento, há uma das funções dos inspetores que era: “promover, de maneira mais eficiente, a melhor prática do método e dos processos pedagógicos” (SERGIPE, Boletim de organização do ensino primário, 1941, p. 17). Assim, uma das atribuições dos inspetores era discutir

⁶³SERGIPE. Regulamento nº 25 de 03 de fevereiro de 1931. APES: Acervo de Sebrão Sobrinho. Caixa nº 06

⁶⁴SERGIPE. Organização do Ensino Primário e Normal. Boletim nº 11, 1941. APES. Acervo de Sebrão Sobrinho. Caixa nº 05

com o corpo docente os métodos adequados para o desenvolvimento da prática educativa.

Após uma visita realizada nas escolas, os inspetores tinham a incumbência de registrar os fatos no termo de visita da escola, e enviar ao Departamento de Educação o relatório da inspeção realizado contendo os seguintes itens: matrícula, classificação pedagógica, frequência, corpo administrativo, corpo docente, processos de ensino, mobiliário e material pedagógico, higiene do prédio e as observações (SERGIPE, Portaria nº 112 de 22 de abril de 1941)⁶⁵.

Em 1943, houve uma reestruturação na Inspeção Escolar instituindo os cargos de Inspetor Escolar do Ensino Primário e de Inspetor Geral. A diferença entre ambos está associada às funções que cada um devia exercer. O Inspetor Geral inspecionava os estabelecimentos da capital do Estado e fiscalizava as instituições no interior quando achava necessário. Além dessas funções, havia outras atribuições:

- 1) ter a seu cargo a inspeção dos estabelecimentos de ensino primário da zona urbana e suburbana da capital;
- 2) realizar inspeções no interior, quando achar necessário o Diretor Geral;
- 3) combinar com os inspetores escolares medidas necessárias do rendimento escolar;
- 4) estudar com os inspetores os problemas que estes apresentarem;
- 5) sugerir ao Diretor Geral as medidas necessárias para que se processem de acordo com os melhores métodos;
- 6) fazer reuniões de inspetores e orientadores de ensino submetendo previamente ao diretor geral o programa, e, posteriormente, os resultados de tais reuniões;
- 7) estudar os relatórios dos inspetores escolares, emitindo parecer sobre os mesmos;
- 8) providenciar o registro dos boletins escolares;
- 9) organizar exposição de trabalhos de estabelecimentos sob sua inspeção;
- 10) legalizar livros escolares;
- 11) visar os atestados de exercício do professorado da capital;
- 12) cumprir as determinações do Diretor Geral, bem como desincumbir-se das atribuições que lhe forem conferidas por lei (SERGIPE, Decreto-Lei de nº 121 de 2 de dezembro de 1943)⁶⁶

Dentre as funções, destaco a incumbência do inspetor sugerir ao Diretor Geral alternativas para melhorar a execução do processo de ensino; com isso, o inspetor geral

⁶⁵SERGIPE. Portaria nº 112 de 22 de abril de 1941. APES E¹ 156.

⁶⁶ SERGIPE. Decreto-Lei de nº 121 de 2 de dezembro de 1943. APES: Leis e decretos caixa nº 8.

não tinha somente a atribuição de fiscalizar os pontos físicos e os trabalhos educativos das instituições. Analisar os métodos que estavam sendo empregados e sugerir formas de melhorar a execução do mesmo também era responsabilidade dos inspetores.

O regulamento de 1943 aumentou as atribuições do inspetor escolar – que devia observar se os professores estavam utilizando os livros recomendados pelo Departamento de Educação. Não era permitida a circulação de outras publicações no espaço escolar; caso isso acontecesse, cabia ao inspetor penalizar o responsável por tal desobediência⁶⁷. Toda a falta cometida pelos profissionais de ensino devia ser comunicada ao Inspetor Geral. Outras atribuições dos inspetores eram: “[...] realizar conferências públicas quando determinado pelo Diretor Geral [...] animar a organização de museus e bibliotecas escolares”. (SERGIPE. Regulamento de nº 121 de 06 de dezembro de 1943, p. 21)

Animar o processo de organização de museus e bibliotecas escolares foi uma das medidas que estavam inseridas nos preceitos da Pedagogia da Escola Nova. Os intelectuais que defendiam as idéias escolanovistas destacavam a importância da implantação de museus e bibliotecas nas instituições de ensino – o museu para os conhecimentos históricos e a biblioteca como estímulo para a leitura.

Com referência às discussões sobre os novos métodos, era incumbência dos inspetores a realização de reuniões para orientar os diretores e os professores sobre como proceder na aplicação da nova metodologia de ensino. O método considerado adequado para o ensino era o que estava sendo abordado no contexto educacional sergipano.

Diferente do Inspetor Geral, competia ao inspetor escolar cumprir as normas do regulamento e as ordens do Diretor Geral do Departamento de Educação ou do Inspetor Geral. Cada um dos inspetores escolares ficava com a incumbência de visitar as escolas de seu distrito, ou seja, os inspetores dividiam-se e fiscalizavam grupos de estabelecimentos escolares localizados em diferentes cidades.

Foi o que ocorreu no ano de 1945, através da Portaria nº208 de 28 de junho de 1945, quando o diretor do Departamento da Educação, Acrísio Cruz, dividiu o Estado

⁶⁷ A análise e a aprovação dos livros eram feitas pelo Conselho Consultivo do Estado. No regulamento de 1931, o Conselho passou a ser denominado de Conselho da Educação do Estado de Sergipe.

para a realização das inspeções em seis distritos sob a responsabilidade de diferentes agentes da inspeção.

No primeiro distrito foram englobados, além da capital, os municípios de São Cristóvão, Irapiranga, Cotinguiba e Santa Amaro da Brotas; no segundo estavam inseridas as cidades Estância, Indiaroba, Arauá, Buquim e Salgado; no terceiro estavam Lagarto, Itabaianinha, Simão Dias, Cristinápolis, Tobias Barreto e Riachão dos Dantas. O quarto reuniu as cidades de Laranjeiras, Itabaiana, Campo do Brito, Frei Paulo, Ribeirópolis, Riachuelo, Divina Pastora e Siriri. No quinto estavam Propriá, Gararu, Porto da Folha, Darcilena (atualmente essa cidade chama-se Cedro de São João⁶⁸), Canhoba, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores, Capela, Nossa Senhora da Glória. Por fim, estavam as cidades de Neópolis, Parapitinga, Japoatã, Muribeca, Japarutuba, Carmópolis, Rosário do Catete, Maruim⁶⁹

Com esta divisão, os inspetores estavam incumbidos de fiscalizar as escolas das regiões que lhes competiam, além de orientar pedagogicamente os docentes, aprovar ou corrigir os processos didáticos, fiscalizar a execução dos programas de ensino e verificar a normalidade da escrituração (SERGIPE, Regulamento de nº 121 de 06 de dezembro de 1943)⁷⁰.

Em 1945, o uso do termo de visita para registro foi substituído pelo Boletim de Inspeção, através da portaria nº 292 de 23 de outubro de 1945, com o intuito de sistematizar a fiscalização dos inspetores escolares⁷¹. Determinava-se o que devia ser registrado pelos inspetores nos Boletins. No boletim e nos termos de inspeção, havia um espaço designado para as “observações”; nele os “sentinelas” pontuavam alguns

⁶⁸ Na sua origem a cidade de Cedro de São João denominava-se apenas de Cedro devido a abundância de madeira do mesmo nome na região. Por meio do decreto-lei nº 533, de 7 de setembro de 1944 o município passou a denominar-se de Darcilena, somente em 6 de fevereiro de 1954 que a cidade recebeu o nome de Cedro de São João (SERGIPE, 1972).

⁶⁹ SERGIPE. Portaria nº 208 de 28 de junho de 1945. APES E¹ 136.

⁷⁰ A escrituração eram os registros nos documentos burocráticos como boletins, atas de promoções, de correspondência (SERGIPE. Regulamento de nº 121 de 06 de dezembro de 1943. APES: Leis e Decretos, caixa nº 08).

⁷¹ Para conhecer as diferenças entre os termos de inspeção e os termos de visita, observar as figuras 1 e 5 em anexos. Enquanto nos termos de inspeção os inspetores tinham autonomia de registrar os aspectos da fiscalização como matrícula, classificação pedagógica, corpo administrativo, corpo docente, processo de ensino, escrituração mobiliário, higiene do prédio, ou algum outro aspecto que achasse relevante, com os Boletins de Inspeção, os “sentinelas” faziam as observações de maneira mais sistemática; isto fez com que os registros dos inspetores fossem mais semelhantes, já que todos tinham que responder um formulário do Boletim de Inspeção que continham os seguintes quesitos: Matrícula, as condições do prédio escolar, aparelhamento escolar, funcionamento, apreciação individual do professor e observações.

direcionamentos para o corpo docente ou registavam os nomes dos profissionais que trabalhavam no estabelecimento fiscalizado.

De acordo com os regulamentos baixados, através de portarias, a inspeção tinha a função de fiscalizar e de orientar os professores segundo os preceitos pedagógicos, os quais estavam presentes no contexto e no campo educacional sergipano. Com essas orientações, os inspetores divulgavam e difundiam os preceitos escolanovistas, em voga durante a década de 30 até o ano de 1961.

2.2- O trabalho da inspeção no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”

As aulas e os trabalhos educativos no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, localizado em Propriá, foram fiscalizados e orientados pelos seguintes inspetores: Ascendino Argolo⁷², José Sebrão de Carvalho Sobrinho⁷³ e Gumercindo Ferreira Batista⁷⁴. Os dois primeiros exerceram as suas atividades na década de 40 e o último na década 50 do século XX.

Apesar das inspeções escolares serem realizadas no mínimo uma vez por ano, até o momento só foram encontradas duas cópias dos termos de inspeção datados nos anos de 1942 e 1943. No ano de 1942, o termo de Inspeção foi assinado por Ascendino Argolo e o termo de 1943, por Sebrão Sobrinho. Localizei Boletins de Inspeção realizados por Gumercindo Ferreira Batista e um relatório geral do mesmo.

⁷² Ascendino Xavier Ferrão de Argolo nasceu em três de maio de 1889 na cidade Propriá. Formou-se em Direito no Recife em 1911. Foi professor no Instituto 24 de outubro, inaugurado por ele. Na década de 10 assumiu o cargo de promotor e em 1913 foi nomeado inspetor. Em 1922 tornou-se membro do Conselho Superior do Ensino. Escreveu artigos nos jornais: “A Pátria”, “A Pérola”, “O Estado de Sergipe”, “A Província” de Pernambuco. Os artigos que não eram assinados por ele, utilizou pseudônimos: Monte D’Alva, Max Verdan, Alceste, Altico, Charles Janet, Plínio e Annunzio Morata (GUARANÁ, 1925). Como inspetor, visitou algumas escolas nas cidades de São Cristóvão e Propriá, dentre elas as escolas ministradas por Áurea Freire, D. Esmeralda de Freitas, Juvenal José de Sousa. (LIMA, 2008)

⁷³ José Sebrão de Carvalho Sobrinho nasceu da cidade de Itabaiana em 6 de agosto de 1898. Advogado, trabalhou como promotor na comarca de Itabaiana na década de 1920. Escreveu artigos nos jornais “Diário da Manhã”, “O Commercio” de Maroim, “A Imprensa”, em Capela, “Sul de Sergipe” e Boletim do Azilo de Santo Antônio, de Estância com os pseudônimos: Marcus Primicius e Zé da Viola. (GUARANÁ, 1925)

⁷⁴ Em uma entrevista realizada no dia 06 de fevereiro de 2009, com o neto de Gumercindo Ferreira Batista, o senhor Ciro Batista do Amaral, ele me forneceu alguns dados biográficos sobre o seu avô. O inspetor Gumercindo Ferreira Batista nasceu no dia 03 de maio de 1898, na cidade Riacho do Sertão, município de Traipu, no Estado de Alagoas. Em Propriá estudou com o professor Nozinho Torres, depois em Aracaju estudou no “Grêmio Escolar” dirigido pelo inspetor Evangelino de Faro. Voltou para Propriá e passou a dirigir a “Escola Paroquial”, a convite do então pároco daquele período, Pe. Antônio dos Santos Cabral. Ele fundou o educandário Colégio “Gonçalves Dias”. Além de ter sido professor e inspetor, ele também foi juiz da paz, rábula, pintor, escultor, escritor. Como escritor publicou o Evangelho Universal e “Palavra Simples”. Diante de suas curiosidades acerca da religião procurou conhecer diferentes religiões e foi em vários momentos da sua vida católico, espírita, protestante, esoterístico. Ele fundou a Igreja Batista de Propriá e um Centro Espírita.

Ascendino Argolo visitou o Grupo “João Fernandes de Brito” para verificar como era desenvolvido o ensino neste espaço escolar. No termo elaborado por ele, destacaram-se os seguintes pontos: escrituração dos livros regulamentares, matrícula, frequência, corpo docente, população escolar, horário, método de ensino, classificação pedagógica, localização do grupo, regime nas disciplinas, trabalhos manuais, exercícios físicos, canto orfeônico, conduta funcional do professorado, diretoria (SERGIPE. Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1942)⁷⁵.

Pelo que consta no documento do Termo de Inspeção, Ascendino Argolo considerou que o Grupo Escolar “João Fernandes de Brito” estava funcionando de maneira satisfatória. No tocante ao ensino, para verificar como o programa estava sendo executado, fez perguntas aos alunos sobre as disciplinas escolares e teve como conclusão que “todas as disciplinas foram interrogadas manifestando o conhecimento das disciplinas pelo programa satisfatoriamente”(SERGIPE, Cópia Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1942, p. 02)⁷⁶.

Ascendino Argolo afirmou que “este grupo está bem servido de professoras que não só dão conta de suas obrigações a tempo e à hora, como também porque sabem lecionar as matérias do curso primário exercendo o magistério com inteligência e brilho”(SERGIPE, Cópia do Termo de Inspeção de Inspeção de Ascendino Argolo, 1942, p. 03).

A verificação da administração do estabelecimento fez com que Ascendino Argolo destacasse o trabalho bem desempenhado pelo diretor Cezário Siqueira, concorrendo, conseqüentemente, no bom ensino ministrado pelas professoras do Grupo. Argolo não orientou as professoras sobre os “novos” preceitos pedagógicos, o que pode ser justificado pelo fato do Inspetor verificar que no estabelecimento utilizava-se o método intuitivo. As docentes ensinavam seus alunos estimulando-os por meio da percepção.

Em fevereiro de 1943, o Grupo “João Fernandes de Brito” teve a visita para a fiscalização de Sebrão Sobrinho. Durante esta visita, ele analisou a matrícula, a

⁷⁵ Em relação aos aspectos administrativos registrados por Ascendino Argolo, consta que a matrícula era de 226, o que para ele tornava o espaço escolar bastante denso, fazendo com que ele sugerisse a criação de duas ou mais escolas na Cidade. A classificação dos alunos é regulamentar, ou seja, os alunos estão lotados na série que corresponde aos seus níveis de aprendizagem. Para Ascendino Argolo o espaço da escola atendia os preceitos higiênicos (SERGIPE, Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 1942).

⁷⁶SERGIPE. Cópia do Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 19 de setembro de 1942. APES E⁶ 1155.

classificação pedagógica, a frequência, o rendimento escolar, o corpo administrativo, o corpo docente, os processos de ensino, a escrituração, o mobiliário, a higiene do prédio e fez algumas observações com a finalidade de comentar os aspectos dos métodos pedagógicos. Com relação à matrícula, ele via como um aspecto animador a presença de 147 alunos, pois no início do ano estava ocorrendo uma cheia do Rio São Francisco⁷⁷.

a) Matrícula: Com que início do ano letivo enquanto a cheia do San Francisco parece querer sossobiar à Cidade é animadora a matrícula. Registra 147 alunos, sendo 80 do sexo masculino e 67 do feminino. Animadora, porque, de 1932 até agora, houve maior em 1936, 1938, 1941 e 1942. Temos certeza que com a baixa das águas do rio, quando voltar e urge ribeirinha à vida normal, aumentará muito dos 147 discentes atuais (SERGIPE, Sebrão Sobrinho, Termo de Inspeção. 1943, p. 01)⁷⁸.

A mesma atitude que Ascendino Argolo utilizou para averiguar o rendimento dos alunos foi praticada por Sebrão Sobrinho, que fez perguntas aos alunos sobre os conteúdos das disciplinas para analisar a classificação pedagógica dos mesmos; nesta avaliação, Sebrão Sobrinho detectou que:

Há falhas, pois que existem alunos que não estão em nível de merecê-la. Quero crer, entretanto, que se trata dos que, no longo período de férias e com o desleixo paterno, abandonam completamente os livros escolares.(SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho. 1943, p. 03).

Ele recomendou às professoras do estabelecimento fizessem rodízio entre as classes a fim de que pudessem acompanhar o desenvolvimento dos alunos, desde a sua série inicial do ensino primário até o 4º ano. Ele solicitou que, na classificação dos alunos, fossem somente promovidos aqueles que realmente estavam aptos a permanecerem na classe designada.

[...] a vantagem absoluta do rodízio do corpo docente, isto é da serventúria da cadeira acompanhar, ano a ano até o final, a seus alunos, pois além de tudo, terá ela a vantagem de ser amada e

⁷⁷A cidade de Propriá foi instalada às margens do Rio São Francisco e em alguns momentos havia a cheia do rio inundando as ruas da cidade e impedindo, assim, o trânsito das pessoas.

⁷⁸ SERGIPE. Cópia do Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 27 de fevereiro de 1943. E⁶ 1155

respeitada por eles, além das demais de ordens metodológicas, pedagógica e administrativa. De efeito, na classificação de sua aula, além da irrestrita inteireza e homogeneia justiça, nos exames e nos programas, jamais se deve desviar de que nenhum aluno seja promovido ou aceite se não estiver apto bem apto para tanto.(SERGIPE, Cópia do Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1943, p. 02)

O inspetor Sebrão Sobrinho observou como as professoras ministravam as suas aulas e promoveu uma demonstração sobre o ensino de acordo com os procedimentos metodológicos abordados por Decroly: as aulas globalizadas e os centros de interesse.

Conforme Lourenço Filho (1978), o sistema de Decroly era um dos meios adequados para o desenvolvimento do ensino. Ovídio Decroly em seu trabalho sobre “crianças” anormais⁷⁹ propõe-se a classificar os alunos, através de testes psicológicos, homogenizar as classes, por meio da observação dos níveis de aprendizagem dos estudantes e modificar o programa das escolas estabelecendo as metodologias de “centros de interesse” e aulas globalizadas. As aulas deviam ser ministradas conforme os interesses dos alunos e de forma que eles conhecessem de maneira completa os conteúdos abordados na sala de aula.

O programa não tem seriação obrigatória dos elementos. Tomado o assunto alimentação, por exemplo, ou seja, (na linguagem infantil o que, como) isso levará a estudar a alimentação comum, habitual das crianças, a origem dos alimentos e sua classificação, seu preço, de onde vêm, quem os produz, como se preparam, onde se preparavam [...] tal seja o desenvolvimento da classe e a curiosidade, livremente manifestada pelas crianças o assunto exigirá noções de geografia, história, ciências naturais, higiene, moral, civismo. O cálculo, a redação escrita, o desenho, os trabalhos manuais, aí intervirão a cada passo, em exercícios mais ou menos seriados, não em aulas separadas (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 192).

Os procedimentos para efetivação das aulas globalizadas e dos centros de interesse foram difundidos pelo inspetor Sebrão Sobrinho, como se constatou no termo de inspeção. Sua preocupação era fazer com que o ensino fosse seguido de acordo com as idéias pedagógicas da Escola Nova.

⁷⁹ Este era o termo designado para as crianças que eram portadoras de necessidades especiais.

[...] passei a inspeciona-los, classe a classe e fiz com que desenvolvessem, com meu auxílio, em aulas globalizadas, dois centros de interesse, ambos amoldados nas disciplinas que cursam. Tive sempre de intervir, como era natural, como um colega mais experimentado, quando sua imaginação desperta, deles, não alcançavam tornar em abstrato o princípio concreto que tinha que solucionar. Obrigando a observar, forçando a associar, chegavam a expressão (grifos meus) animadosamente.(SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1943, p.03)

A observação, a associação e a expressão eram passos estabelecidos por Decroly para desenvolver os centros de interesse. Através dos sentidos, as crianças observavam o material recolhido pelo professor e as diferentes situações experimentadas por elas. Em seguida, faziam associações de tempo e espaço com outras situações, as quais possuíam relação com o assunto abordado. Por fim, as crianças expressavam as suas idéias e as descobertas por meio dos exercícios de linguagem, ortografia, trabalhos manuais, desenhos, canções (LOURENÇO FILHO, 1978).

Apesar das demonstrações sobre os centros de interesse, Sebrão Sobrinho afirmava que no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito” ainda estava presente o método da escola tradicional, atrelado às idéias da Pedagogia Ativa. Esse inspetor considerava a referida situação um processo de transição entre a escola tradicional e a escola ativa. “Processos de Ensino: Os ventilados pela escola tradicional já ministrados, porém com muito da Escola Ativa, que dentro em breve será o único, livre daquele estabelecimento”(SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1943, p.03).

Durante a década de 50, a inspeção do Grupo “João Fernandes de Brito” ficou sob a responsabilidade de Gumercindo Ferreira Batista. As suas impressões sobre essa Instituição foram registradas nos “Boletins de Inspeção”, devido à Portaria que determinava que o relatório de inspeção fosse registrado nos Boletins.

Nesses Boletins, Gumercindo Ferreira Batista registrou as constatações de suas fiscalizações e orientações. Concernente à fiscalização, ele analisava a quantidade de alunos matriculados, os aspectos físicos do prédio, o aparelhamento escolar, as carteiras, os móveis, o material didático, o material escolar, a classificação dos alunos, a apreciação do professor e fazia ressalvas.

Nas observações e na apreciação individual, o inspetor orientava os agentes do Grupo “João Fernandes de Brito” para que eles verificassem e cumprissem as

determinações dos programas de ensino e dos regulamentos baixados pelo Departamento de Educação. Como o programa tinha uma fundamentação teórica na Pedagogia da Escola Nova, as professoras deviam seguir os procedimentos metodológicos da Escola Nova.

[...] Aconselhei, aos professores, completa obediência ao Programa do Departamento. Para orientar, melhormente, os mestres, citei estas palavras de Claperede, célebre psicólogo suíço. “A escola para a criança , não mais a criança para a escola, o método e o programa gravitando em derredor da criança, não mais as crianças torturadas em torno de um programa abstrato.” (SERGIPE. Termo de Inspeção Gumercindo Ferreira Batista, 1952, p. 03) ⁸⁰

Nos direcionamentos do inspetor Gumercindo Ferreira Batista, havia indicações de leituras para que o corpo docente tivesse conhecimento metodológico do processo de ensino escolanovista e para que fossem praticadas nas salas de aula as idéias teóricas. No intuito de melhor desenvolver o ensino, foram recomendados, no ano de 1953, os seguintes livros:

Para encaminhar os mestres, pedagogicamente, recomendei-lhes a leitura de algumas obras. “Manual do professor Primário”, de Miranda Santos, História da Educação, de P. Monroe; Manual de Pedagogia Moderna, de Everardo Backhenser; Noções de Psicologia Educacional, de Miranda Santos; Noções de Psicologia, Iago Pimentel; Introdução à Administração Escolar, de Carneiro Leão; Psicologia, de Djacir e o método da Pedagogia científica, de Maria Montessori.(SERGIPE, Relatório Geral de Inspeção de Gumercindo Ferreira Batista, 1953)⁸¹

As indicações dessas obras serviam para que os professores realizassem as suas aulas segundo as concepções preconizadas pela Escola Nova. Alguns dos livros indicados pelo inspetor Gumercindo Ferreira Batista pertenciam à coleção Atualidades Pedagógicas⁸², como os livros de P. Monroe, Theobaldo Miranda Santos, Carneiro

⁸⁰ SERGIPE. Boletim de Inspeção Escolar de Gumercindo Ferreira Batista, 08 de maio de 1952. APES *E*⁶ 896.

⁸¹ SERGIPE. Relatório geral apresentado ao Inspetor Geral pelo Inspetor Escolar Gumercindo Ferreira Batista, 5 de dezembro de 1953. APES *E*¹ 03.

⁸² Segundo Maria Rita de Toledo (2008), a coleção Atualidades Pedagógicas foi editada pela Companhia Editora Nacional entre 1931 e 1961. Esta coleção foi criada por Fernando de Azevedo e dirigida pelo mesmo até 1943.

Leão. A coleção Atualidades Pedagógicas publicava textos de autores brasileiros e estrangeiros, os quais versavam sobre a Escola Nova (TOLEDO, 2008).

Aqueles livros foram escolhidos por Fernando Azevedo para serem publicados na coleção. As indicações das obras feitas por Gumercindo Ferreira para as professoras do “João Fernandes de Brito” demonstram a apropriação do referido inspetor no que diz respeito aos princípios escolanovistas. De acordo com o senhor Ciro Batista, o inspetor Gumercindo passou a sua vida se dedicando aos livros. Ele possuía uma biblioteca sobre diferentes assuntos, desde esotéricos até na área da educação.

A biblioteca dele era fantástica, a minha irmã mais velha tem livros dele, eu também tenho alguns livros. O que hoje se publica ele já sabia naquela época. Ele tinha livros profundos de esoterismos... não era para todo mundo ler não. [...] ele tinha muitos livros na área da educação. Ele era assim: se você chegasse na casa dele e dissesse “professor, eu quero um livro sobre tal assunto”, ele chegava e pegava o livro que você queria. A biblioteca dele era riquíssima, agora não pense que a casa dele era rica, era uma casa pobre, no corredor da casa tinha em torno de cinco a seis estantes, no quarto dele só tinha a cama, o resto era livro. (ENTREVISTA, Ciro Batista do Amaral, fevereiro de 2009)

As leituras e os registros deixados por Gumercindo Ferreira nos boletins de inspeção demonstram que ele defendia o mesmo método que Sebrão Sobrinho preconizava, denominado de globalizado.

Em todas as escolas recomendei: conservação docente, livre, globalização do ensino, discussão em classe e motivação da aprendizagem. Recomendei quase tudo aquilo que aconselha M. Aguayo, em sua importante obra intitulada “Didática da Escola Nova” (SERGIPE, Relatório Geral do Inspeção de Gumercindo Ferreira Batista, 1953, p. 03) ⁸³

Miguel Aguayo era considerado um autor clássico da Escola Nova, juntamente com outros autores. Os seus livros foram traduzidos para a língua portuguesa pela coleção Atualidades Pedagógicas, entre eles “Didática da Escola Nova”, que discute as práticas de ensino dos professores primários e as técnicas de organização nas salas de aula. (TOLEDO, 2001)

⁸³ SERGIPE. Relatório Geral apresentado ao Inspetor Geral pelo Inspetor Escolar Gumercindo Ferreira Batista, 5 de dezembro de 1953. APES E¹ 03.

As traduções propostas por Azevedo vêm sobretudo da França e EUA. São escolhidas entre os textos da cultura pedagógica ligados ao movimento de desenvolvimento do campo da Educação e da Escola Nova, conhecidos posteriormente como “clássicos”: John Dewey, Claperède, Pieron, Wallon, Kandell, Aguayo (grifo meu), entre outros. (TOLEDO, 2001, p. 81)

Com a atuação dos inspetores, as inovações educacionais chegavam aos docentes do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”. A indicação de leituras pelo inspetor Gumercindo Ferreira aponta que a difusão do ideário escolanovista ocorreu por meio do seu trabalho de fiscalização.

Mesmo com o Regulamento de 1931, determinando aos inspetores que fizessem orientações segundo os preceitos pedagógicos, somente em 1943 aparecem algumas orientações pedagógicas no que concerne aos trabalhos educativos. Isto justifica que as mudanças na educação ocorreram por meio de um processo e não por uma legislação que ia modificar imediatamente o procedimento dos inspetores.

2.3 – A inspeção no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”

Sebrão Sobrinho também promoveu visitas de inspeção no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. No Arquivo Público do Estado de Sergipe foram encontrados três cópias de termos de inspeção e três boletins de inspeções, os quais contribuíram para compreender o processo de fiscalização naquela instituição primária.

No termo de inspeção de 05 de agosto de 1942, Sebrão Sobrinho não teceu orientações pedagógicas aos docentes do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”; ele teve uma preocupação maior em explicar os motivos da diminuição do número de matrículas. Apesar de registrar alguns aspectos da fiscalização realizada por ele, tais como rendimento escolar, conduta do corpo docente, processo de ensino e escrituração, no seu termo há uma justificativa sobre o pequeno número de alunos no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”:

[...] Conduta funcional do corpo docente: Continua zeloso e trabalhador, não lhe pertence a culpa descréscimo do grupo, que está tão só, em número de esfabatoso de escolas isoladas e colégios; hoje certos escolares e colégios sendo que, exceção de uma ou outra e quase sem real justificativa, muito pouca são as que se conservam na sede em que foram criadas, nos pontos extremos da cidade.

Até 1938, a de St Cruz, ora funcionando por falta de casa, em pleno seio de Estância (SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1942, s/p)⁸⁴

Esta preocupação em justificar o pequeno número de alunos no Grupo deveu-se ao fato de que, de acordo com o Regulamento do ensino primário de 1931, o número adequado de alunos por classe era de 25 discentes. Quando um determinado lugar apresentava um número superior a 25 crianças, permitia-se a criação de uma escola mista. Portanto, não era coerente que numa sala de um grupo escolar houvesse uma média menor do que 25 crianças por classe. Isto era o que estava ocorrendo no “Gumercindo Bessa”: “A média de matrícula por classe está abaixo da crítica, pois é de 23 e o número exigido é de 25” (SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1942)⁸⁵.

No ano de 1943, o Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” teve duas visitas de inspeção realizadas por Carvalho Déda⁸⁶ – uma em março e a outra em setembro. Este inspetor não fez nenhuma orientação específica sobre os métodos pedagógicos. Neste período, havia ainda a cultura de fiscalização dos trabalhos educativos, em detrimento das orientações pedagógicas.

Em suas fiscalizações, o inspetor escolar Carvalho Déda mostrou-se satisfeito com os trabalhos desenvolvidos no “Gumercindo Bessa”. Para ele, algumas professoras daquela Instituição estavam trabalhando de maneira adequada:

[...] Assisti aulas da Prof. Arací Cardoso Meneses do 3º ano, notando aproveitamento.

É reconhecida a competência da Prof. Arací, bem como a sua dedicação pela carreira que abraçou.

Assisti também as aulas do 4º ano, dirigida pela Prof. Ruth Araújo Rosa. É de pouco tempo o exercício da Prof. Ruth neste estabelecimento. Notei que a mesma, verificando falhas na classe esforça-se por transmitir aos seus alunos os seus conhecimentos pedagógicos e, para que os mesmos venham a conquistar no fim do ano, o diploma primário com conhecimento completo de todas as

⁸⁴ SERGIPE. Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 05 de agosto de 1942. APES E⁶ 1155

⁸⁵ SERGIPE. Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 05 de agosto de 1942. APES E⁶ 1155

⁸⁶ José Carvalho Déda nasceu em 1º de dezembro de 1898 no município baiano de Patrocínio Coité, que mais tarde passou a denominar Paripiranga, por meio do decreto Estadual de nº 7341, de 30 de março de 1931, e faleceu no dia 02 de setembro de 1968. Trabalhou no comércio junto com seus irmãos na cidade de Simão Dias. Foi poeta, jornalista e folclorista. (CALUMBY, 2008)

matérias tive boa impressão desta jovem mestra (SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1942).

O inspetor assistia às aulas para verificar o rendimento da aprendizagem e mesmo assim, não manifestou nenhuma orientação sobre os métodos modernos e nem aludiu à utilização dos procedimentos da Escola Nova pelas professoras.

Outro aspecto, objeto de fiscalização por parte de Carvalho Déda, foram as disciplinas de Canto Orfeônico e Educação Física⁸⁷. O ensino de tais disciplinas era priorizado pelo contexto educacional brasileiro e sergipano em virtude do discurso de patriotismo vigente na época, uma vez que o Canto Orfeônico e a Educação Física eram matérias utilizadas para civilizar os jovens conforme os preceitos patrióticos, estabelecidos no Estado Novo.

Segundo Baía Horta (1994), durante os anos de 1930 a 1945, havia uma relação entre as Forças Armadas e a Educação. O exército tinha o objetivo de formar cidadãos que defendessem a pátria, seja como soldado ou cidadão civil. O Exército não tinha o interesse de que todos fossem soldados, mas era necessária uma mobilização nacional para que formassem, desde a tenra infância, pessoas com *habitus* de que deviam atuar de maneira patriótica, amando sempre o País. As disciplinas Canto Orfeônico e Educação Física foram fundamentais para desenvolver *habitus* patrióticos nos indivíduos.

Ainda aqui, os objetivos variam em função da concepção que se tem das relações entre Forças Armadas e sociedade civil, mais especificamente, em função do papel que se atribui as Forças Armadas no processo de educação do povo. Aqueles que se baseiam na concepção do cidadão soldado insistem sobre a educação física a ser dada durante o serviço militar obrigatório, atribuindo-lhe uma finalidade higiênica e formativa, os que defendem a concepção do exército profissional e vêem as relações entre Forças Armadas e sociedade civil sob o ângulo da mobilização insistem na necessidade de uma educação física global a ser dada nas escolas acentuada durante o período do serviço militar (BAÍA HORTA, 1994, p. 64-65).

⁸⁷A partir do ano de 1934 estas disciplinas tornaram-se obrigatórias. “Isto dar-se-à de uma forma bastante estranha, por um decreto que cria, no Ministério da Educação e Saúde, uma Inspeção Geral de Ensino Emendativo e estende a todos os estabelecimentos escolares dependentes deste Ministério a obrigatoriedade da educação física e do canto orfeônico”. (BAÍA HORTA, 1994, p. 147). Segundo Santos e Freitas o Canto Orfeônico surgiu no Brasil nas primeiras décadas da Primeira República no Estado de São Paulo. Em Sergipe, no governo de Hunaldo Santaflor foi criado o Instituto de Música e Canto Orfeônico em 1945, com o objetivo de formar professores para o ensino de música e Canto Orfeônico, a referida instituição foi coordenada por Genaro Plech (SANTOS; FREITAS, 2007)

A Educação Física no ensino primário tinha um horário específico na carga horária semanal. Os militares, durante as décadas de 30 e 40 do século XX, tentaram exercer influências no ensino da Educação Física, apesar de existirem opositores da Associação Brasileira de Educação, a qual defendia a realização do ensino da Educação Física por cidadãos civis.

Com relação ao Canto Orfeônico, foi nele que se buscou desenvolver o sentimento de patriotismo. Esta disciplina tinha a utilidade educativa como também de constituição de valores cívicos e patrióticos. Em 1936, a execução do Hino Nacional tornou-se obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino; com isso, a matéria de Canto Orfeônico tinha a função de ensinar as músicas com o intuito de desenvolver sentimentos de amor e orgulho à pátria (BAÍA HORTA, 1994).

Isso justifica a preocupação do Inspetor Carvalho Déda em verificar se no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” as disciplinas Canto Orfeônico e Educação Física estavam sendo ministradas de maneira coerente, segundo as determinações legais (SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Déda, 1943).⁸⁸

Nessa visita também se notou um entusiasmo com o trabalho realizado por uma das professoras da Instituição feito em uma aula em que foram utilizados os centros de interesse.

[...] a Professora Rosa Santos Prado que tem a seu cargo a cadeira do 1º ano do sexo feminino. Assisti uma aula de linguagem desta mestra tratava-se de breves sentenças sobre tomate, relacionados com o centro de interesse em estudo. Fiquei satisfeito, tanto mais porque a aula foi propositadamente interrompida com uma pergunta dos alunos. “a qual a cor da flor do tomate?” As respostas dividiram-se em três grupos diferentes: branca, amarela e vermelha. A professora, com inteligência, nessa altura suspendeu a sua aula e determinou que no dia seguinte os alunos dissidentes trouxessem flôres de tomate. No dia seguinte voltei interessado por assistir a continuação da aula. Os alunos trouxeram flores de tomate e pude constatar o interesse, a alegria e o entusiasmo da professora e dos alunos. Muito bem! (SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Déda, 1943)⁸⁹.

⁸⁸ SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Deda, 16 de setembro de 1943. APES E⁶ 1104.

⁸⁹ SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Deda, 24 de março de 1943. APES E⁶ 1104

A conduta observada na professora condizia com as idéias da Pedagogia Ativa, pois, na metodologia, o ideal não era fornecer aos alunos respostas prontas, mas fazer com que pesquisassem certas situações que partissem do seu próprio interesse. Levar os alunos a buscar flores de tomate, por exemplo, permitiu que eles observassem na prática a situação que motivou a dúvida.

Dewey (1978) afirma que o interesse é o que faz com que os alunos se esforcem para compreender determinado conhecimento. A relevância dada por um aluno à cor da flor de tomate despertou também nos outros alunos da classe o desejo de conhecê-la, fazendo com que eles se esforçassem na procura de uma resposta, que pudesse solucionar a dúvida presente.

O conhecimento de Carvalho Déda sobre a metodologia de ensino e dos conhecimentos dos preceitos escolanovistas fez com que ele fundamentasse o seu termo de inspeção de acordo com o ideário da Escola Nova.

[...] É oportuno transcrever aqui um trecho de Jonatas Serrano na sua obra “Escola Nova”:

“para transmitir conhecimentos deve o mestre de qualquer outra coisa, possuir o fogo sagrado, o entusiasmo comunicativo, o qual viufável e irresistível logo sentido pelos alunos, que ao cabo de alguns minutos descobrem o que é repetição mecânica ou pelo contrário, linguagem do coração. Porque verdade é esta o mestre deve amar o ensino como o artista a sua arte. E a paciência, a bondade, a justiça e as virtudes todas de educar são apenas diferentes aspectos de uma realidade única, fundamental e insuprível o amor apaixonado à belesa da verdade (SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Déda, 1943)⁹⁰.

Outro profissional que ficou incumbido em fazer a inspeção no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” foi Paulo Andrade Monte⁹¹. Além de se ater aos aspectos administrativos como a matrícula geral, a frequência diária dos alunos, a escrituração geral, o mobiliário, a higiene do prédio, a higiene dos alunos, os processos de ensino, o rendimento escolar, o corpo docente e administrativo, o exercício físico, o canto orfeônico, a conduta funcional dos docentes, os trabalhos manuais e a caixa escolar, também se preocupou em orientar os docentes em uma das visitas empreendidas em outubro de 1944.

⁹⁰SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Deda, 24 de março de 1943. APES E⁶ 1104.

⁹¹ Até o momento de conclusão desta pesquisa não foi encontrado nenhum dado biográfico deste inspetor.

Em relação ao ensino e ao uso do método intuitivo, Paulo Andrade afirmou que as professoras utilizavam os métodos mais modernos ditados pela Escola Nova e justificou as dificuldades do corpo docente em desenvolver os preceitos escolanovistas – a falta de material didático adequado para as inovações pedagógicas.

[...] e) Confere como inventário. O estabelecimento se recente de mapas do Brasil, contendo os territórios nacionais, cartas de linguagem, vez que as existentes estão estragadas, mapas econômicos do Brasil e mapas de Sergipe. Ante esta falta o corpo docente se vê em dificuldades para o ensino intuitivo e o corpo discente com relevante prejuízo (SERGIPE. Termo de Inspeção de Paulo Andrade Monte, 1944)⁹².

O uso de material didático era essencial no método ativo, pois esse instrumento de ensino era utilizado como mecanismo para despertar o interesse do aluno de modo que observassem e experienciassem as situações, utilizando as suas reflexões e formulando as idéias universais. Paulo Monte acreditava que a ausência dos materiais prejudicaria o conhecimento dos alunos.

No intuito de verificar os conhecimentos do corpo discente, Paulo Monte argüiu os alunos e notou que eles sabiam os conteúdos das matérias de ensino, além de ter assistido às aulas das professoras para observar se elas estavam utilizando os preceitos preconizados pela Escola Nova. Sobre o trabalho de uma das professoras do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, o Inspetor afirmou:

[...] 1º ano. Prof. Rosa Santos Pardo, esta professora possui o curso de aperfeiçoamento e demonstrou na aula dada, de minha ordem, que tem boa capacidade didática e sabe ensinar como requer o método intuitivo, já fazendo a configuração do assunto ventilado e já prendendo a atenção da classe, pelo interesse, condição se ne qua non da Escola Nova (SERGIPE. Termo de Inspeção de Paulo Andrade Monte, 1944).

O Inspetor Paulo Monte elogiava as professoras que ensinavam de acordo com as idéias escolanovistas. Acreditava que, para aprender, o aluno teria que primeiro ter interesse. A atenção do discente não podia ser conquistada por meio de castigos ou repreensões, mas por mecanismos que o fizessem observar os fatos.

⁹² SERGIPE. Cópia do termo de inspeção de Paulo Andrade Monte, 13 de outubro de 1944. APES E⁶ 896.

À medida que o aluno se interessava por um determinado assunto, havia probabilidade de sucesso e de uma aprendizagem eficaz; porém, para despertar seu interesse, era necessário estabelecer relação entre as situações e os objetos da criança com os conteúdos da matéria. Dewey (1978) afirma que é um erro tentar despertar o interesse da criança por meio da premiação ou castigos.

Em outras palavras, o problema seria descobrir a relação intrínseca entre a matéria, o objeto e a pessoa – relação essa que, uma vez conscientemente percebida, passa a ser o motivo de atenção.

O professor que disser a criança que ela ficará presa depois da aula se não der bem sua lição de geografia está recorrendo ao interesse imediato [...]. Oferecer a criança um prêmio, promessa de afeição, ou promoção, ou assegurar-lhe que por aquele meio ganhará dinheiro mais tarde ou terá posição saliente na sociedade, são outros modos falsos de despertar interesse (DEWEY, 1978, p. 75-76).

Além de defender o uso do método intuitivo ativo, o Inspetor observava se as professoras seguiam o programa proposto pelo Departamento de Educação. Após as aulas analisadas, ele comentava sobre a sua concepção e relatava o modo como as professoras ministravam o ensino.

[...] o primeiro ano conta também com a professora auxiliar Clarisse Pititinga do Nascimento, que vem de iniciar sua carreira no magistério. O 1º ano é dirigido pela professora Ruth Araujo Rosa, inicia-se no magistério, demonstrando gosto e zelo pelo ensino e demonstrou conhecimento no programa do Programa Oficial. O 2º ano misto está a cargo da Profª Zulmira de Azevedo Gomes, esta demonstrou conhecimento do programa Oficial [...]. O 3º ano está a cargo da Profª Márcia Monte Alegre, que fez uma argüição das matérias do programa, englobadamente, demonstrando conhecimento do Programa Oficial, e que é esforçada e tem bastante pratica de ensino. O 4º ano está a cargo da Profª Arací Cardoso Meneses, esta professora deu uma aula, de minha ordem, versando sobre análise lógica, na qual demonstrou conhecer bem a nossa língua e sabe ensiná-la. [...] (SERGIPE. Termo de Inspeção de Paulo Andrade Monte, 1944, p. 02).

A preocupação em verificar se as professoras ensinavam conforme o Programa denota o que diz Bourdieu (2004b) sobre o papel da Escola. Para ele, a instituição escolar está submetida às forças externas e aquela age de acordo com as regras

determinadas por outros agentes para se estabelecer como um campo específico do campo educacional.

O Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, como os outros grupos escolares, estavam submetido a forças externas legais, por meio das leis e dos Programas de Ensino elaborados pelo Departamento de Educação, atendendo às prescrições do Ministério da Educação criado, a partir de 1930, para dar uma unicidade ao ensino do País. Para que o corpo docente cumprisse as normas, os inspetores observavam os trabalhos dos professores verificando se os mesmos estavam obedecendo às determinações de Departamento. Além disso, analisava se o corpo docente estava ensinando segundo os preceitos pedagógicos modernos, discutidos no contexto educacional daquele período, confirmando o que Souto (2005) afirma sobre a atuação dos inspetores, segundo os métodos e processos preconizados pela direção da Educação.

A inspeção teria que fiscalizar como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos educativos nos grupos escolares, além de orientar os professores no que concerne aos preceitos pedagógicos. O inspetor Paulo Monte, na tentativa de orientar os professores do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, fez uma reunião com o corpo docente do Grupo e abordou os aspectos da Escola Nova, difundindo, desta forma, os princípios escolanovistas.

Terminada a inspeção convoquei todo o corpo docente e administrativo do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” para uma reunião na sala da Diretoria e aí, aprovando o desenvolvimento dos trabalhos escolares, e educacionais, em geral fiz uma palestra exigido pela Escola Nova, procurando estimular mais e mais a adoção dos métodos modernos, pela sua comprovada eficiência (SERGIPE. Termo de Inspeção de Paulo Andrade Monte, 1944, p. 04).

Depois que o Departamento adotou o uso dos Boletins (1943) para sistematizar a inspeção escolar, o outro inspetor do “Gumercindo Bessa”, Dionísio Menezes⁹³, fez suas anotações utilizando o termo de inspeção; porém ele denominou o seu termo de “Boletim de Inspeção Escolar”.

Além de constatar os aspectos administrativos – classificação pedagógica, corpo administrativo, higiene, inventário, escrituração geral, caixa escolar –, Dionísio

⁹³ Não foram encontrados dados biográficos sobre o inspetor Dionísio Menezes.

Menezes fez questionamentos aos alunos da Instituição Escolar para verificar o rendimento do ensino.

Como eles souberam responder às questões formuladas, o inspetor concluiu que as professoras estavam obedecendo às normas do Programa Oficial. O papel de Dionísio Menezes foi o de fiscalizar os trabalhos educativos; no entanto, em seu termo não havia orientações pedagógicas alusivas aos aspectos metodológicos.

[...] 2º ano misto, D. Zulmira de Azevedo Gomes, Leitura, aritmética, ditado obedecendo o Programa, rendimento letivo bom, pelo que atestei com argüições feitas aos alunos. 3º ano misto, D. Clarice Petitinga do Nascimento e demais matérias do Programa, rendimento letivo fraco, nos alunos do sexo feminino, conforme verifiquei com argüições por mim feitas [...] (SERGIPE. Boletim de Inspeção de Dionísio Meneses, 1948)⁹⁴

Os inspetores do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” tinham a obrigação legal de fiscalizar e orientar os professores. Essa preocupação se verifica nos registros realizados por Carvalho Déda e Paulo Monte, os quais orientavam o corpo docente e fundamentaram as suas fiscalizações segundo os preceitos da Escola Nova.

2.4- A inspeção no Grupo Escolar “Manuel Luís”

O Grupo Escolar “Manuel Luís” era o cartão de visitas das autoridades e campo de estágio das normalistas (BERGER, 2006). O referido grupo teve como uma das principais características a presença de docentes experientes do Estado, visto que muitas delas chegavam a ensinar no Grupo quando já tinham passado por várias escolas, devido à lei dos acessos⁹⁵.

A referida lei determinava que apenas podiam ensinar nos grupos escolares as professoras que tivessem realizado seus trabalhos primeiramente em povoados, nas vilas, cidades e, por fim, o grupo na capital – como foi o caso da professora Maria José da Conceição, muito elogiada pelo inspetor Sebrão Sobrinho.

⁹⁴ SERGIPE. Cópia do Boletim de Inspeção de Dionísio Meneses, 17 e 18 de agosto de 1948. APES E¹ 03.

⁹⁵ Para saber mais ler: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão : Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003. (Coleção Educação é História).

[...] Em o pavimento térreo: Maria José da Conceição, o Diamante Negro do Ensino Primário em Sergipe, encontrado em Aguados no município do Carmo, luzindo em Japaratuba, fulgindo no Riachão dos Dantas, ofuscando em Simão Dias e, hoje, oriflora em o “Dr. Manuel Luís” (SERGIPE. Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 1945, p. 02)⁹⁶

Entre os anos de 1934 e 1942, ficou sob a responsabilidade de José Alencar Cardoso⁹⁷ o trabalho de fiscalização e orientação no Grupo Escolar “Manuel Luís”; posteriormente, essa função passou a ser exercida por José Sebrão de Carvalho Sobrinho⁹⁸.

Nesta pesquisa, analisei nove termos de inspeção de José Alencar Cardoso, um termo de inspeção de Sebrão Carvalho Sobrinho e um Boletim de Inspeção de Elisabeth Novaes⁹⁹.

Vários pontos foram destacados pelo inspetor José Alencar Cardoso sobre o Grupo Escolar “Manuel Luís”; muitas das suas colocações nos termos de visita abordavam o desempenho dos trabalhos educativos realizados na instituição de ensino.

Em relação aos trabalhos das professoras do Grupo Escolar “Manuel Luís”, Alencar Cardoso não poupava os elogios, como se constata no termo de visita realizado no dia 16 de junho de 1938, quando o Inspetor afirmou: “A tarefa do dia era ordenada e Armônica, ouviam-se as mestras nas mais proveitosas lições com perfeita didática” (SERGIPE. Termo de Visita de José Alencar Cardoso, 1938)¹⁰⁰.

No mesmo ano, Alencar Cardoso fez outra inspeção no dia 16 de novembro, continuando a elogiar a função do corpo docente e administrativo daquela instituição: “O corpo docente e administrativo vivem num só diapásão, trabalham pela escola para a

⁹⁶ SERGIPE. Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 4 de agosto de 1945. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

⁹⁷ José Alencar Cardoso (1878-1964) estudou em Aracaju, fez os preparatórios no Colégio Atheneu Sergipense. Coursou na Escola Militar Praia Vermelha, foi excluído da mesma escola pelo fato de ter participado da Revolta da Vacina. Quando voltou à Sergipe ingressou no magistério fundando o Colégio Tobias Barreto na cidade de Estância e ocupou diferentes cargos públicos como os de Secretário da Chefatura de Polícia e Escrivão da Saúde dos Portos, e foi membro do Conselho Superior de Ensino. (MANGUEIRA, 2003)

⁹⁸ Ele atuou em Propriá e em Estância, rever nota 69.

⁹⁹ Até o momento da conclusão desta pesquisa não foi encontrado dados biográficos sobre Elisabeth Novaes

¹⁰⁰ SERGIPE. Termo de Visita de José Alencar Cardoso, 16 de junho de 1938. Escola Estadual Dr. Manuel Luís.

grandeza vocacional” (SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1938)¹⁰¹. A questão vocacional estava atrelada ao desenvolvimento do indivíduo de acordo com as suas capacidades. Esta era uma concepção escolanovista – o que se pode perceber na apropriação do inspetor no que concerne aos preceitos da Escola Nova.

O inspetor Alencar Cardoso fiscalizou os trabalhos das professoras e o rendimento dos alunos; também observou a excelência daquele grupo com relação ao ensino. Durante a sua visita no dia 26 de outubro de 1939, verificou que “as alunas do 4º ano demonstravam, com desembaraço, conhecimento do programa, que na classe está sendo lido em todos os seus detalhes” (SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1939)¹⁰².

A observância do programa de ensino era fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem no Grupo. O inspetor fiscalizava se o corpo docente estava executando as determinações detalhadas no Programa de Ensino. No ano de 1938, Alencar Cardoso mostrou-se satisfeito com o trabalho das professoras, no que diz respeito à execução do programa; porém, quatro anos depois, expôs no termo de visita que os alunos estavam inseguros, alegando que isto não era culpa dos profissionais de ensino, mas do tempo limitado para a realização dos trabalhos em classe.

[...] Estive em todas as classes, apreciando a execução do programa que está sendo lido como deve. Por meio de arguições, constatei o grau de aproveitamento dos alunos, os quais ainda se mostram inseguros nas matérias que estudam, em face da exigüidade de tempo de trabalho (SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1942)¹⁰³.

Em relação ao ensino das disciplinas Canto Orfeônico, Educação Física e Trabalho Manual, o inspetor tece elogios ao bom andamento do trabalho. Tal comentário encontra-se nos termos de inspeção dos anos de 1938, 1939 e 1942. “Assisti a várias crianças em trabalhos manuais importantes sob a orientação das mestras. O

¹⁰¹ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 16 de novembro de 1938. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹⁰² SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 26 de outubro de 1939. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹⁰³ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 30 de novembro de 1942. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

orfeão artístico continua fazendo a escola alegre e normativa”¹⁰⁴; “Trabalhos manuais: Esse importante assunto do programa está sendo cuidado com interesse, no grupo escolar Manuel Luís” (SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1938)¹⁰⁵.

Além da preocupação com a disciplina Trabalhos Manuais, observa-se uma importância dada à disciplina Educação Física, tanto por parte do inspetor como pelo Diretor do Grupo: “A Educação Física, fator importante para melhorar a nossa raça, é um problema que o diretor da casa trata com interesse” (SERGIPE, Termo de Visita de José Alencar Cardoso, 1938)¹⁰⁶.

A Educação Física era uma disciplina considerada como um mecanismo de civilização dos indivíduos, pois tinha o intuito de formar nos alunos a ordem, um dos princípios defendidos pelo regime do Estado Novo. Moldar os indivíduos com um aporte considerado como forte era um dos objetivos, devido à Grande Guerra que havia acontecido e não se sabia quando poderia eclodir a próxima Guerra. Por isso, a preocupação em formar pessoas fortes e preparadas para defender o país em situações de combate militar ou mesmo em situações civis.

Os exercícios calistênicos utilizados no ensino da Educação Física foram observados pelo inspetor Alencar Cardoso durante a sua inspeção no dia 18 de outubro de 1935: “Assisti a exercícios calistenicos”¹⁰⁷ (SERGIPE, Termo de Inspeção de Alencar Cardoso, 1935)¹⁰⁸.

Igor Manguiera (2003) destaca que José Alencar Cardoso concebia a Educação Física como um elemento essencial para a formação do aluno, “pois interiorizava no aluno a disciplina e a hierarquia, e explicitava para a sociedade a força produtiva, contida nesta concepção” (MANGUEIRA, 2003, p. 63).

O ensino da disciplina Educação Física nem sempre foi ministrado pelas professoras do Grupo, mas por funcionários ligados ao exército: “[...] a Educação Física

¹⁰⁴ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 16 de novembro de 1938. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹⁰⁵ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 16 de novembro de 1938. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹⁰⁶ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 16 de novembro de 1938. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹⁰⁷ Utilizando as idéias de Innezil Penna Marinho, Rocha-Urca (2009) explica que os exercícios calistênicos atendiam as pessoas do sexo feminino e para o sexo masculino era recomendada a ginástica sueca. No Brasil a primeira referência sobre a calistenia encontra-se nos Pareceres de Rui Barbosa. Com o Dr. Dio Lewes a ginástica calistênica passou a ser utilizada para ambos os sexos.

¹⁰⁸ SERGIPE. Termo de Inspeção de José Alencar Cardoso, 18 de outubro de 1935. Escola Estadual Manuel Luís.

tem um encarregado especial de jogos esportivos. Quem orienta os jogos esportivos é o Sargento José de Souza Campos” (SERGIPE, Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1942)¹⁰⁹. A presença de um integrante do exército na disciplina demonstra que, neste campo, quem detinha o poder era o regime militar.

O professor Alencar Cardoso informava apenas quem era os professores das disciplinas de Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais e Educação Física: “O canto orfeônico é orientado com perfeita técnica pela professora Ester Lopes” (SERGIPE, Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1942)¹¹⁰, não contendo orientação por parte do inspetor no que concerne à forma de ministrar essas disciplinas.

Nos termos de inspeção de Alencar Cardoso, percebeu-se uma satisfação referente à maneira como eram executados os trabalhos educativos no Grupo Escolar “Dr. Manuel Luís”. Desde o primeiro termo, o de 1934, até o último encontrado, datado de 22 de março de 1942, havia elogios e admirações do inspetor do estabelecimento de instrução primária. Um dos motivos dessa admiração foi atribuído pelo Inspetor ao Diretor do Grupo, Acrísio Cruz, e às professoras:

Aos vinte e oito dias do mês de setembro, inspecionei o Grupo escolar Manuel Luiz, que funciona em sede própria, com todos os requisitos pedagógicos. No que tange à ordem e à disciplina, o que se observa recomenda o seu diretor prof. Acrísio Cruz, espírito lúcido e Senhor dos problemas da escola nova e as mestras que sacerdotizavam o ensino (SERGIPE, Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1934)¹¹¹

[...] A visita ao Grupo Escolar Manoel Luís desviou-me confortadora impressão, a impressão de que a semente de tantos esforços não tem caído em terreno sáfano e que é dado a esperar muito do magistério sergipano (SERGIPE, Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1935)¹¹²

No dia 18 de outubro de 1935, inspecionei o Grupo Escolar Dr. Manoel Luis dirigido atualmente pelo professor Acrísio Cruz, um espírito moço e esclarecido e com decidida vocação para penetrar nos

¹⁰⁹ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 18 de outubro de 1942. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹¹⁰ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 18 de outubro de 1942. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹¹¹ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 24 de setembro de 1934. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹¹²SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 18 de abril de 1935. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

segredos do ensino (SERGIPE, Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1935)¹¹³

[...] Acompanhados pelo Diretor da Casa, Prof. Acrísio Cruz, inteligência organizadora e produtiva, percorri as classes qual a qual, temos sempre a impressão de que neste estabelecimento o ensino se ministra dentro de perfeitas normas pedagógicas (SERGIPE, Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1936)¹¹⁴

Quase que anualmente, o inspetor tecia elogios ao corpo docente e ao diretor do Grupo. Com isso, todo esse entusiasmo acarretou a não necessidade de orientação aos professores da instituição quanto aos preceitos da Escola Nova. Alencar Cardoso ressaltava que os professores ensinavam aos alunos com concepções escolanovistas. O Grupo Escolar “Manuel Luís” era uma instituição onde a maioria das professoras que atuavam foram formadas pela Escola Normal; além disso, o Grupo foi campo de estágio das alunas-mestres da Escola Normal Rui Barbosa.

No ano de 1945, a tarefa de inspeção do Grupo ficou a cargo de Sebrão Sobrinho devido a uma autorização verbal do Diretor do Departamento de Educação, Acrísio Cruz, já que o professor Alencar Cardoso tornou-se diretor do Instituto Pedagógico “Rui Barbosa”. Pelos relatos de Sebrão Sobrinho, a última inspeção no Grupo Escolar “Manuel Luís” foi realizada em 1943¹¹⁵.

A formação dos alunos e alunas matriculados no Grupo Escolar ficou sob a responsabilidade das competentes professoras do Grupo. Adjetivo este empregado por Sebrão Sobrinho, o qual, durante a visita, destacou a competência de cada uma delas, além de ter realizado uma conferência a fim de comentar sobre os assuntos educacionais.

No termo de visita não consta o tema discutido nesta conferência, mas diante das observações realizadas por Sebrão Sobrinho, averigua-se a existência de uma satisfação no tocante ao processo de ensino realizado pelas professoras, visto que, segundo aquele Inspetor, no Grupo Escolar “Manuel Luís”, utilizava-se o método das lições intuitivas ou método intuitivo.

¹¹³ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 18 de abril de 1935. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹¹⁴ SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 1º de setembro de 1936. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

¹¹⁵ Não foi possível conhecer os motivos de no Grupo não haver inspeção durante dois anos.

A prática intuitiva não era melhor porque, para Sebrão Sobrinho, havia pouca cooperação dos pais dos discentes que não compravam os materiais dos seus filhos, pois sempre esperavam do Estado (SERGIPE, Termo de visita de Sebrão Carvalho, 1945)¹¹⁶. A introdução do material escolar nos grupos foi uma alternativa para desenvolver a educação moderna. Os materiais escolares são “o conjunto de artefatos materiais necessários para o funcionamento das escolas envolvendo mobiliários e acessórios” (SOUZA, 2007, p. 169).

Sebrão Sobrinho defendia um ensino ativo, mas diante das circunstâncias e falhas tanto da família como do governo, em relação ao acesso dos alunos aos materiais adequados, ele não desprezava o uso de metodologias consideradas tradicionais, contrariando a concepção da Escola Nova discutida, durante as décadas de 20 a 40 do século XX.

g) Processo de Ensino: Serviam as lições intuitivas (aspirados em Sergipe, já em 1850) se o estabelecimento fosse dotado do conveniente, do preciso tão brilhante prática escolar se os pais de família cooperassem (eles nada cooperam) na compra de materiais pedagógicos para os filhos, de vez que tudo esperam do estado e se baseiam na frase do imperador Pedro II em uma das escolas de San Cristovan, a do professor Francisco José Gomes, em o dia 17 de fevereiro de 1860, de que o mestre ensinasse, pois o melhor compêndio é o professor (SERGIPE, Termo de Visita de Sebrão Sobrinho, 1945).

Após a instituição dos Boletins de Inspeção, a inspetora Elisabeth Novais Gomes assumiu a função de inspetora do Grupo Escolar “Manuel Luís”, conquistando um espaço de atuação, pois na maioria dos casos os trabalhos de direção e inspeção e direção eram exercidos por profissionais do sexo masculino. Marcus Levy Bencosta ressalta que:

É uma certeza histórica que os homens iriam se afastar do magistério primário, por conta de seus baixos salários, fator principal do desinteresse por esta carreira, que para eles não mais apresentava grandes atrativos. Tal brecha as mulheres souberam aproveitar, no sentido de ter na escola primária um dos poucos espaços de atuação na esfera pública, em uma sociedade regida pelo universo masculino que, a todo custo, ainda conseguia majoritariamente condicionar as

¹¹⁶ SERGIPE. Termo de visita de Serão Sobrinho, 04 de agosto de 1945. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

mulheres na esfera de suas vidas privadas (BENCOSTA, 2005, p. 72-73)

Em sua visita, Elisabeth Novaes registrou que havia um aparelhamento escolar dividido da seguinte maneira: duzentas e dez carteiras, oito mesas de professor, armários, um relógio, onze quadros negros, três mapas do Brasil, três mapas-múndi, um de Sergipe, duas cartas de linguagem e uma carta de Parker. Esses eram os objetos presentes, os quais caracterizavam a cultura material do Grupo Escolar “Manuel Luís”.

Os materiais eram fundamentais para o ensino por meio da experimentação. No método, os materiais escolares tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento do ensino, visto que, na aprendizagem, além desses instrumentos auxiliarem na observação das crianças, também estimulavam o interesse para o conhecimento do conteúdo.

Com isso, no Boletim de Inspeção do Grupo Escolar “Manuel Luís” foram fiscalizados e registrados os materiais presentes no estabelecimento e a sua situação no que concerne à conservação dos mesmos. Outros aspectos foram registrados por essa inspetora, como a classificação dos alunos, o horário de funcionamento da escola e o trabalho do corpo docente.

De acordo com Elisabeth Novais, as professoras desenvolviam as suas atividades educativas de maneira adequada, pois todas obedeciam aos critérios estabelecidos no Boletim – a pontualidade, a observância do programa e o cumprimento das ordens recebidas. A inspetora fez somente palestras nas classes, houve troca de idéias entre as professoras. Não havia no Boletim de Inspeção, nem em outros registros documentais encontrados, a referência do assunto da palestra abordada durante a sua inspeção.

Analisando os trabalhos executados pelos os inspetores dos Grupos “João Fernandes de Brito”, “Gumercindo Bessa” e “Manuel Luís”, verifica-se uma grande ênfase à fiscalização. Em alguns momentos, contudo, esses profissionais se preocupavam em debater e orientar os professores sobre os princípios da Pedagogia da Escola Nova, tornando-se um dos elementos das tecnologias do estado, favorecendo na introdução dos novos métodos educacionais. Eles, também, verificavam se nos Grupos Escolares eram realizadas as Reuniões Pedagógicas, as quais foram regulamentadas em 1945, pois essas eram um mecanismo de discussão dos professores no que tange aos assuntos relacionados ao ensino na instituição escolar.

CAPÍTULO 3

As Reuniões Pedagógicas: Difusão e apropriação do ideário escolanovista no cotidiano dos grupos escolares sergipanos

A partir do ano de 1945 foram regulamentadas as atividades do corpo docente e administrativo dos grupos escolares. Dentre as determinações estava a realização das reuniões pedagógicas com o intuito das professoras discutirem os aspectos pedagógicos e organizacionais da instituição escolar. Dessa maneira, esse capítulo tem o fito de demonstrar primeiramente as normas do regulamento nº 262 de 31 de outubro de 1945, além de comentar sobre os temas discutidos nos grupos escolares.

É importante destacar que no dia vinte seis de novembro de 1944, determinou-se a realização de uma Reunião Pedagógica com o intuito de discutir os assuntos referentes a educação. Este evento foi realizado entre os dias 26 e 30 de dezembro e caracterizou-se pela apresentação de palestras, exposições, demonstrações e discussões sobre o ensino.

A Reunião Pedagógica foi dirigida pelo presidente do Departamento da Educação, Acrísio Cruz, e direcionada aos inspetores, aos diretores dos grupos escolares e aos professores em geral. De acordo com a portaria de nº 190 de 26 de novembro de 1944, os membros podiam se inscrever para apresentar os trabalhos, relacionados aos seguintes assuntos:

- a)- Psicologia Educacional – os desajustados, seu diagnóstico e tratamento
- b)- Instituições auxiliares da obra educativa
- c)- Homogeneização de Classes
- d)- Os grupos escolares e as dificuldades da função diretora
- e)- Disciplina e a eficiência do pessoal docente e administrativo
- f)- Disciplina e rendimento letivo do pessoal discente de grupo e escolas isoladas
- g)- As transferências de alunos
- h)- Dificuldades locais quanto a frequência escolar
- i)- Censo Escolar
- j)- Promoções e exames finais
- l)- Metodologia Geral e Especial
- m)- Festas Cívicas
- n)- Excursões Escolares
- o)- Merenda Escolar
- p)- Educação Física e Canto Orfeônico
- q)- Trabalhos Manuais

- r)- Horários fixos e combinados
- s)- Observância do programa
- t)- Arquivo no grupo escolar e escola isolada
- u)- O fichamento dos alunos

Os profissionais que tivessem trabalhos para apresentar deviam efetuar sua inscrição na Sede do Departamento da Educação, até o dia 20 de dezembro de 1944, segundo a portaria nº 190 de 26 de novembro de 1944. Para realizar a inscrição, o interessado tinha que declarar o seu nome como membro da Reunião e dizer qual era o tema que tinha interesse em apresentar.



Figura 4: Fotografia da Reunião Pedagógica realizada em 1944. Fonte: BARRETO, Luís Antônio (org.). Antologia: Acrísio Cruz. Aracaju: Secretaria do Estado da Cultura, 2006

A figura 4 constitui o registro da Reunião Pedagógica de 1944. Verifica-se a concentração de um número de pessoas, provavelmente professoras de grupos escolares e escolas isoladas, visto que a foto mostra um número maior de mulheres, principalmente as pessoas que estão sentadas nas últimas cadeiras.

Os temas tratados nessa Reunião são desconhecidos, pois nenhum registro foi encontrado para nos fornecer essas informações. Como um dos meus objetivos é verificar os temas abordados nas Reuniões Pedagógicas nos grupos escolares, tornou-se

prudente averiguar se este tipo de acontecimento ocorreu somente nos grupos escolares ou se foi sido realizado em outros locais.

Em alguns lugares do Brasil, momentos semelhantes às reuniões pedagógicas foram realizadas em grupos escolares. No caso de Minas Gerais, foram instituídas as reuniões de leitura nas escolas primárias por meio da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927/1928 (LIMA; CAVALARE; PEREIRA, 2007). Segundo as normas legais, essas reuniões deviam ocorrer durante duas horas semanais, reservadas às leituras relativas ao método de ensino e outras matérias indispensáveis à cultura magisterial. Tais encontros deviam se realizar “as quintas-feiras em bibliotecas ou em salas previamente designadas” (LIMA; CAVALARE; PEREIRA, 2007, p. 03).

Souto (2005) analisa as reuniões pedagógicas, como instrumento de qualificação dos professores. Estas reuniões eram dirigidas por diretores e/ou inspetores escolares, sendo que os temas discutidos em tais momentos eram sugeridos pela Diretoria Geral da Instrução Pública.

As características das normas legais das reuniões de leituras em Minas Gerais eram semelhantes às normas para a realização das reuniões pedagógicas em Sergipe, visto que, no Estado, os professores e os diretores tinham autonomia para discutir os temas que achavam necessários; porém havia normas prescritas no regulamento que deviam ser obedecidas, dentre elas o modo como deviam ocorrer as reuniões.

3.1- A regulamentação das reuniões pedagógicas nos grupos escolares em Sergipe.

Um ano após a realização do evento Reunião Pedagógica em Sergipe, Acrísio Cruz instituiu o Regulamento de nº 262, de 31 de outubro de 1945¹¹⁷, determinando a realização das referidas reuniões nos grupos escolares. Acrísio Cruz justifica a elaboração desse regulamento no sentido de traçar normas comuns para os estabelecimentos de ensino primário.

Faz-se sentir, de muitos anos, a adoção de um Regulamento, de vez que na parte referente ao funcionamento de casa de ensino daquele tipo, existiam apenas uns dispositivos esparsos em leis orgânicas, de

¹¹⁷ Vide em anexo

caráter geral, sôbre o ensino primário. (SERGIPE. Acrísio Cruz, Decreto lei nº 262 de 31 de outubro de 1945)¹¹⁸

O objetivo de Acrísio Cruz era fazer com que as funções do corpo docente e administrativo dos grupos escolares não fossem realizadas pela simples intuição, pois ele acreditava que com a ausência de normas específicas para essas instituições os professores, os diretores e os auxiliares do corpo administrativo não realizavam as suas funções de modo coerente.

O Regulamento estava composto de cem artigos e nele havia as orientações de funcionamento dos grupos, dentre elas as Reuniões Pedagógicas. As Reuniões Pedagógicas dos grupos escolares deviam ser organizadas da seguinte maneira: ela seria realizada uma vez por bimestre, em cada ano haveria quatro reuniões, as quais ocorreriam por meio de conversas, palestras sucintas, estudos, leitura e discussão de artigos, jornais, revistas, capítulos ou trechos de livros sobre educação.

Cada reunião pedagógica, segundo o Regulamento, teria duração de duas horas e no dia em que houvesse a Reunião não havia aula. O objetivo era abordar alguns temas que estavam sendo discutidos sobre a educação no País, contribuindo como um mecanismo de formação entre os professores.

O professor era o elemento fundamental para a realização das reuniões pedagógicas, pois a sua função é evidenciada no Regulamento: “Art. 17. São deveres do professor: ... Comparecer as reuniões pedagógicas”. Não há nenhuma determinação específica aos diretores dos grupos escolares para a realização das reuniões pedagógicas, apesar deles presidirem as reuniões.

As reuniões eram registradas em atas e os inspetores fiscalizavam se de fato esses momentos de discussão foram concretizados nos grupos escolares, esclarecendo, dessa forma, a importância da realização das Reuniões Pedagógicas. Como foi o caso do inspetor do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”: “Conversei com os diretores, a respeito do valor educativo da Reunião Pedagógica” (SERGIPE, Relatório de inspeção de Gumercindo Ferreira Batista, 1953)¹¹⁹. Mesmo com a determinação do

¹¹⁸SERGIPE. Decreto n. 262 de 31 de outubro de 1945. BPED. Leis e decretos. DS: 945.

¹¹⁹SERGIPE. Relatório das inspeções escolares do inspetor Gumercindo Ferreira Batista, do dia 06 de maio de 1953. APES E¹03 .

regulamento sobre o modo como as reuniões deviam ser realizadas, cada grupo tinha as suas peculiaridades na condução das mesmas.

3.2- As Reuniões Pedagógicas no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”

Os inspetores do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito” averiguavam se o corpo docente realizava as Reuniões Pedagógicas para discutir os assuntos educativos e se eles estavam obedecendo às ordens do regulamento. No “João Fernandes”, o inspetor que fiscalizou o cumprimento da realização das Reuniões Pedagógicas foi Gumercindo Ferreira Batista.

3. Demonstrei a utilidade das Reuniões Pedagógicas (grifo meu) falei sobre a vantagem da globalização do ensino e ordenei o uso do guarda pó, recomendei ensino mais prático do que teórico e aconselhei a organização de uma Biblioteca e de um Museu.
4. Demonstrei, a necessidade de completa observância do Decreto, que regulamenta as atividades do corpo docente e administrativas, em Grupos Escolares e Escolas Reunidas. (SERGIPE, Termo de visita, Gumercindo Batista, 1953)¹²⁰

A observância dos regulamentos era primordial para a execução dos trabalhos educativos na perspectiva da Escola Nova, visto que a legislação educacional daquele período fundamentava-se na proposta do ideário escolanovista. O diretor do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, Cezário Siqueira, demonstrava em um dos seus relatórios a obediência às normas regulamentares, principalmente a realização das Reuniões Pedagógicas, no ano de 1948. “REUNIÕES PEDAGÓGICAS: nenhuma só deixou de ser efetuada, dando assim cumprimento às ordens emanadas dessa Direção Geral, tendo sido enviadas as respectivas cópias das atas a esse Departamento” (SERGIPE. Relatório Anual de Cezário Siqueira, 1948)¹²¹.

Isso pode ser comprovado no Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas que demonstra a realização das quatro Reuniões no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”.

A ex-professora do Grupo, Maria Célia Santana, caracterizou as reuniões como um momento em que os professores e o diretor se encontravam para o cumprimento dos

¹²⁰SERGIPE. Termo de inspeção do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito” de Gumercindo Ferreira Batista, do dia 23 e abril de 1953, APES E³ 01.

¹²¹SERGIPE. Relatório das atividades do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do ano letivo de 1948. APES E 6 1146.

deveres e para comentar sobre os métodos de ensino. “Nessas reuniões, reunia-se o diretor com as professoras para o cumprimento dos deveres e para comentar sobre os métodos atuais” (ENTREVISTA, Maria Célia Santana, junho de 2008).

As Reuniões Pedagógicas eram denominadas por Maria Célia de “Reunião com o Diretor”, pois ela afirmou que no Grupo havia as discussões entre o corpo docente e a direção do estabelecimento e os momentos das professoras com as supervisoras, porém os encontros com a supervisora ocorreram após a década de 60.

O fato de denominar o encontro de a “Reunião com o Diretor” deveu-se à relação de poder que havia entre os professores e o dirigente escolar, pois os temas e os assuntos abordados eram definidos por ele; tais temas estavam ligados aos aspectos organizacionais e metodológicos. No tocante ao primeiro aspecto, destacaram-se os seguintes assuntos: o uso do copo individual, a frequência dos dias de sábado, o fardamento dos discentes, a rigorosidade das promoções dos alunos, caixa escolar. No que concerne ao segundo aspecto, foram discutidos temas como o método de ensino, as atividades de Canto Orfeônico e Educação Física, observância do programa e dos regulamentos, o ensino de História, conforme se constata no quadro 2.

QUADRO 2: Temas tratados nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”

DIA	TEMA	PROFISSIONAL
26/04/1947	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência aos sábados • Fardamento • Horário: assiduidade dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira
28/08/1947	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência aos sábados • Fardamento • Espaço específico para Cultura Física 	Diretor: Cesário Siqueira Orientadora de Cultura Física
27/09/1947	<ul style="list-style-type: none"> • Matérias do programa: Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico e Cultura Física • Frequência aos sábados: Pedido de interferência do diretor para a presença dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira Professora Odete Feitosa
22/11/1947	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção dos alunos (rigoriedade) • Espaço adequado para do desenvolvimento da Cultura Física e Canto Orfeônico 	Diretor: Cesário Siqueira Orientadora de Cultura Física
08/05/1948	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência aos sábados • Caixa Escolar 	Diretor: Cesário Siqueira
19/06/1948	<ul style="list-style-type: none"> • Fardamento adequado para os desfiles cívicos • Frequência aos sábados • Assiduidade dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira
28/08/1948	<ul style="list-style-type: none"> • Semana da Pátria • Fardamento da Semana da Pátria 	Diretor: Cesário Siqueira
13/11/1948	<ul style="list-style-type: none"> • Encerramento das aulas 	Diretor: Cesário Siqueira
30/04/1949	<ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade dos alunos • Frequência aos sábados • Disciplina: Trabalhos Manuais • O uso do copo individual 	Diretor: Cesário Siqueira
30/07/1949	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovações dos alunos • Entendimento entre aluno e professor • O uso do copo individual: Pedido de interferência para que o diretor determinasse que os alunos usassem o copo 	Diretor: Cesário Siqueira Professora: Emília Teles
30/09/1949	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Escolar • Assiduidade dos docentes 	Diretor: Cesário Siqueira

10/11/1949	<ul style="list-style-type: none"> • Encerramento do ano letivo • Aprovações dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira
20/04/1950	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência aos sábados • Aprovações dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira
25/07/1950	<ul style="list-style-type: none"> • Suspensão das atividades ao ar livre 	Diretor: Cesário Siqueira
24/09/1950	<ul style="list-style-type: none"> • O uso do copo individual • Disciplina dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira Professora: de Canto Orfeônico
18/11/1950	<ul style="list-style-type: none"> • Exposições dos trabalhos manuais dos alunos • Promoções • Exames Finais 	Diretor: Cesário Siqueira
31/08/1951	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa Escolar • O uso do copo individual • Assiduidade dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira Professora: Lindalva G. Vasconcelos
10/11/1951	<ul style="list-style-type: none"> • Os trabalhos finais • As aprovações dos alunos 	Diretor: Cesário Siqueira
04/04/1954	<ul style="list-style-type: none"> • Assiduidade dos alunos • Vigilância 	Diretor: Cesário Siqueira
05/07/1954	<ul style="list-style-type: none"> • Pedido do diretor para as professoras observassem do Programa de Ensino • O uso do copo individual 	Diretor: Cesário Siqueira
02/09/1954	<ul style="list-style-type: none"> • O ensino de História • Comemoração cívica 	Diretor: Cesário Siqueira
23/10/1954	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Escolar 	Diretor: Cesário Siqueira

Quadro elaborado pela pesquisadora a partir do Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”. Fonte: Livro de Atas da Reunião Pedagógica. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”.

Na reunião realizada no dia vinte e seis de abril de 1947, o corpo docente e a direção comentaram sobre a frequência nos dias de sábado, o fardamento dos alunos e a pontualidade dos discentes. As aulas aos sábados destinavam-se à revisão dos conteúdos das disciplinas. Além disso, a ex-professora Maria Célia afirmou que essas aulas eram obrigatórias e que nestes dias havia mais aulas de Desenho, Canto Orfeônico e Educação Física.

No tocante aos horários dos alunos, era primordial que os mesmos fossem assíduos para que nos trabalhos não houvesse interrupções devido ao atrasos. O fardamento não estava sendo respeitado, devido a precária condição financeira dos pais dos alunos.

Com a palavra o Diretor passou a dizer da necessidade que havia de cada educadora fazer o máximo de seus esforços no sentido de se conseguir melhor freqüência aos sábados e bem assim incentivar os alunos comparecerem fardados as aulas e para tanto devia o professor entender-se pessoalmente com os pais de família daqueles que se mostram recalcitrantes no uso da citada farda, fazendo ver a economia resultante desta medida. Ainda tratou o Diretor da conveniência de falar sobre o horário de chegada de muitos alunos [...] (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1947)¹²²

As aulas aos sábados eram uma preocupação por parte do diretor, visto que havia pouca freqüência dos alunos; assim, esta temática permaneceu como objeto de discussão das demais reuniões. Para estimular a maior freqüência dos alunos, uma alternativa do professor era manter uma boa relação com os pais.

A busca desta relação não visava apenas que os discentes comparecessem às aulas nos dias de sábado, era também uma maneira de dividir a responsabilidade na educação das crianças com a família. A integração entre pais e professores foi um modo de civilizar os alunos no que diz respeito à conduta e a formação dos bons costumes. Costumes relacionados à formação de um cidadão democrático que valorizasse as ações patrióticas e o civismo no Brasil.

Ainda durante este período, os valores dos preceitos higienistas permeavam o ambiente escolar, repercutindo nas Reuniões Pedagógicas. O uso do copo individual foi um assunto discutido no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, no dia 30 de abril de 1949, o qual destacava aspectos do higienismo. O uso do copo servia para formar nas crianças hábitos de higiene. “Os meios principais com que se pode assegurar o estado normal do organismo são o conhecimento da higiene e a formação de bons hábitos” (AGUAYO, 1952, p. 218). Para que os alunos não se contaminassem com as doenças era importante que as professoras não esquecessem de determinar que cada um usasse o seu copo. Diante disso, na Reunião foi dito: “Outra medida também recomendada foi o

¹²²SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 26 de abril de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

copo individual de vez que se observa constante tendência para desprezarem êste preceito higiênico” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1949) ¹²³

Os assuntos metodológicos debatidos nas reuniões foram o encerramento das aulas, os exames de promoções, as festividades cívicas, as disciplinas Trabalhos Manuais, Cultura Física e Canto Orfeônico e a observância do programa. O encerramento das aulas, apesar de ser um ponto atrelado à organização das mesas examinadoras, tinha um aspecto metodológico no que diz a respeito à aplicação desses exames. Uma das peculiaridades dos exames era a rigorosidade.

[...] O Diretor aberta a sessão e tomando a palavra falou sobre algumas medidas a serem tomadas para abrilhantar o encerramento do ano letivo e bem assim fez sentir a necessidade que havia de se manter um certo rigor nos exames de promoções, (grifo meu), a fim de se evitar aprovações indêbitas que muito estavam a marcha das classes (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1947) ¹²⁴.

O rigor não se restringia apenas ao processo de aplicação dos exames de promoção, pois também se estendia na organização das festas cívicas. Era neste momento que os integrantes do Grupo Escolar saíam dos “muros” do espaço escolar e mostravam à população os trabalhos educativos. Os pontos apropriados nas festividades eram a disciplina e o respeito à Pátria, por isso os alunos eram obrigados a desfilerem fardados para demonstrar a ordem e a identidade do Grupo. Com o objetivo de dar mais ênfase à formação patriótica dos indivíduos, o Diretor no ano de 1954 determinou que nas aulas de História fossem exaltados os fatos históricos que culminaram na Independência do Brasil.

Com a palavra o Diretor fez sentir “as educadoras que nesta semana da data magna da nacionalidade deviam as aulas de história pátria serem bem intensificadas salientando-se sobretudo os fatos históricos ligados aos lances patrióticos que culminaram o gesto grandioso do Grito da Independência. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1954) ¹²⁵

¹²³ SERGIPE. Ata da 1ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 30 de abril de 1949. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

¹²⁴ SERGIPE. Ata da 4ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 22 de novembro de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

¹²⁵ SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 2 de setembro de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

A formação de cunho cívico auxiliava no processo de formação de *habitus* e dos valores nos futuros cidadãos. Para a formação dos indivíduos, tanto no cunho intelectual quanto no patriótico, os professores deviam obedecer às determinações do programa. Eles estavam subordinados às regras exteriores, porém isto não significa a ausência de resistências.

O programa e os regulamentos fundamentavam-se nos preceitos da Escola Nova; com isso, determinava-se que as professoras utilizassem o método da Pedagogia Ativa, mas a ex-professora Maria Célia de Santana comentou que tentava dosar o método “Tradicional” ao método “Moderno”. “Eu seguia e não seguia (o programa), na realidade eu dosava. Tendo vocação nos tornamos pedagogos, eu tinha uma maneira de ensinar e procurava fazer com que os alunos entendessem, sabe que é isso? É o método” (ENTREVISTA, Maria Célia Santana, junho de 2008).

Apesar das resistências, em algumas Reuniões Pedagógicas, mais especificamente em 1954, o Diretor comentou sobre a necessidade da observância do programa. Provavelmente, isto se deveu ao fato das resistências por parte do corpo docente em utilizar o método escolanovista “... tomando a palavra (o Diretor) começou por chamar a atenção das educadoras presentes para a fiel observância do programa neste segundo semestre do ano letivo” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, 1954)¹²⁶. “Com a palavra o Diretor falou sobre algumas medidas de referência ao final do ano letivo e bem assim solicitou das regentes de classe o máximo empenho na execução final do programa de Português e Matemática” (SERGIPE, Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, 1954).¹²⁷

É importante destacar que, durante esses momentos, as professoras do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito” comentavam alguma coisa quando precisavam que o Diretor interferisse em algumas situações referentes aos alunos ou quando precisavam de material para exercer as suas atividades.

Com a palavra a prof. Odete Feitosa do 4º ano final solicitou ao diretor sua interferência entre os alunos do citado 4º ano, a fim de convencê-los a comparecerem assiduamente aos sábados, pois estava

¹²⁶SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 5 de julho de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

¹²⁷ SERGIPE. Ata da 4ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 23 de outubro de 1954. Escola Estadual João Fernandes de Brito.

reservado aquele dia para a revisão geral das matérias (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1947)¹²⁸

“Com a palavra a Orientadora de Canto e Cultura Física, renovou o pedido que fizera a última reunião sobre o acabamento do campo e material de cultura física”(SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1947)¹²⁹

Uma preocupação presente nas reuniões era o funcionamento das caixas escolares¹³⁰, que constituíam como uma das instituições educativas auxiliares. Por meio delas arrecadava-se dinheiro dos pais dos alunos que possuíam uma renda considerável para ajudar os alunos mais pobres no processo da educação.

Carvalho e Vieira (2008) concebem a hipótese de que a Caixa Escolar além de ter sido vinculada ao ideário republicano, correspondia, também, as idéias humanitárias preconizadas por algumas correntes intelectuais como o Positivismo. As autoras explicam que:

Os recursos da Caixa Escolar vinham de seus sócios, das gratificações não recebidas pelos professores e funcionários da escola, de algumas atividades culturais desenvolvidas nas escolas tais como teatro, filmes, apresentações diversificadas, quermesse, etc. Tais recursos eram gastos com a compra de uniformes, auxílio aos alunos com remédios, alimentação, dentre outros. (CARVALHO; VIEIRA, 2008, p. 05)

A existência das instituições educativas auxiliares é comentada por Souza (2008) como um meio de renovação da Escola Nova. As únicas instituições educativas auxiliares destacadas nas Reuniões do “João Fernandes de Brito” foram as caixas escolares.

Outra dimensão da renovação do primário pela escola nova foi constituída pela denominadas instituições educativas auxiliares – biblioteca infantil, cinema educativo, cooperativa, jornal infantil, banco escolar, clube agrícola, associação de pais e mestres, caixa escolar, assistência dentária, entre outras. (SOUZA, 2008a, p. 80)

¹²⁸ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 27 de setembro de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

¹²⁹ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 22 de novembro de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

¹³⁰ De acordo com Wellington Ferreira de Jesus (2009) a Caixa Escolar foi criada pelo ministro João Alfredo, em 1872. Ele utilizou, em parte, as idéias de Tavares Bastos que em 1870 tinha instituído as taxas escolares para vincular os recursos específicos a fins educacionais.

De acordo com Souza (2008), com a ampliação da assistência alimentar a partir da década de 30 do século passado, os alimentos que compunham a merenda como sopa e o copo de leite passaram a ser fornecidos por meio dos recursos presentes na Caixa Escolar. “A relação entre aprendizagem e nutrição passou a ser invocada pelos educadores para explicar os resultados do rendimento escolar e o baixo desempenho dos alunos pobres” (SOUZA, 2008b, p. 11).

O tema Caixa Escolar esteve presente nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”. “Pedi (o diretor) ainda empenho na arrecadação para Caixa Escolar entre os alunos mais favorecidos pecuniariamente, pois só assim se poderá prestar melhor assistência aos mais precisados” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1948)¹³¹.

Na análise das atas das Reuniões Pedagógicas, constatei que permearam no ambiente das Reuniões Pedagógicas no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito” temas relacionados as questões organizacionais e administrativas da instituição.

3.3 - As Reuniões Pedagógicas no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”: momento de discussão e organização do estabelecimento primário.

Alguns inspetores do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” tentaram orientar os professores segundo o ideário escolanovista, difundindo, desta forma, as concepções da Escola Nova, porém as Reuniões no “Gumercindo Bessa” estavam mais direcionadas à organização dos aspectos internos da Instituição.

Além dos inspetores fiscalizarem se as professoras e a direção estavam realizando as reuniões, o diretor enviava um relatório do ano anterior comentando as atividades desempenhadas na instituição. O diretor Jessé de Andrade Fontes relatou ao diretor do Departamento Geral da Educação que durante o ano em que assumiu a função da direção quatro reuniões pedagógicas foram realizadas naquele estabelecimento.

Reuniões Pedagógicas: Realizaram-se 4, durante o ano, sendo as 3 primeiras, presididas pela diretora interina, dona Cremildes Correia Freire e a última por mim, de 2 em 2 meses, sendo ventiladas, questões ou assuntos relativos ao ensino com proveito sendo enviadas

¹³¹SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 8 de maio 1948. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

a esse Departamento, cópias das mesmas, isto é, das respectivas atas.(SERGIPE, Relatório Anual de Jessé Fontes, s/d)¹³²

As reuniões eram uma alternativa da organização do grupo no que concerne às aulas do estabelecimento, às bancas examinadoras e à questão das festas cívicas. Muitos dos temas abordados estavam ligados aos problemas do próprio Grupo.

Usando da palavra o presidente, declarou que os fins da presente reunião eram tratar dos seguintes temas: o uso obrigatório da farda dos alunos e professoras. Designação das professoras que irão fazer palestras sobre a Semana da Pátria. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1959)¹³³

Como se vê, no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” havia uma preocupação em padronizar e organizar esse estabelecimento de ensino. A Reunião seria um mecanismo para atingir tal objetivo. Apesar do Regulamento determinar que essas reuniões fossem usadas como um veículo de discussão, leitura e estudos, no Grupo de Estância a reunião era usada também como uma forma de organização e planejamento escolar.

É mister destacar que, mesmo com a presença do diretor na condução da reunião, as professoras tinham a possibilidade de expressar as suas opiniões sobre os temas tratados. O diretor determinava o que seria discutido na Reunião e as professoras apresentavam as suas idéias sobre o assunto discutido, a fim de que chegasse a um acordo.

Conforme as atas analisadas no Grupo Escolar “Gumersindo Bessa” nem sempre eram estudados e discutidos assuntos presentes em artigos de jornais, revistas, capítulos ou trechos de livros sobre educação, aspectos estes determinados pelo Regulamento. Com isso, a Reunião Pedagógica servia como uma maneira de organizar o ensino, além de ter sido um veículo de formação para professores (as), devido ao fato dela proporcionar discussões sobre os temas educacionais. Muitos deles estavam pautados nos princípios da nova pedagogia defendidos pelos integrantes da Associação Brasileira da Educação.

¹³²SERGIPE. Relatório do ano letivo do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. S/ data. APES E⁶ 1146. Este relatório foi feito no mesmo período que o inspetor Dionísio Meneses atuava nessa instituição. Isto pode ser comprovado quando o diretor comenta sobre a visita deste inspetor e do Inspetor Geral Exuperio Monteiro, no ano de 1948.

¹³³SERGIPE .Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, do dia 08 de agosto de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

Apesar do regulamento determinar que fossem realizadas quatro reuniões pedagógicas nos grupos, no “Gumercindo Bessa” verifica-se através do livro de atas que não houve essa frequência em termos de realização das reuniões, como se pode verificar no quadro 3.

QUADRO 3: Relação de temas discutidos nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”.

DIA	TEMA	PROFISSIONAL
03/08/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Programação da Semana da Pátria 	Não consta na ata quem comentou sobre o assunto
06/08/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina Trabalhos Manuais • Professores que iam realizar palestras sobre a Semana da Pátria 	Diretor: Jessé de Andrade Fontes
09/11/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Organização das Mesas Examinadoras dos Exames Finais 	Diretora: Cremildes Correia Freire
08/03/1958	<ul style="list-style-type: none"> • “Ação disciplinar”, • Higiene Escolar, no que tange aos aspectos físicos da instituição. • Trabalhos Manuais • Administração das disciplinas Educação Física e Canto Orfeônico. 	Diretora: Cremildes Correia Freire Os outros temas foram uma discussão entre os docentes
14/06/1958	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina e assistência, • nº de limite de matrículas, • higiene escolar do prédio, • disciplinas Educação Física e Canto Orfeônico. 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho
08/11/1958	<ul style="list-style-type: none"> • Exames Finais 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho
02/03/1959	<ul style="list-style-type: none"> • Ação disciplinar 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho
08/08/1959	<ul style="list-style-type: none"> • Uso obrigatório da farda, • Designação das professoras para as palestras Semana da Pátria, • Ação Disciplinar 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho e discussão entre as docentes
09/11/1959	<ul style="list-style-type: none"> • Organização das mesas finais, • Ensino de Religião 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho
20/03/1960	<ul style="list-style-type: none"> • Ação Disciplinar 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho
25/06/1960	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência do ensino: ausência de método • O ensino da leitura • Ensino de Aritmética 	Diretora: Rivanda Silva Carvalho e discussão entre as docentes

Quadro elaborado pela pesquisadora a partir do Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. Fonte: Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar Gumercindo Bessa. Escola Estadual Gumercindo Bessa.

No dia 03 de agosto de 1957, o corpo docente discutia como seria a comemoração da Semana da Pátria. Nesse mesmo dia da 2ª Reunião Pedagógica, os professores e o Diretor do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” elaboraram a programação para as comemorações da “Semana da Pátria”:

Dia 2º de Setembro. Abertura da “Semana da Pátria” pelo substituto do Diretor.

Palestra de um professor do estabelecimento sobre os deveres dos brasileiros para com a Pátria. Sessão precedida pelo prefeito Municipal

Dia 3º de Setembro- Aberta da sessão pelo diretor substituto. Canto Orfeônico, recitativo dos alunos dos dois turnos matutino e vespertino. Presença de todo corpo docente.

Dia 4º de Setembro- Palestra do promotor Público da cidade. Hino da Intendência.

Recitativo dos alunos dos dois turnos: matutino e vespertino

Dia 5º de Setembro. Hino de Independência. Palestrando Professor Oscar Fontes (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹³⁴

Três dias após a Reunião em que se definiu a programação da Semana da Pátria foi realizada uma outra Reunião Pedagógica para discutir quais seriam as professoras que iriam proferir as palestras na referida Semana.

Consultados os professores presentes aceitaram a incumbência os seguintes professores do turno matutino: 1º de setembro: Primórdios da Independência e Conjuração Mineira - Terezinha da Silva Araujo – Turma da tarde – Diovalda Carvalho Costa.

Dia 2- Revolução Pernambucana 1817 – Ivone Carvalho da Silveira – turno da tarde – Antonieta Luiza d’Avila Mendonça Barreto

Dia 3- Chegada de D. João VI ao Brasil – Maria Diva Cardoso Costa – Turno da tarde – Juliana Lima Costa

Dia 5 – Proclamação da Independência e José Bonifácio de Andrada e Silva de Oliveira – Marlene Silveira Liborio e Elze Silva de Oliveira

Dia- 6 Lutas da Independência da Bahia, heroínas bahianas – Cordélia Lima do Nascimento e Rivanda Silva Carvalho

Ficou, também, deliberado que as palestras teriam lugar às 11 horas do dia, presididas as sessões pelas autoridades locais (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹³⁵

¹³⁴SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 03 de agosto de 1957. Escola Estadual Gumercindo Bessa.

¹³⁵SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 6 de agosto de 1957. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

As festividades cívicas da Instituição estavam atreladas aos aspectos sociais da cidade, ou seja, a comemoração não era feita somente para os alunos e professores, mas englobava pessoas ilustres da localidade como o Promotor e o Prefeito Municipal. No dia 08 de agosto de 1959, houve também uma reunião com o corpo docente do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, que teve como um dos temas da Reunião Pedagógica, a designação das professoras que fariam as palestras da Semana da Pátria.

1º de Setembro- Assunto da palestra. Primórdios da Independência-Tiradentes- professoras Ezilda Rodrigues Lima e Maria Cardoso Lima.

Dia 2- Revolução Pernambucana de 1917 com seus mártires- Frei Miguelinho- professoras Zoraida Silveira Libório e Joselita de França Santos.

Dia 3- O Brasil sobre o reinado de D. João VI professoras Maria Guadalupe Rodrigues Caxico e Elze Silva de Oliveira.

Dia 4- Brasileiros que concorreram para o 7 de setembro focalizando as figuras de José Bonifácio e D. Pedro I professores Cordelia Lima do Nascimento e Anna Isabel de Mendonça

Dia 5- Lutas da Independência na Bahia- Heroínas baianas-professoras Dárcia da Conceição C. Fontes e Maria Nelly Matos.

Ficou deliberado que estas palestras serão às 11 e às 16 horas, presididas as sessões pelas autoridades locais(SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1959)¹³⁶

A Semana da Pátria de 1959 se distinguiu da de 1957, pois houve somente a participação dos docentes na preleção de palestras sobre a Semana da Pátria, porém os temas das palestras foram semelhantes. Em 1957 realizou-se uma reunião para programar quem seriam as pessoas que iam proferir as palestras, as quais contavam com a presença do promotor público da cidade, que abordaria sobre o Hino da Independência, e com o Prefeito.

Um outro aspecto a respeito da organização do Grupo Escolar era a composição das mesas examinadoras. Quando a Reunião Pedagógica ocorria nos meses finais do ano, a temática era quem iria compor a banca dos exames finais, pois os mesmos aconteciam no final do ano.

Nas Reuniões Pedagógicas nos dias 09 de novembro de 1957, 08 de novembro de 1958 e no dia 09 de novembro de 1959, os diretores escolhiam as docentes que avaliariam os alunos. “Presidindo a sessão usou da palavra o diretor dizendo que o fim

¹³⁶ SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica do grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 08 de agosto de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

principal da mesma era tratar-se da organização das mesas examinadoras dos exames finais e de promoções” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹³⁷. “Presidindo a reunião a Diretora do Grupo usou a palavra dizendo que o fim da mesma era tratar da organização das bancas examinadoras. Ficou estabelecido que os exames finais do 4º ano começarão no dia 17 do corrente” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1958)¹³⁸. “Presidindo a sessão usou da palavra do Diretor dizendo que o fim principal da mesma era tratar-se da organização das mesas examinadoras dos exames finais e de promoções” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1959)¹³⁹

É mister destacar que alguns temas abordados na Associação Brasileira de Educação iam permear as discussões das Reuniões Pedagógicas dos Grupos Escolares durante a década de 40 até a década de 60. Um dos temas presentes nessas reuniões foi a questão do método intuitivo ativo, do ensino religioso e do trabalho manual.

O método foi um dos temas presentes na Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. Em uma determinada reunião, a diretora, Rivanda Silva Carvalho, dizia que o fracasso do ensino estava acontecendo devido à ausência de método. A idéia era que as professoras usassem o método da Pedagogia Ativa, a fim de despertar o interesse dos alunos, porém o que ocorria em alguns momentos era que os profissionais do ensino utilizavam qualquer tipo de método ou nenhum.

Presidindo a sessão usou da palavra o Diretor, o qual falou sobre as observações que havia feito em todas as classes e lamentou a deficiência que estava havendo nas classes de 1º ano devido a falta de método. Prosseguindo falou sobre o ensino da leitura que deve ocupar um lugar de relevo dominante, tendo necessidade do professor empregar todos os meios para tornar esse trabalho vivo, atraente e divertido.(SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁴⁰

Ainda sobre o método, a diretora, Rivanda Silva Carvalho dissertou sobre o ensino de leitura, sugerindo a abolição do uso da cartilha do ABC. Em vez do método do ABC deviam ser utilizados livros que se adaptassem a compreensão das crianças

¹³⁷ SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Gumercindo Bessa , do dia 09 de novembro de 1957. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

¹³⁸ SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, do dia 08 de novembro de 1958. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

¹³⁹ SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, do dia 09 de novembro de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa.”

¹⁴⁰ SERGIPE. Ata da 1ª Reunião Pedagógica, do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, do dia 20 de março de 1960 do dia. Escola Estadual “Gumercindo Bessa.”

(SEGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁴¹. No tocante ao uso do ABC, Miguel Aguayo (1952) comenta que

Durante muitos séculos a leitura foi ensinada exclusivamente pelo detestável método do ABC. As crianças aprendiam letras com seus nomes e, em seguida, suas combinações, em sílabas e palavras. Esse método contrariava a ordem psicológica do ensino, segundo a qual as idéias devem proceder às palavras e o conhecido ao desconhecido. Era demais absolutamente desinteressante para a criança. (AGUAYO, 1952, p. 296).

Em contrapartida, Aguayo (1952) sugere que, no ensino, o interesse dos alunos fosse despertado por meio de leituras atraentes para as crianças como: contos, rimas infantis, jogos de leitura, dentre outros. O trabalho atraente tinha como intuito estimular o interesse da criança para que ela atentasse para o conteúdo. O que a diretora objetivava era que no ensino fossem utilizados os princípios da Pedagogia Ativa.

Sobre o ensino religioso, tema muito debatido na ABE, e defendido por alguns intelectuais sergipanos, dentre eles Helvécio de Andrade, tornou-se uma das preocupações do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. Na Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, havia o interesse da Diretora do estabelecimento em desenvolver este ensino no Grupo. “Foi também discutido o assunto do ensino da Religião neste estabelecimento chamando a atenção de algumas professoras que não estava cumprindo com o regulamento” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁴².

Obedecer às normas do Regulamento era o que a Diretora do Grupo priorizava nas reuniões, principalmente no que se refere à ação disciplinar dos professores. Desde o final do século XIX, intelectuais da educação, a exemplo de Rui Barbosa, defendiam o fim dos castigos. Com o movimento da Escola Nova, a luta pelo fim dessas práticas foi

¹⁴¹ SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica, do Grupo Escolar Gumercindo Bessa, do dia 25 de junho de 1960 do dia. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

¹⁴²SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 09 de novembro de 1959. Escola Estadual Gumercindo Bessa. O Diretor não deixa claro o que as professoras não estavam cumprindo e não foi encontrado registro sobre a desobediência do regulamento. No que concerne ao ensino religioso, o decreto lei nº 18 de 07 de dezembro de 1935 determinava que a matrícula nesta disciplina fosse facultativa sem ônus para o Estado; os programas e os compêndios eram selecionados pelas autoridades religiosas dos respectivos cultos. APES. Acervo de Sebrão Sobrinho, caixa nº 03.

intensificada. A Direção do Estabelecimento abordava as atitudes das professoras no que tange às ações disciplinares.

“Presidindo a sessão, usou da palavra o mencionado diretor sob o tema: Ação Disciplinar no sentido geral” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1958)¹⁴³. “A Diretora chamou a atenção de algumas professoras sobre a maneira de ensinar a ação disciplinar e a proibição dos castigos físicos” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1959)¹⁴⁴

Outro tema presente nas discussões foi Trabalho Manual, o qual era concebido como uma forma de socialização da criança no mundo do trabalho. A idéia da Escola Nova era fazer das instituições escolares uma sociedade em miniatura, na qual as crianças desde a tenra infância se adaptariam ao meio social. A disciplina Trabalho Manual, usado como veículo de adaptação da criança no universo do trabalho, não deveria ser concebida como uma forma de castigo. Um dos teóricos da Escola Nova, Miguel Aguayo (1952), afirmou que:

A sociedade moderna é iminentemente industrial. Nela o trabalho se realiza por processos cada vez mais científicos. Se a criança se deve preparar para a vida de trabalho que a espera fora da escola, esta deve ser também uma escola de trabalho que cultiva nas crianças o amor ao trabalho manual. (AGUAYO, 1952, p. 376)

Em alguns momentos as Reuniões do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” eram feitas como forma de organização do espaço escolar, sendo que esse tema era discutido somente quando precisavam decidir quais seriam as professoras que iriam ministrar essa disciplina durante o ano letivo, assim como as disciplinas Educação Física e Canto Orfeônico.

“Trabalho Manual”, “Ensino Religioso” e o “Método” foram temas que estavam presentes nas reuniões pedagógicas. Muitos desses assuntos já vinham sido abordados, durante as décadas de 20 e 30 do século XX, na Associação Brasileira de Educação e no contexto educacional sergipano. Apesar de se ter comentado sobre alguns temas

¹⁴³ SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 03 de março de 1958. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

¹⁴⁴SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 08 de agosto de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

referentes ao ensino, pouco se discutia quanto aos assuntos da Pedagogia preconizada pelo ideário escolanovista.

Em relação a esses momentos de debate no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, há uma semelhança com as reuniões realizadas no Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”. Muitas das temáticas abordadas nas reuniões tinham uma conexão com a organização interna do estabelecimento. Com isso, verifiquei que na Reunião Pedagógica no Grupo Escolar “Gumercindo Bessa” predominavam temas voltados para as questões administrativas, mas, em alguns momentos, havia discussões de temas relacionados à Escola Nova.

3.4- A propagação dos assuntos escolanovistas nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”

Diferentemente dos outros dois grupos escolares, no “Manuel Luís” as professoras e o diretor discutiam temas relacionados à educação, não se limitando aos aspectos organizacionais do estabelecimento. O corpo docente participava das Reuniões Pedagógicas para abordar assuntos de cunho formativo com o intuito de conhecer e compreender aspectos do trabalho educativo.

Uma das características desses momentos no “Manuel Luís” era que, em cada reunião realizada, uma das professoras da Instituição Escolar se responsabilizava pela apresentação de um trabalho sobre um tema escolhido por elas. A maneira de realizar as Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís” assemelhava-se às peculiaridades da Reunião Pedagógica Estadual feita no ano de 1944. Cabe ressaltar que o diretor falava, mas o centro das discussões estava no professor.

Somente a partir de 1957 se constata uma preocupação por parte da direção em fazer recomendações para a organização do estabelecimento. Diversas temáticas foram discutidas no Grupo Escolar, e algumas delas demonstram a apropriação pelas professoras do ideário escolanovista.

QUADRO 4: Relação de temas discutidos nas Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”

DATA	TEMA	PROFISSIONAL
25/08/1951	<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia • Nova Educação • Biblioteca Infantil 	Mirena Lima Madureira
03/11/ 1951	<ul style="list-style-type: none"> • Princípios Pedagógicos • Criança 	Leonísia Curvelo Matos Helena Santos
26/04/1952	<ul style="list-style-type: none"> • Inteligência • Defeitos na educação da inteligência 	Natália Macedo Rocha Virgínia Alves Oliveira
20/06/1952	<ul style="list-style-type: none"> • Gramática 	Maria Regina Oliveira
30/08/1952	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigação do professor primário junto a Direção do Estabelecimento de Ensino • Disciplina (concepção que vai de encontro aos castigos físicos) 	Menezes Barreto Lima Maria Lucia Mota
31/10/1952	<ul style="list-style-type: none"> • As excursões 	Zubida Nunes
31/04/1953	<ul style="list-style-type: none"> • Tendências nas leituras do programa (o programa para os alunos) 	Antônia Pádua Costa Melo
19/06/1953	<ul style="list-style-type: none"> • A cooperação entre mestre e os pais de alunos • Idade Escolar, Mestre e Idade Primária (Psicologia) 	Lourdes Maciel Tavares Zuleide Nunes Cardoso
29/08/1953	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Física • Clube de Saúde 	Maria Dolores Getirana Neilde Rezende
21/11/1953	<ul style="list-style-type: none"> • A linguagem no curso primário • Educação Moral (relevância para a religião) 	Consuelo Andrade Maria do Carmo Feitosa Dantas
19/06/1954	<ul style="list-style-type: none"> • A mestre como educadora • Interesse 	Maria Lúcia Rocha Gisélia Soares Feitosa
23/10/1954	<ul style="list-style-type: none"> • Meios Educativos • Criança (repetido) 	Maria Lúcia Mota Helena Santos
30/04/1955	<ul style="list-style-type: none"> • A missão de ensinar do mestre 	Luzia Alves de Oliveira
30/06/1955	<ul style="list-style-type: none"> • O ensino nos nossos dias e o ensino tradicional 	Berenice Antunes de Azevedo

30/04/1956	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Escolar • Recreio • Criança Problema 	Maria Bernadette de Oliveira
10/08/1956	<ul style="list-style-type: none"> • Assuntos do curso realizado no Inep 	Discussão entre as docentes
20/09/1956	<ul style="list-style-type: none"> • A professora primária • Promoção dos alunos 	Natália Rocha
16/04/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Fardamento • Salário • Comemoração dos dias das Mães 	Diretora: Floripes Faro
11/06/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas Educacionais (Educação e Instrução) • Solicitação de uma professora para que os pais participassem das Reuniões Pedagógicas • Páscoa (organização do Estabelecimento para o Dia da Páscoa) • Denúncia sobre o Canto Orfeônico 	<p>Consuelo Santos</p> <p>Isaura Lisboa Pedrosina M. Paixão</p> <p>Diretor: Floripes Faro</p> <p>Discussão entre os docentes</p>
29/08/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação entre os colegas para um bom ensino • Recomendações da Diretora para as comemorações do dia 07 de setembro 	<p>Maria Lêda Marques</p> <p>Diretora: Floripes Dórea Faro</p>
29/10/1957	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas Educacionais (Frequência, relação entre pais e professores) • Recomendações da Diretora para os exames finais, festividade de encerramento das aulas 	<p>Albertina Bezerra</p> <p>Diretora: Floripes Dórea Faro</p>
01/04/1958	<ul style="list-style-type: none"> • Obra educativa (deficiência no número de professores) • Recomendações da Diretora: Exames Finais, festividades de encerramento 	<p>Maria Bernadette Oliveira</p> <p>Diretora: Floripes Dórea Faro</p>
07/06/1958	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos do Ensino de Matemática 	Noêmia Diniz Cavalcante Albuquerque
29/08/1958	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho Escolar (A Pedagogia Científica) • Recomendações da Diretora 	Maria Elze dos Santos

	para o Dia da Pátria	Diretora: Floripes Dórea Faro
02/03/1959	<ul style="list-style-type: none"> Recomendações da Diretora sobre a pontualidade 	Diretora: Floripes Dórea Faro
30/07/1959	<ul style="list-style-type: none"> Objetivos do ensino de matemática Recomendações da Diretora sobre o horário escolar 	Valda Aragão Prado Diretora: Floripes Dórea Faro
30/09/1959	<ul style="list-style-type: none"> Composição individual (desenvolvimento da aula) Recomendações da Diretora sobre os exames de promoções 	Raimunda Silva Araujo Diretora: Floripes Dórea Faro
11/05/1960	<ul style="list-style-type: none"> Manejo de classe (Disciplina) 	Noêmia Diniz Cavalcante de Albuquerque
27/08/1960	<ul style="list-style-type: none"> Ensino de Geografia (Patriotismo) 	Maria Meneses Guimarães
29/10/1960	<ul style="list-style-type: none"> Objetivos do ensino de matemática no curso primário Aviso da Diretora sobre as promoções e sobre as confissões das crianças para a 1ª comunhão 	Domitila Lobão Santos Diretora: Floripes Dórea Faro
14/11/1960	<ul style="list-style-type: none"> Objetivos do Ensino de História na Escola Primária 	Maria Vilma dos Anjos

Quadro elaborado pela pesquisadora a partir dos Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”. Fonte: Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do grupo Escolar “Manuel Luís”. Escola Estadual “Manuel Luís”

Dentre as temáticas, havia as que se atrelavam à Ciência (Psicologia), outras remetiam aos aspectos propostos pelo ideário da Escola Nova (“Inteligência”, “Excursões”, “Interesse”), e algumas abordavam as disciplinas escolares (“Educação Física”, “Matemática”, “Educação Moral”, “Geografia”, “Linguagem e Gramática”). As professoras discutiram outros assuntos, como o trabalho individual, programa escolar, cooperação dos pais e dos colegas de trabalho e a criança.

Cada tema era apresentado por uma das professoras e depois era colocado em discussão de maneira coletiva. No ano de 1951, três assuntos afluíram na Reunião, a importância da Psicologia na Educação, o objetivo da Nova Educação e sobre a

biblioteca infantil. Estes três assuntos estavam subdivididos e tratava-se de um único tema de trabalho feito pela docente Mirena Lima Madureira. O trabalho da mesma intitulava-se “O livro e a Educação”.

Mirena Lima Madureira comentou que a educação deve à Psicologia. Para os escolanovistas esta era uma das ciências fundamentais para compreender a criança como um todo, daí a dívida da Educação em relação a Psicologia. A professora acrescentou que a nova educação tinha o intuito de preparar os futuros cidadãos para a construção de um mundo novo.

Para formar este novo cidadão, o estímulo à leitura era imprescindível. Com a finalidade dos alunos terem uma boa orientação na escola era necessário a existência de uma biblioteca infantil (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1951)¹⁴⁵. A Biblioteca era uma das instituições educativas auxiliares para a formação do aluno.

A professora Zuleida Nunes Cardoso comentou sobre a Psicologia quando apresentou o trabalho intitulado “Idade Escolar-Mestre-Escola primária”, destacando que um dos problemas da Psicologia Educacional era estudar o ser infantil de acordo com a sua evolução em diferentes idades.

[...] o presidente concedeu a palavra a professora Zuleida Nunes Cardoso. Esta leu um excelente trabalho sobre a Idade Escolar-Mestre-Escola Primária. Definiu os problemas mais importantes da Psicologia Educacional residem no estudo da criança em toda a sua evolução, através de diferentes idades (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1953)¹⁴⁶.

A Psicologia aplicada à Educação foi ressaltada por Lourenço Filho (1978), o qual demonstrou que a Psicologia era uma ciência que auxiliava na compreensão do infante. A sua concepção escolanovista foi apropriada pelas docentes referidas, visto que este tema permeava no contexto educacional daquele período.

A Escola Nova foi um dos aspectos abordados nas reuniões pedagógicas. Em uma reunião ocorrida no dia trinta de junho de 1955, a professora Berenice Antunes de Azevedo denunciou a utilização de métodos que não atraíam o interesse das crianças; além disso, criticou a falta de cooperação por parte do Departamento de Educação no

¹⁴⁵ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 25 de agosto de 1951. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁴⁶ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1953. Escola de Estadual “Manuel Luís”

que concerne ao excessivo número de matrículas, pois as matrículas eram superiores a 30 alunos.

[...] Usou da palavra a professora Berenice Nunes de Azevedo que numa palestra fez confronto entre o ensino de nossos dias e o ensino tradicional. Afirmou a professora que os nossos métodos de ensino não satisfaziam ainda os interesses da criança. Referiu-se às nossas salas de aulas, que não são devidamente aparelhadas, segundo a escola ativa. O professor não pode tornar atraentes suas aulas se estas são enfadonhas à falta de material didático que possa tornar o ensino objetivo. Apresentou o jogo – a necessidade constante da criança – como auxiliar poderoso e indispensável ao bom educador. Além de criticar os métodos de ensino usados pelo professorado, dado á falta de cooperação do departamento de Educação, a professora apresentou outra falha no setor educativo. Matrícula superior a 30 alunos, principalmente nas classes atrasadas. As diretoras apesar de compreenderem o assunto nem sempre podem evitar que isto aconteça (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1953)¹⁴⁷.

O aumento do número de alunos dificultava o processo de aprendizagem, além da falta de material, um instrumento útil para despertar o interesse da criança e atrair a sua atenção para os conteúdos escolares. A Escola Nova adotava o método do ensino ativo, o qual necessitava de material adequado para a produção do conhecimento.

Desde a Pedagogia Moderna, com a utilização dos sentidos para o processo de aprendizagem, o material escolar tornou-se um elemento necessário. “Dessa maneira, o mundo dos artefatos materiais invadiu o sistema público de ensino seduzido pelo fascínio da pedagogia dos sentidos” (SOUZA, 2007, 176).

O trabalho sobre o interesse do aluno foi um assunto discutido, um ano antes da Reunião Pedagógica em que a professora Berenice Antunes de Azevedo abordou esta temática. Em dezanove de junho de 1954, uma das integrantes do corpo docente, Gisélia Soares Feitosa, durante a apresentação do seu trabalho, definiu o interesse como “a atenção ativada pela curiosidade” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1954)¹⁴⁸. Para ensinar conforme os princípios escolanovistas era necessário que o aluno tivesse interesse, e a curiosidade seria um estímulo para que a criança buscasse compreender os conhecimentos de modo ativo.

¹⁴⁷ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁴⁸ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1954. Escola Estadual “Manuel Luís”

Gisélia Soares considerou o professor como causador da desatenção dos alunos durante as aulas, uma vez que o docente tinha que buscar alternativas didáticas para despertar no aluno o interesse pela aprendizagem. “Quando em uma aula o professor tem boa didática e sabe cativar a atenção do aluno este se esquece do tempo” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1954)¹⁴⁹. Esta concepção da professora está atrelada ao pensamento de Miguel Aguayo (1952), pois o mesmo comenta que o professor deve motivar ao máximo a fim de que o aluno possa aprender os conteúdos de uma determinada disciplina.

Na concepção daquela professora, uma das responsabilidades do professor era a de tornar a aula atraente. As obrigações dos docentes foram temáticas de outras reuniões pedagógicas. Uma das responsabilidades do professor primário pontuada pela docente Menezes Barreto Lima era a obediência à Direção do estabelecimento e a importância do professor ser assíduo (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1952)¹⁵⁰. Outra determinação abordada por Maria Lúcia Rocha era de o docente tinha que educar e instruir a criança (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1954)¹⁵¹.

No dia trinta de abril de 1955, foi a vez de Luzia Alves de Oliveira discorrer sobre as incumbências do educador. Dentre elas estava a importância de orientar os alunos no que concerne aos aspectos morais. A professora alertou, ainda, que existiam boatos na cidade de que o Grupo Escolar fraquejava na instrução e na educação das crianças; em seguida, pediu às professoras que desempenhassem esforços para melhorar os resultados dos alunos nos exames de admissão.

Este exame selecionava os alunos para o curso secundário, só tinha acesso ao ensino secundário aqueles que tinham os melhores resultados nas provas. O pedido da professora Luzia Alves no sentido de aprimorar o ensino para uma classificação satisfatória dos docentes, demonstra que os discentes de outras instituições estavam tendo um aproveitamento melhor do que os alunos do Grupo Escolar “Manuel Luís”.

Nesta mesma reunião, a professora denunciou os métodos disciplinares utilizados por alguns membros do corpo docente, pois Luzia Alves verificou que, nas classes, os castigos físicos serviam para disciplinar os alunos.

¹⁴⁹ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1954. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁵⁰ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de agosto de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁵¹ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1954. Escola de Estadual “Manuel Luís

Aberta a sessão pelo diretor Floripes de Oliveira Dórea, ouvimos a leitura da ata da Reunião passada. Em seguida ouvimos a nossa inteligente colega Luzia Alves de Oliveira que falou sobre a dedicação e compreensão do Mestre no desempenho de sua árdua porém nobre missão de ensinar. Realmente a infância e a adolescência de hoje precisam de orientação adequada para a formação de sua personalidade, principalmente nos meios pobres. Se podessemos penetrar esses lares de onde provem nossos alunos, lares sem chefe, lares sem Deus, lares por vezes sem mães então seríamos capazes de compreender melhor o motivo de tanta rebeldia [...] Cabe a todas nós, presadas colegas, envidar esforços para que as crianças que freqüentam os salões do tradicional Grupo Escolar “Dr. Manuel Luís” apareçam nos exames de admissão com a precisa soma de conhecimentos.

Falam com palavras elogiosas nos exames os alunos de Institutos particulares criminando as mestres das classes do Ensino Público. Sejam as minhas presadas colegas vigilantes pelas classes, instruindo e educando esta revoada de pequenos sergipanos para que amanhã se faça justiça ao ensino desta casa que em outros tempos honrava a Instrução Pública de Sergipe.

Há entre nós, mestras fugindo aos novos problemas disciplinares, castigam fisicamente os seus alunos.

É lastimável que ainda se verifique no novo sistema educacional erro tão condenável. Estou certa que esta grande falta das minhas colegas fique sanada para sempre. (SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica, 1955)

A utilização dos castigos físicos não se coadunava com os métodos disciplinares propostos pelos defensores dos princípios escolanovistas; a maioria das professoras do Grupo “Manuel Luís” tinha essa compreensão, porém determinadas professoras continuavam utilizando certos procedimentos considerados tradicionais para manter a disciplina.

O tema disciplina aflorou em duas reuniões na década de 50. A primeira foi na Reunião Pedagógica realizada no dia 30 de agosto de 1952, pela professora Maria Lúcia Mota, e a segunda ocorreu na Reunião no dia 11 de maio de 1960, abordado por Noêmia Diniz Albuquerque.

Ambas afirmaram que o uso dos castigos corporais não era o procedimento adequado no processo de educação dos alunos. Maria Lúcia Mota destacou que a disciplina tem como finalidade formar as crianças para o futuro e acrescentou que os castigos corporais não auxiliavam na disciplina dos alunos; com isso, ela mostrou outros meios que podiam ser utilizados para moldar o comportamento dos infantes:

1º Os sentimentos afetivos- A afeição pelo mestre

- 2º Os sentimentos pessoais- O amor próprio o prazer.
- 3º O interesse refletido- A esperança das recompensas
- 4º A idéia do dever. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁵²

A utilização dos sentimentos, como o amor pelo mestre, fazia com que os alunos se comportassem, pois os mesmos não iam querer chateá-los, arriscando-se assim, a serem tratados com indiferença. O sentimento de amor próprio associado ao prazer tem uma relação com o “interesse refletido”, devido ao fato de que as recompensas podem ser um elogio, o qual gerava um sentimento de orgulho e uma sensação de prazer. O último meio atrelava-se à função do educador na formação de hábitos de responsabilidade nas crianças.

Apesar da professora Noêmia Diniz Cavalcante ter comentado sobre a disciplina, ela destacou outros enfoques, pois o seu intuito era abordar como o professor devia dirigir a sua classe: “É a sua capacidade de governar os alunos e manter a disciplina” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁵³. A indisciplina em uma classe era considerada como sinal de incompetência do educador. Noêmia Diniz destacou que a disciplina não deve ser formada por meio coercitivos, mesmo assim, tais meios eram utilizados no interior do Grupo Escolar por algumas professoras.

A exposição de Noêmia Diniz reflete os tipos de indisciplina: a individual e a coletiva. Para ela, o Fenômeno Individual pode ser espontâneo ou ocasional, persistente ou crônico. A sugestão fornecida por Noêmia parece ser simples, pois diante dessas situações, o professor devia ter calma e nunca se mostrar uma pessoa mesquinha.

Basta às vezes o olhar do professor para solucionar o caso. Crônico decorre de perturbação quer de ordem biológica, sociológica e psicológica. Há ainda a indisciplina generalizada. É a mais grave. É um terrível depoimento contra o professor. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁵⁴

Nesta formação dos alunos, não se admitia o uso dos castigos corporais, a ponto de uma das professoras denunciar uma colega pelo uso desse procedimento. Tal

¹⁵²SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de maio de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁵³SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de maio de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁵⁴ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de maio de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

iniciativa abriu espaço para que os professores exigissem uma maior participação dos pais na formação moral das crianças.

No tocante à cooperação dos pais junto aos professores, houve três momentos em que este assunto foi registrado nas Atas das Reuniões Pedagógicas. O primeiro momento foi através da explanação de Lourdes Maciel Tavares, destacando a cooperação de pais e professores na formação e desenvolvimento moral e intelectual do educando. A escola não podia se responsabilizar em formar sozinha o aluno, tanto intelectualmente quanto moralmente. Para isso, necessitava-se da cooperação dos pais (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1953)¹⁵⁵.

O segundo momento foi o pedido da professora para que os responsáveis pelos alunos participassem das Reuniões Pedagógicas, a fim de estabelecer uma relação mais próxima entre pais e professores na educação dos pequenos infantes (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹⁵⁶.

O terceiro foi quando Albertina Bezerra Ribeiro dissertou sobre os aspectos dos problemas educacionais, dentre eles a falta de frequência dos alunos e a ausência de interesse dos pais na educação das crianças.

Em continuando sua feliz oração falou sobre o contato que deve existir o professor e os pais dos alunos para melhor eficiência do ensino, porquanto o mestre precisa muitas vezes da colaboração destes para entendimento pessoal. Em nosso meio, infelizmente, não se pode adotar este princípio, motivado pela falta de interesse dos referidos pais. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹⁵⁷

Durante as décadas de 30 e 40, os princípios escolanovistas determinavam que a escola formasse os alunos com os aspectos morais de cidadania. A concepção de que escola precisava educar de modo integral foi evidenciada pela professora Consuelo Santos ao salientar os problemas educacionais.

Com a palavra a professora Consuelo Santos que dissertou sobre os problemas educacionais referentes à Escola Primária, elucidando com claresa os pontos essenciais às finalidades pedagógicas, demonstrando que a escola não se limita somente a instruir a criança, mas, sobretudo

¹⁵⁵ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 31 de abril de 1953. Escola de Estadual “Manuel Luís”

¹⁵⁶SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de junho de 1957. Escola de Estadual “Manuel Luís”

¹⁵⁷SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de outubro de 1957. Escola de Estadual “Manuel Luís”

a educá-la integralmente (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957).¹⁵⁸

Apesar da escola ter a tarefa de educar, os agentes das instituições escolares não queriam atuar isoladamente; para exercer este trabalho educativo, os agentes da educação do Grupo Escolar “Manuel Luís” discutiam nas reuniões pedagógicas sobre a cooperação dos pais no processo de formação dos filhos.

A cooperação na educação dos infantis não se limita aos seus responsáveis. O trabalho educativo precisa da cooperação entre os colegas da instituição. Esta foi uma temática apresentada por Maria Leda Marques, no dia 29 de agosto de 1957. Utilizando o lema “um por todos e todos por um”, a professora destacou a importância da colaboração entre as colegas para haver mais disciplina e ordem no estabelecimento.

A apresentação da professora Maria Lêda demonstrou que as reuniões, além de serem uma ocasião de discussão e de difusão internamente dos princípios educacionais modernos, tornaram-se também um momento em que o corpo docente desabafava os ressentimentos e as mágoas ocasionais do ambiente de trabalho. De forma sutil, a professora comenta:

[...] Pois em um Grupo quando bem orientado deve-se levar em consideração que é bem lato o direito de cada mestre, sem haver diferença de classe, de dever e de obrigação por parte das educandas. Acha que não deve haver esta limitada restrição que se nota em algumas colegas. Não é somente dever de uma professora entrar na classe tomar lição, fiscalizar o recreio no dia determinado pela diretora em seu programa; é mais que isso. É procurar indistintamente advertir este ou aquele aluno, insentivando um caráter digno de louvor. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹⁵⁹

Contribuir na formação do aluno indica que as professoras pensavam o que era o ser infantil. Dentre as discussões sobre a criança há, durante este período, o pensamento de que o aluno era uma “tábula rasa”, onde o professor depositava os conhecimentos para que os descendentes aprendessem o conteúdo. Diferentemente dos ideais escolanovistas que concebiam a criança como um ser ativo e reflexivo, a professora Helena Santos afirmou que os pequenos são como uma página em branco, as quais

¹⁵⁸SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de junho de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁵⁹SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

deverão ser escritas pelo professor (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, 1951) ¹⁶⁰.

Todavia, mesmo tendo tal concepção em relação à criança, os debates sobre como deviam ensinar as disciplinas escolares aproximavam-se aos critérios pedagógicos preconizados pela Escola Nova. A inteligência, os meios educativos, a maneira de realizar os trabalhos escolares foram assuntos comentados nos momentos de discussão realizados naquele ambiente escolar.

Para abordar a inteligência da criança, a professora Virgínia Alves de Oliveira dissertou sobre a maneira adequada do educador proceder em relação ao discente. “O desconhecimento da capacidade do aluno é um dos mais graves defeitos do educador. A escola nova faz o seu ponto de partida. Do aluno para o mestre. A escola tradicional nega esta regra tão prática e necessária” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1952).

Quando Virgínia Alves afirmou que o ponto de partida deve ser do aluno ao mestre, ela demonstrou que o ensino precisava começar a partir do interesse da criança, idéia essa preconizada pelos teóricos apropriados pelos escolanovistas brasileiros, conforme John Dewey:

A criança é o ponto de partida, o centro e o fim. Seu desenvolvimento e seu crescimento ideal. Só ela fornece a medida e o julgamento em educação. Todos os estudos se subordinam ao crescimento da criança: só tem valor quando sirvam as necessidades desse crescimento. Personalidade e caráter são muito mais que materiais de estudo. O ideal não é acumulação de conhecimentos, mas o desenvolvimento das capacidades. (DEWEY, 1978, p. 46)

Analisar quais eram as capacidades das crianças e o interesse delas era a função do professor para o desenvolvimento do ensino. Diante disso, tanto Dewey (1978) quanto Kilpatrick (1978) consideram uma outra maneira de programa de ensino, o qual seria uma “sucessão de experiências escolares, adequadas a produzir, de forma satisfatória, a contínua reconstrução da experiência” (KILPATRICK, 1978, p. 84). Na mesma direção, Dewey acrescenta que o programa é para que o professor tenha uma orientação sobre as matérias. O programa não serve para o aluno.

O valor dos conhecimentos sistematizados num plano está na possibilidade, que dá ao educador, de determinar o ambiente, o meio necessário à criança, e, assim, dirigir indiretamente a sua atividade

¹⁶⁰SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 03 de novembro de 1951. Escola Estadual “Manuel Luís”

mental. O principal mérito, o valor do programa e das matérias, é para o professor e não para o aluno. Eles aí estão para mostrar ao mestre quais são os caminhos abertos à criança para o verdadeiro, o belo e o bom, e para dizer-lhe: Agora, dia-a-dia trabalhe para que as condições sejam tais que a criança, por sua própria atividade, se oriente inevitavelmente naquela direção para seu pleno desenvolvimento (DEWEY, 1978, p. 61-62)

A concepção de programa escolar de Dewey e Kilpatrick foi apropriada por uma das integrantes do corpo docente. Antônia de Pádua Costa Melo comentou no dia 31 de abril de 1953, que os programas são necessários somente para direcionar e dirigir, mas o ensino ocorre de acordo com o interesse das crianças, é o chamado ensino ocasional, o qual modifica o ensino sistemático.

Tendências na feitura dos programas segundo a consideração de várias circunstâncias o plano de estudos-ensino ocasional muda ao sistemático. O melhor meio de ensino são aqueles em que a criança não se propõe a aprender, mas se entrega a uma atividade, cujo resultado é o aprendizado. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1956)¹⁶¹

Embora não constem na Ata os nomes dos teóricos Kilpatrick e Dewey, há uma compreensão dos conceitos de ensino e do programa de ensino associada às considerações dos referidos teóricos. Para o desenvolvimento da aprendizagem, as atividades e os meios educativos eram fundamentais para despertar o interesse das crianças, sendo que um dos meios escolanovistas destacados foram as excursões escolares.

As excursões escolares eram alternativas utilizadas para fazer com que os alunos experimentassem determinadas situações e tivessem acesso ao conhecimento; o importante era que o aluno o obtivesse de maneira ativa, para isso as excursões eram um procedimento adequado que estava inserido na metodologia da Escola Nova. A docente Zuleida Nunes Cardoso reconhecia a relevância das excursões no processo didático, o que fez com que ela explanasse sobre este assunto para as suas colegas.

¹⁶¹ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de abril de 1956. Escola Estadual “Manuel Luís”

Aberta a sessão, foi lida a ata da Reunião anterior. Com a palavra a distinta professora Zuleida Nunes Cardoso leu o seu trabalho que tratou sobre as excursões. São elas de grande valor pedagógico dentro do espírito da nova pedagogia. Como se vê uma excursão pode trazer grande proveito às classes, acima de tudo de linguagem oral e escrita pelo enriquecimento do vocabulário. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1952).¹⁶²

Neste aspecto, a excursão servia como meio para a aquisição dos conhecimentos da Linguagem brasileira. Além disso, as excursões eram um meio educativo que rompiam com a rotina da sala de aula (SOUZA, 2008). Peres (2005) comenta que Adolphe Ferrière redigiu 30 pontos¹⁶³ que explicitavam as características da Escola Nova. Uma das características era a realização da excursão para a compreensão de um conteúdo. Ferrère aponta que: “As excursões, a pé ou em bicicleta, com acampamentos em tendas de campanha e refeições preparadas pelos próprios alunos, desempenham um papel importante na Escola Nova. Tais excursões, adrede preparadas, coadjuvam o ensino” (FERRIÉRE apud PERES, 2005, p.126).

O importante era que os alunos desenvolvessem atividades experimentais. A professora Maria Lúcia Mota disse que: “Os meios educativos deve seguir-se o estudo concreto e experimental o que se alcança com a prática educativa” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1952)¹⁶⁴.

Diante disso, outras professoras recomendavam às suas colegas que elaborassem um planejamento de maneira a auxiliar no desenvolvimento do ensino em suas classes. Essa foi mais uma das características da Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”, que emergiram momentos favoráveis para as discussões entre as profissionais do ensino sobre como deviam proceder em suas suas aulas.

Em 1958, Maria Elze dos Santos defendeu a idéia de que o professor em sua atividade profissional tinha de planejar, primeiramente, as suas atividades e aplicar os conhecimentos da Pedagogia Científica (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica,

¹⁶²SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 31 de outubro de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁶³Os caracteres gerais da Escola Nova redigido por Adolphe Ferrière pode ser consultado no anexo trabalho publicado por Eliane Peres (2005):PERES, Eliane. A Escola Ativa na visão de Adolphe Ferrière: Elementos para compreender a Escola Nova no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol III: Século XX . Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 114-128.

¹⁶⁴SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 23 de outubro de 1954. Escola Estadual “Manuel Luís”

1958)¹⁶⁵. Esta pedagogia era aquela defendida pelos escolanovistas, através da qual se desenvolvia o conhecimento por meio das experiências vivenciadas pelos estudantes.

A temática de Maria Elze dos Santos estava relacionada ao trabalho escolar do profissional. Um ano após a sua apresentação, outra educadora, Raimunda Silva Araújo, abordou a temática composição individual do professor, alertando sobre os aspectos que o profissional precisava aplicar para o desenvolvimento da aula.

Na demonstração de Raimunda Silva Araújo, há uma conotação de que o ensino devia seguir uma sistematização: primeiramente, fazia-se a preparação, na qual se demonstraria às crianças a temática que ia ser abordada nas aulas; em seguida, eram feitos os exercícios, para que finalmente os alunos expressassem o que tinham realizado. Este tipo de organização em que os alunos poderiam se expressar, denota uma apropriação de um dos métodos da Escola Nova e o método da Pedagogia Moderna, ou seja, havia uma interação entre ambos.

No tocante ao método da Escola Nova, há a utilização dos aspectos específicos de um método desenvolvido por Decroly que foi a expressão. Todavia, Decroly alerta que há vários tipos de expressão, e para Raimunda de Araújo, a maneira do aluno manifestar-se dava-se por meio da leitura do trabalho produzido pela criança.

A professora Raimunda da Silva Araújo leu o seu trabalho: Composição individual- desenvolvimento da aula.

a) fase de preparação

1º Palestra, com as crianças sobre o tema escolhido (aniversário, presentes) palavras escolhidas para a formação de sentenças

2º Organização do exercício- Devemos em seguida exigir da criança leia o trabalho depois de terminado

Essas composições devem ser feitas com muita freqüência e em situação real para a criança não importam o erro de ortografia ou construção de frases, o que importa é a expressão da idéia. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1959)¹⁶⁶

O método da Pedagogia Moderna na fala da professora está embasado nas idéias de Comenius (2006), ao destacar que os discursos das crianças tem que ser formados com base em temas. É importante destacar um aspecto que a professora não considera, o

¹⁶⁵SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1958 Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁶⁶ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de julho de 1959. Escola Estadual “Manuel Luís”

tema escolhido tinha que estar relacionado ao desejo da criança. Raimunda da Silva cita alguns temas para a aprendizagem como o aniversário e presente, mas não relata se o mesmo diz respeito aos alunos, “quanto ao discurso das crianças deverão ser formados principalmente com base em temas que lhes digam respeito, e as coisas civis devem ser reservadas para a idade madura” (COMENIUS, 2006, p. 255).

Na comunicação da professora, havia comentários sobre como proceder na correção ortográfica. Para ela, o ideal era que os profissionais não se prendessem aos vários tipos de erros, mas somente aqueles que o educador estivesse trabalhando na sala de aula.

O ensino da linguagem centrava-se na ortografia e na caligrafia. Com Comenius (2006), o ensino da linguagem adquiriu uma nova conotação. De acordo com este teórico, no processo de aprendizagem, a prática era mais essencial do que as regras, porém ele não deixa de abordar a relevância das regras, pois as mesmas complementam e consolidam a linguagem.

Comenius (2006), ao discorrer sobre os livros (denominados de Vestíbulo, Porta, Palácio, Tesouro), destaca que somente quando as crianças estiverem no segundo tipo de material didático (Porta), eram usadas as regras gramaticais.

19. Os livros didáticos serão quatro, assim como os graus das idades:

I- Vestíbulo

II- Porta

III- Palácio

IV- Tesouro

20. O Vestíbulo deve conter matéria para quem está aprendendo a falar, com algumas centenas de vocábulos reunidos em pequenas frases: anexas, deve haver tabelas de declinações e de conjugações.

21. A Porta deve conter todas palavras [...] A estas devem ser acrescentadas regras gramaticais breves e claras que mostrem o modo verdadeiro e genuíno de escrever, pronunciar, formar e construir palavras numa língua. (COMENIUS, 2006, p. 259)

A leitura dessa passagem torna evidente a importância dada às normatizações da língua, embora elas não devessem ser as únicas consideradas no processo de aprendizagem. Em 1951 e 1953, discutia-se nas reuniões pedagógicas o processo de aprendizagem gramatical. Também houve debates sobre as diferentes disciplinas escolares.

No tocante à Linguagem, Maria Regina Oliveira afirmou que não era adequado ensinar a gramática no primeiro e no segundo ano. Tal conteúdo devia ser trabalho no terceiro e no quarto ano, quando os alunos tivessem adquirido o hábito de buscar e procurar os conhecimentos em outras fontes de informações como dicionários (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1952)¹⁶⁷.

Já a professora Consuelo Andrade enfocou outro aspecto que podia ser utilizado no ensino da linguagem: as conversas entre alunos e professores para o desenvolvimento da linguagem. Com a Escola Nova, outros padrões de ensino foram apropriados; a aprendizagem não consistia somente no ato do professor falar e o aluno ouvir, mas em uma relação em que o estudante se tornasse ativo no processo de aprendizagem.

Nas reuniões pedagógicas outras disciplinas foram o centro das discussões, como a metodologia do ensino da Educação Física, Educação Moral, Geografia e História. As apresentações das professoras sobre essas matérias de ensino repercutiram na difusão dos novos métodos de ensino no interior do Grupo Escolar “Manuel Luís”.

Três momentos tiveram como temática a disciplina Educação Física. Em dois desses momentos, ocorreu a apresentação de um mesmo trabalho da professora Maria Dólares Getirana, intitulado Educação Física, enfatizando a necessidade de desenvolver tanto o lado intelectual do infante como o lado físico, para que ele pudesse enfrentar os problemas do cotidiano (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1953)¹⁶⁸.

Em outro momento, comentou-se sobre o Clube da Saúde. Os clubes de saúde eram mais uma das instituições educativas auxiliares, desenvolvidas no ideário escolanovista. Esta temática foi abordada pela professora Neilde Rezende, na Reunião Pedagógica realizada no dia 31 de outubro de 1952.

Souza (2008) afirma que as instituições auxiliares serviam como componente essencial para ampliar a educação na escola, atingindo o ambiente social e intervindo na sociedade. A defesa da criação dos clubes de saúde, não só no Grupo Escolar “Manuel Luís”, mas em todos os estabelecimentos de ensino, feita pela professora Neilde

¹⁶⁷ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 20 de junho de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁶⁸SERGIPE. Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1953 e 03 de novembro de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

Rezende, concorria para que a Educação Física tivesse uma orientação de maneira mais “segura e racional” (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1953)¹⁶⁹.

Sobre a Educação Moral foi destacada no ano de 1953 a atuação dos pais na formação do caráter da criança. Mais uma vez, alertou-se que a educação das crianças depende, também, da atuação dos pais, proposição defendida por vários educadores, dentre eles Pestalozzi.

A professora Maria do Carmo Feitosa concebia a religião como um fator relevante na formação moral. “A religião é o alicerce de todo o edifício moral”¹⁷⁰. Fernando Azevedo (1978), ao discorrer sobre a Didática de Montessori, afirma que os partidários da Escola Nova “não esquecem a educação religiosa” (1978, p. 185). Provavelmente havia intelectuais que tinham simpatia pela Escola Nova e não descartavam a relevância da religião.

A prática da religião Católica no Grupo “Manuel Luís” manifestava-se nos preparativos e na realização da primeira comunhão. Houve momentos em que a diretora do estabelecimento aproveitou a reunião para recomendar as professoras que preparassem os alunos para fazer a primeira comunhão (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1957)¹⁷¹.

Já as disciplinas Geografia e História tornaram-se o cerne das discussões somente no ano de 1960, quando nas apresentações dos trabalhos foi destacada a formação patriótica do cidadão. Em 27 de agosto de 1960, a docente Maria Meneses Guimarães afirmou que o ensino de Geografia não devia se pautar na memorização e sugeriu alternativas de ensino como o uso de materiais concretos, dos objetos de museus, mapas, tabuleiro de assuntos de acordo com a idade da criança (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁷².

Com relação ao ensino de História, os objetivos desta disciplina, segundo a professora Maria Vilma dos Anjos, eram:

¹⁶⁹ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁷⁰ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 21 de novembro de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁷¹ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de outubro de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

¹⁷² SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 27 de agosto de 1960. Escola de Estadual “Manuel Luís”

1ª Dar conhecimento à criança dos fatos principais do povo e da vida brasileira.

2ª Fazer a criança compreender que o presente é a consequência do passado

3ª despertar na criança o amor a Pátria e a consciência de sua responsabilidade na via do país (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1960)¹⁷³.

Nestas disciplinas destacava-se a importância da formação dos sujeitos para defender o País. Diante desses objetivos, a professora afirmou que, em História, o professor podia adotar o método expositivo, porém o mesmo tinha que ser acompanhado do processo interrogativo, para que os próprios educandos pudessem encontrar as respostas das questões e tivessem interesse em conhecer os conteúdos históricos.

Ainda em 1960, discutiram-se os objetivos e os procedimentos do ensino de Matemática. Domitila Lobão, professora responsável pela abordagem deste tema, alertou as outras docentes que o material usado no ensino de Matemática devia ser concreto a fim de que o aluno pudesse manusear e experimentar; além disso, acrescentou que os conteúdos ministrados deviam estar no nível da capacidade intelectual dos educandos.

Verifiquei ainda que, em alguns momentos, as reuniões adquiriam um cunho organizacional, visto que a diretora procurava organizar as bancas de exames e promoções, planejar as comemorações das festas cívicas e dos dias das mães. Apesar da maioria das Reuniões serem realizadas por meio de uma apresentação de uma determinada professora, houve um momento em que nenhuma professora abordou sobre um determinado assunto, embora elas tenham discutido entre si. Tanto a diretora como as professoras abordaram sobre curso oferecido pelas professoras do INEP e sobre os trabalhos que foram apresentados no curso.

Apresentaram trabalhos como “Jogos Matemáticos, Cartas de Linguagem, aparelhos elétricos, Caixas de Insetos etc bem como o Teste de Triângulo que consiste em calcular a idade mental da criança com a idade cronológica, se estão mais ou menos em equilíbrio. Ainda foi mostrado um flanelógrafo para o ensino de frações ordinárias e figuras geométricas”. Tudo isto foi muito importante que se bem

¹⁷³ SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 14 de novembro de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

ministrado tornará o ensino mais fácil e atraente. (SERGIPE, Ata da Reunião Pedagógica, 1956)¹⁷⁴

Todos esses trabalhos discutidos no Grupo remetiam ao ideário da Escola Nova. No “Manuel Luís”, as reuniões foram momentos de formação e disseminação dos princípios da Pedagogia Moderna e da Escola Nova, e isto se justifica pelo fato da diretora do Grupo, Isaura Carvalho de Oliveira, ter uma formação pedagógica e por estar inserida em eventos no campo educacional como a fundação da Associação Sergipana de Educação, estando presente em discussões mantidas pela elite intelectual sergipana, situação oposta à postura das docentes do “Gumercindo Bessa” e do “João Fernandes de Brito”, locais em que a discussão estava mais centrada na figura do diretor.

¹⁷⁴SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 20 de setembro de 1956. Escola Estadual “Manuel Luís”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento escolanovista procurou realizar transformações na política educacional e no campo pedagógico. Na política, defendeu-se uma escola pública, gratuita e laica. No campo pedagógico, incentivou-se a adoção de preceitos metodológicos fundamentados nas idéias do método ativo.

A Associação Brasileira de Educação foi um órgão privado que auxiliou no processo de difusão dos princípios escolanovistas no Brasil. Os intelectuais da educação apropriaram-se dessas idéias e as difundiram no País por meio de Conferências Nacionais realizadas pela referida Associação. Vale destacar que, no interior da Associação, ocorreram discordâncias no que concerne aos princípios educativos; dentre os grupos que defendiam diferentes pontos de vista, estavam os renovadores, os católicos e os marxistas.

Nesta disputa, os católicos e os renovadores se confrontavam devido ao fato dos primeiros defenderem a presença do ensino religioso e obrigatório nas escolas; os renovadores, por sua vez, acreditavam que nas escolas devia haver um ensino laico. Mesmo diante destas disputas, a Associação Brasileira da Educação pretendia figurar como um órgão não partidário, atuando como um espaço em que os interessados pelos assuntos educacionais poderiam expressar as suas opiniões. Embora existisse esse intuito, Carvalho (1998) destacou que na Associação havia disputas entre os grupos a fim de obter o controle da mesma.

Apesar da existência de embates na Associação, ela foi um elemento importante para a realização de mudanças dos princípios de escolarização, pois a mesma buscava promover reuniões envolvendo intelectuais, além de desenvolver uma relação com outros estados brasileiros, por meio de ofícios e circulares voltados à criação dos departamentos estaduais. Em Sergipe, no ano de 1934, foi criada a Associação Sergipana de Educação. Por meio dos departamentos e das conferências nacionais, a ABE propagandeava a sua causa educacional, transformando, desta forma, o processo de escolarização do País.

No final do século XIX, com a mudança dos padrões de civilidade, os princípios de escolarização passaram por mudanças significativas. No início da primeira República, acreditava-se que a educação iria tirar o País da situação de atraso em que se

encontrava, eliminando o analfabetismo e formando na população hábitos higienistas. Com este entendimento, passou-se a defender o uso do método intuitivo e a instalação de espaços escolares que atendessem às orientações da Pedagogia Moderna e os preceitos higienistas.

Os grupos escolares foram espaços criados no Brasil para modernizar a educação e desenvolver uma outra forma de ensino, pautando-se no método intuitivo ou lição de coisas. O método defendia que na aprendizagem, o aluno precisava observar as situações concretas para adquirir conhecimento. Com as mudanças dos princípios de civilidade no início da década de 1920, passou-se a questionar as ações da República, pois para alguns intelectuais, dentre eles os renovadores, a educação deveria contribuir para a formação dos indivíduos nos princípios democráticos.

Para atender ao princípio de formação democrática, os defensores da Escola Nova apropriaram-se das idéias pragmatistas e difundiram no ambiente educacional o método ativo, o qual concebia que no processo de aprendizagem, para que o aluno conhecesse um determinado conteúdo, apenas a observação não seria suficiente, ele teria que se interessar pelo assunto e experienciá-lo. Com esta nova concepção, passou-se a exigir da escola a utilização de outras possibilidades educativas.

No caso de Sergipe, antes mesmo da difusão da renovação educacional pautada nos princípios escolanovistas, no início da década de 10, houve intelectuais que trabalharam em prol da renovação no sistema educacional, reestruturando o curso normal de formação de professores e a instalação dos grupos escolares, enquanto outros buscaram reformar as metodologias adotadas nas instituições de ensino primário. Dentre eles, destacaram-se o técnico paulista Carlos Silveira, que veio a Sergipe e propôs uma reestruturação na educação, pautada nos princípios da Pedagogia Moderna, e Balthasar Góes, que elaborou um programa de ensino destacando o uso do método intuitivo na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas do ensino primário.

Com relação à Escola Nova, intelectuais como Helvécio de Andrade, Rocha Lima, Nunes Mendonça e Acrísio Cruz difundiram idéias educacionais fundamentadas nos preceitos escolanovistas por meio da imprensa, relatórios de viagens e trabalhos feitos na área educacional, no período em que atuaram como professores da Escola Normal, seja na direção dos grupos escolares ou no exercício da função de direção na Instrução Pública de Sergipe.

A difusão desse ideário, por meio de intelectuais e da própria Associação Brasileira de Educação, contribuiu para que se formasse um novo contexto educacional atrelado às idéias escolanovistas. Frente ao exposto, esta pesquisa investigou como os preceitos da Escola Nova foram difundidos no interior dos grupos escolares, durante o período compreendido entre 1930 e 1961.

A pesquisa debruçou-se na análise dos grupos escolares criados no governo de Graccho Cardoso (1922-1925): O Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, localizado ao norte de Sergipe, mais especificamente na cidade de Propriá; o “Gumerindo Bessa”, instalado na cidade de Estância, no sul do Estado; e o “Manuel Luís”, um dos mais pomposos edifícios escolares daquele período, inaugurado em Aracaju. Estes grupos situavam-se em diferentes regiões de Sergipe, o que me permitiu verificar a atuação dos inspetores e professores nas diversas partes do estado.

Nesse trabalho, destaquei a função dos inspetores como uma tecnologia do estado que, segundo Souto (2005), era um meio para fazer chegar aos estabelecimentos de ensino as determinações do governo e as novas metodologias utilizadas na formação das crianças. Além de fiscalizar os estabelecimentos de ensino, os inspetores tinham como atribuição orientar os professores em relação aos modernos preceitos pedagógicos preconizados pela Escola Nova. Inicialmente as observações feitas por eles eram registradas nos termos de inspeção, e a partir de 1945, as análises desses funcionários passaram a ser registradas nos boletins de inspeção, com o intuito de sistematizar suas anotações.

No tocante aos trabalhos dos inspetores nos grupos escolares, a atuação de Sebrão Sobrinho mereceu destaque, visto que ele atuou nos três grupos escolares analisados nesta pesquisa. Isto demonstra que o inspetor não se limitava a trabalhar em um único lugar, pois o mesmo podia ser lotado em diferentes localidades do Estado, a depender da escolha do Diretor do Departamento de Educação.

No Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, Sebrão Carvalho Sobrinho orientou as profissionais a utilizarem o método do centros de interesse das aulas globalizadas. Já no Grupo Escolar “Gumerindo Bessa”, Sobrinho não fez nenhuma consideração a respeito dos métodos ou princípios da Escola Nova, pois estava mais preocupado em explicar os motivos da escassez de alunos na instituição, no entanto isto não significa que ele não tenha dirigido nenhuma orientação ao corpo docente, pois uma vez que até o momento da conclusão desta pesquisa não foi possível saber durante

quanto tempo ele fiscalizou o Grupo Escolar. No “Manuel Luís”, Sebrão Sobrinho teceu elogios e críticas ao trabalho pedagógico. Com relação aos elogios, ressaltou a competência das professoras da instituição e criticou os pais que não participavam do processo de formação das crianças, pois, para este inspetor, o ensino só não era fundamentado ainda nos métodos intuitivos porque os pais não forneciam o material necessário a seus filhos. A participação da família era um dos princípios defendidos pelos escolanovistas.

Um dos aspectos relevantes no que diz respeito ao cargo de inspetores é o fato de serem ocupados em sua maioria por intelectuais do sexo masculino, o que denota uma diferenciação em termos de inspeção. Para a mulher cabia o exercício da profissão docente e, em alguns casos, de direção dos grupos escolares. Nesse estudo foi constatado a atuação de uma mulher, Elisabeth Novaes, que passou a desempenhar o trabalho de orientação e de fiscalização no Grupo Escolar “Manuel Luís”. A inspetora destacou que os trabalhos das professoras estavam sendo feitos de maneira adequada.

Os elogios aos trabalhos das professoras do “Manuel Luís” também foram feitos pelo inspetor Alencar Cardoso. Além do reconhecimento quanto à atuação das professoras, praticamente durante todos os anos do período analisado, o desempenho da direção foi enaltecido. Nenhum dos três inspetores fez orientações específicas ao Grupo Escolar, pois o mesmo foi considerado por eles como um local em que os profissionais exerciam suas atribuições adequadamente, pois neste grupo a direção era composta por intelectuais que pertenciam ao campo educacional presente no contexto sergipano, e a maioria das professoras eram formadas, o que permitia um conhecimento dos modernos métodos de ensino; porém, é possível supor que Sebrão Sobrinho deu orientações às professoras na conferência que realizou no “Manuel Luís”

Situação contrária ocorreu nos Grupos Escolares “João Fernandes de Brito” e “Gumercindo Bessa”, pois nestas instituições alguns inspetores teceram orientações para a difusão e a aplicação do ideário da Escola Nova. Dentre eles, o inspetor Gumercindo Ferreira Batista, que indicava determinadas leituras às professoras. A maioria dessas leituras pertencia à coleção Atualidades Pedagógicas, que veiculava livros na área da educação pautados nos princípios escolanovistas (TOLEDO, 2001).

Outro inspetor que fez a fiscalização no “João Fernandes de Brito” foi Ascendino Argolo, mas ele não deu nenhum direcionamento ao corpo docente. Carvalho Déda e Dionísio Menezes, inspetores do Grupo Escolar Gumercindo Bessa,

também não deram nenhuma orientação específica aos professores. Isto porque no período em que eles atuaram, ainda permanecia a cultura da fiscalização escolar. Já o inspetor Paulo Monte exerceu o seu trabalho no grupo escolar “Gumercindo Bessa”, discutindo em uma das reuniões como abordar os preceitos pedagógicos da Escola Nova.

Quando se determinou a realização das reuniões pedagógicas no cotidiano dos grupos escolares, por meio do Regulamento nº 262 de 31 de outubro de 1945, os inspetores observavam se as determinações do regulamento haviam sido realizadas. As Reuniões constituíam um mecanismo de discussão e formação para as professoras dos grupos. Foi através delas que alguns temas relacionados à Escola Nova foram difundidos no interior do Grupo Escolar.

Mesmo havendo determinações quanto à realização das reuniões, cada grupo tinha as suas características; tanto no “João Fernandes de Brito” como no “Gumercindo Bessa”, as discussões estavam centradas na figura do diretor, mas em alguns momentos as professoras apresentavam as suas opiniões ou pediam a intervenção do diretor em relação ao comportamento dos alunos ou sobre alguma necessidade em relação ao ensino.

As reuniões pedagógicas no “Manuel Luís” seguiam outra sistemática: as professoras ficavam incumbidas de preparar e discutir temas relacionados ao ideário escolanovista. Um dos indícios da apropriação desta sistemática foi a aproximação da diretora Isaura Carvalho com os intelectuais do campo educacional sergipano.

Além disso, o Grupo Escolar “Manuel Luís” foi campo de estágio das alunas - mestres do Instituto de Educação Rui Barbosa, local de formação de professores e que, durante a década de 1940, reestruturou seu currículo para atender aos modernos padrões da Escola Nova. Apesar das discussões, havia resistência por parte das professoras em relação as concepções escolanovistas, o que pode ser observado por meio da denúncia de uma das professoras, indignada pelo uso de castigos corporais na Instituição.

A difusão dos princípios da Escola Nova nos Grupos Escolares em Sergipe não se limitou somente à análise da atuação dos inspetores e do corpo docente no interior dos grupos. Outros aspectos podem ter contribuído para a sua propagação, como a formação dos professores nos cursos de aperfeiçoamento e de férias e nos cursos de formação inicial. Em Sergipe, ainda não há estudos mais aprofundados sobre a

Associação Sergipana de Educação e sobre os cursos de aperfeiçoamento e de férias. Analisar a Associação como objeto de estudo seria uma iniciativa importante para a compreensão das estratégias que os seus integrantes utilizaram para difusão do ideário escolanovista no Estado, contribuindo para o esclarecimento dos aspectos concernentes à Escola Nova no sistema educacional sergipano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUAYO, Miguel. **Didática da Escola Nova**. Trad. J.B. Damasco; Antônio d' Ávila, 8ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

ALVES, Eva Maria Siqueira. A Pedagogia de Balthasar Góes. In: Anais da Semana Acadêmica: **XVI Encontro de Iniciação Científica e II Encontro de Pós – Graduação, 21 a 24 de novembro de 2006**. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2006. CD-ROOM

AZEVEDO, Crislane B. **Nos majestosos templos de sabedoria: a implantação dos grupos escolares em Aracaju**. Monografia (Licenciatura em História). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

BAÍÁ HORTA, José Silveiro. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BARRETO, Luís Antônio (org.). Antologia: Acrísio Cruz. Aracaju: Secretaria do Estado da Cultura. Aracaju: 2006.

BENCOSTA, Marcus Levy ^a Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol III. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 68-76.

BERGER, Miguel A. **A instrução pública em Sergipe na era da modernidade – Analisando a trajetória dos Grupos Escolares**. Relatório apresentada a FAP-SE. Aracaju, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. Trad. Denice Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional – Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil**. Bragança Paulista/ SP: IFAN- CDAPH, Editora da Universidade de São Francisco UFRJ, 1999.

BRASIL, **História do Inep**. 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>> Acesso em: 08 Abril de 2008

BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecossistema da Modernidade Pedagógica na Escola Normal “Rui Barbosa”**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997

_____. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALUMBI, Marlene Alves. Caderno Memória de Sergipe, Personalidade Sergipanas: Carvalho Déda. In: **Jornal Correio de Sergipe**. Aracaju, 18 de maio de 2008.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo. UNESP. 1999

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. Reforma da Instrução Pública. In: Lopes, Eliane (et. al) (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 225-252.

CARVALHO, Rosa Areal; VIEIRA, Livia Carolina. A Caixa Escolar e a Bandeira Republicana. In: **Anais V Congresso Brasileiro de História da Educação: O ensino e a Pesquisa em História da Educação**, 09 a 12 de novembro de 2008. Universidade Federal de Sergipe; Universidade Tiradentes, 2008. CD-ROOM

CASTANHO, Sérgio E. M. Questões Teórico- Metodológicas de História Cultural e Educação. In: LOMBARDI, José Caludinei; CASIMIRO, Ana Palmira B. S.; MAGALHÃES, Livia D. R. (orgs.). **História, cultura e educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006. p. 137-168.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

COMENIUS, **Didática magna**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CRUZ, Maria Madalena da Silva. **A trajetória do Grupo Escolar Coelho e Campos (1918-1945)**. Monografia (Licenciatura em História). Aracaju: Departamento de História do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

CUNHA, Marcus Vinícius. A Escola contra a Família. In: Lopes, Eliane (et. al) (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. 1 reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 447-468.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. Trad. Anísio Teixeira. 10 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história de costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FARIA FILHO, Luciano. M.A. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república**. Passos Fundo: UPF Editora. 2000.

_____. Para entender a relação entre escola-família: uma contribuição da história da educação. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 08 Abril de 2008

_____. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. Ins BENCONSTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FRANÇA, Vera Lúcia A.; GRAÇA, Rogério Freire. **Vamos conhecer Estância**. Estância: Prefeitura Municipal de Estância, 2000.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico**. Rio de Janeiro: Pongheti, 1925.

INCONTRI, Dora. **Pestalozzi: educação e ética**. São Paulo: Scipione, 1997.

JESUS, Wellington. **Educação custa caro... Qual o preço da ignorância?** 2007. Disponível em <<http://www.trilhadeluz.com.br>>. Acesso em: 09 de março de 2009.

KILPATRICK, W.H. **Educação para uma sociedade em mudança**. Trad. Noemiy Rudolfer. 16 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

LEAL, Rita de Cássia Dias. **O primeiro Jardim de Infância de Sergipe**: Contribuição ao estudo da Educação Infantil (1932-1942) Dissertação de Mestrado em Educação. São Cristovão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS, 2004.

LE GOFF, Jacques. História . In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas , SP: Editora da UNIAMP, 2003. p. 17-171.

LIMA, Márcia Amarante de; CAVALARE, Fernanda Caetano; PEREIRA, Monnique de Sousa. As Reuniões de Leitura: Tecendo o cotidiano pedagógico dos primeiros grupos escolares. In: Anais do **IV Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação**. Minas Gerais, 2007. CD-ROOM.

LIMA, Maria do Socorro. **República, Política, Direito**: representações do trabalho docente e a trajetória de Antônio Manoel Carvalho Neto (1918-1921). Dissertação de Mestrado em educação. São Cristovão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, UFS, 2008.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**: Bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12ª ed. São Paulo. Edições melhoramentos, 1978.

MENDONÇA, J. A. Nunes. **A Educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no Estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2006. p. 153-171.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança paulista – SP, EDUSF, 2000.

PERES, Eliane. A Escola Ativa na visão de Adolphe Ferrière: Elementos para compreender a Escola Nova no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol III: Século XX . Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 114-128.

PINHEIRO, Antonio C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. São Paulo: Autores Associados. 2002.

REVISTA **Cinform Municípios**: História dos Municípios edição histórica. Aracaju, 2002. p. 20-23

ROCHA-URCA, Ariza Maria. De Juazeiro do Norte aos estudos na capital cearense: A trajetória de D. Valba Gondim em ser professora de Educação Física na Primeira Escola Normal Rural do Brasil no período de 1950-1970. Disponível em <<http://artigocientifico.uol.com.br>> Acesso em 12 de fevereiro de 2009.

SANTOS, Elias Souza dos; FREITAS, Anamaria G. B. de. A literatura e os livros didáticos: uma análise dos estudos em Sergipe. In: **Anais do Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” de 20 a 22 de novembro de 2007**. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2007. CD ROOM

SANTOS, Magno F. de Jesus. **Além do silêncio**: espaço, arquitetura e educação no grupo escolar Barão de Maroim. Monografia (Licenciatura em História). São Cristovão. BICEN, UFS. 2005.

SANTOS, Wladimir Silva dos. **O Livro de registro de correspondência do Grupo Escolar Barão de Maroim (1937-1944)**: edição, transcrição e introdução. Monografia (Licenciatura em História). São Cristóvão. BICEN, UFS, 2004.

SERGIPE. Aspectos Históricos de Cedro de São João. In: SERGIPE. **Relatório Preliminar do Desenvolvimento Integrado do Município de Cedro de São João**. Sergipe, 1972.

SERGIPE. **História de Propriá**. Propriá: Prefeitura Municipal de Propriá, 1982.

SOBRAL, Neide. Ecos de uma viagem: Rocha Lima e a Escola Nova em Sergipe. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**: História e memória da educação brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura, 2002. (CD-ROM)

SOUTO, Rosiley Teixeira. **Recrutamento e qualificação de professores primários na instrução pública paulista (1892-1933)**: Um estudo das tecnologias do Estado. Tese de Doutorado em Educação, História, Política e Sociedade. São Paulo. PUC-SP, 2005

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: Autores Associados. 1998.

_____. História da Cultura Material Escolar. In: BENCOSTA, Marcus L (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-192.

_____. A escola primária e a formação do cidadão brasileiro. In: SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-86.

_____. Ressonâncias da Escola Nova no ensino primário paulista. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação, 09 a 12 de novembro de 2008**. Universidade Federal de Sergipe; Universidade Tiradentes, 2008. CD- ROO

_____. FARIA FILHO, Luciano. M. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana G. (org), **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas- SP: Mercado Letras, 2006. p. 21-56

SOUZA, Josefa Eliana. **Nunes Mendonça**: um escolanovista sergipano. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2003.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. História, Memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol III: Século XX . Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 416-430

TOLEDO, Maria Rita de. **Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). Tese de doutora em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2001.

_____. Circulação de modelos de leitura para professores: A Atualidades Pedagógicas e a Biblioteca Museu de Ensino Primário. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes>> Acesso em 31 de dezembro de 2008.

VALDEMARIM, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos. In: SAVIANI, Dermerval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIM, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 164 -203.

VALENÇA, Cristina. **Civilizar, regenerar e higienizar**: a difusão dos ideais da Pedagogia moderna por Helvécio de Andrade 1911-1935. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2006.

VIEIRA CRUZ, Maria Luiza. Apresentação. In: BARRETO, Luís Antônio (org.). **Antologia**: Acrísio Cruz. Aracaju: Secretaria do Estado da Cultura. Aracaju: 2006.

VIDAL, Diana G. (org), **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas- SP: Mercado Letras, 2006.

_____ (org), **Educação e reforma**: O Rio de Janeiro no anos de 1920-1930. Belo Horizonte- MG:Argvmentvm; São Paulo: CNPq: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

WARDE, Mirian Jorge. “Estudantes Brasileiros no Teachers College da Universidade de Columbia: do aprendizado da comparação”. In: Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação. Natal, 2002. CD-ROOM

_____. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação.2003. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/rbhe>. Acesso em 18 de dez. de 2008

XAVIER, Libânea. **Para além do campo educacional**: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FONTES:

SERGIPE. Livro de registros de 1925 APES G¹ 1961.

SERGIPE. Relatório da Instrução Pública apresentado por Heribaldo Dantas. Diário Oficial, ano XVII, nº 6212, 8 de junho de 1935, APES I²⁴.

SERGIPE. Ata da fundação da Associação Sergipana de Educação. Diário Oficial de Sergipe, 1 de Abril de 1934, ano XVI, nº 5927, p. 04. APES I¹ 56

SERGIPE. Atas das reuniões do Conselho Superior do Ensino dos dias 17 e 20 de janeiro de 1912. APES E¹ 02.

SERGIPE. Livro de registro para ofícios recebidos pelo Interventor Federal do Estado, 13 de fevereiro de 1939. APES G¹ 288

SERGIPE. Relatório apresentado por Balthazar Góes do dia 31 de julho de 1913 ao Diretor da Instrução Pública sobre o ensino durante o período de agosto de 1912 à julho de 1913 nos Grupos Escolares. APES E⁶ 928

SERGIPE, Relatório de Rocha Lima apresentado ao Sr. Interventor Federal, 23 de junho 1931. APES. Acervo de Sebrão Sobrinho, caixa nº 10.

SERGIPE. Relatório das atividades do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, no ano letivo de 1948. APES E 6 1146.

SERGIPE. Relatório do ano letivo do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. S/ data. APES E⁶ 1146.

JORNAIS

Diário Oficial: 1928, 1934, 1935, 1936, 1943, 1945

Estado de Sergipe: 1933

Sergipe Jornal: 1929

ENTREVISTAS

SANTANA, Maria Célia. Entrevista cedida a autora. 20 de junho de 2008.

AMARAL, Ciro Batista do. Entrevista cedida a autora. 06 de fevereiro de 2009.

LEIS, REGULAMENTOS E PROGRAMAS DE ENSINO

SERGIPE. Programma para os Grupos Escolares de 1912 . BPED: Leis e Decretos. DS 916.

SERGIPE. Decreto nº. 536 de 12 de agosto de 1911. BPED: Leis e Decretos. DS 916.

SERGIPE. Decreto nº. 571 de 19 de outubro de 1912. BPED: Leis e Decretos. DS 542.

SERGIPE. Regulamento de nº 724 de 29 de outubro de 1921. BPED: Diário Oficial de Sergipe, ano IL, nº 575, 30 de outubro de 1921

SERGIPE. Decreto de nº 25 de 03 de fevereiro de 1931. APES: Leis e Decretos. Caixa nº 06

SERGIPE. Decreto Lei nº 21 de 10 de dezembro de 1935. APES Leis e Decretos. Caixa nº 08

SERGIPE. Portaria nº 263 de 26 de outubro de 1940 . APES E¹ 639

SERGIPE. Portaria nº 112 de 22 de abril de 1941. APES E¹ 156

SERGIPE. Boletim de Organização do Ensino Primário e Normal, nº 11, 1941. APES. Acervo de Sebrão, sobrinho. Caixa nº 05

SERGIPE. Decreto-Lei de nº121 de 6 de dezembro de 1943. APES: Leis e decretos caixa nº 8

SERGIPE. Portaria nº 190 de 26 de novembro de 1944. APES E¹ 136

SERGIPE. Portaria nº 208 de 28 de junho de 1945. APES E¹ 136.

SERGIPE, Portaria nº 292 de 23 de outubro de 1945. APES E¹ 136

TERMOS DE INSPEÇÃO

GRUPO ESCOLAR JOÃO FERNANDES DE BRITO

SERGIPE. Cópia do Termo de Inspeção de Ascendino Argolo, 19 de setembro de 1942. APES E⁶ 1155

SERGIPE. Cópia do Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 27 de fevereiro de 1943. APES E⁶ 1155

SERGIPE. Boletim de Inspeção Escolar de Gumercindo Ferreira Batista, 08 de maio de 1952. APES E⁶ 896

SERGIPE. Boletim de Inspeção Escolar de Gumercindo Ferreira Batista, 23 de abril de 1953. APES E⁶ 1104

SERGIPE. Relatório geral de inspeção apresentado ao Inspetor Geral pelo Inspetor Escolar Gumercindo Ferreira Batista, 06 de maio de 1953. APES E¹ 03.

GRUPO ESCOLAR GUMERCINDO BESSA

SERGIPE, Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho, 05 de agosto de 1942. APES E⁶ 1155

SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Deda, 16 de setembro de 1943. APES E⁶ 1104

SERGIPE. Termo de Inspeção de Carvalho Deda, 24 de março de 1943. APES E⁶ 1104

SERGIPE. Cópia do termo de inspeção de Paulo Andrade Monte, 13 de outubro de 1944. APES E⁶ 896

SERGIPE. Cópia do Boletim de Inspeção de Dionísio Meneses, 17 e 18 de agosto de 1948. APES E¹ 03.

GRUPO MANUEL LUÍS

SERGIPE. Livro de visitas do Grupo Escolar Manuel Luís. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”.

SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 24 de setembro de 1934. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 18 de abril de 1935. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de Inspeção de José Alencar Cardoso, 18 de outubro de 1935. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de Inspeção de José Alencar Cardoso, 1º de setembro de 1936. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de Inspeção de José Alencar Cardoso, 17 de junho de 1937. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de Visita de José Alencar Cardoso, 16 de junho de 1938. Escola Estadual Dr. Manuel Luís.

SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 16 de novembro de 1938. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 26 de outubro de 1939. . Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de visita de José Alencar Cardoso, 30 de novembro de 1942. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Termo de visita de Sebrão Sobrinho, 04 de agosto de 1945. Escola Estadual “Dr. Manuel Luís”

SERGIPE. Boletim de Elisabeth Novaes, 15 de junho de 1953. APES E³01

ATAS DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

GRUPO ESCOLAR “JOÃO FERNANDES DE BRITO”

SERGIPE. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 26 de abril de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 28 de junho de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 27 de setembro de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da 4ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 22 de novembro de 1947. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 8 de maio 1948. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 19 de junho de 1948. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 22 de agosto de 1848. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da 1ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 30 de abril de 1949. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 19 de novembro de 1949. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 20 de abril de 1950. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 25 de julho de 1950. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 24 de setembro de 1950. Escola “Estadual João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 18 de novembro de 1950. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 08 de agosto de 1951. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 10 de novembro de 1951. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 04 de abril de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”.

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 05 de julho de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”.

SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 2 de setembro de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 5 de julho de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 02 de setembro de 1954. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

SERGIPE. Ata da 4ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 23 de outubro de 1954. Escola Estadual João Fernandes de Brito.

SERGIPE. Ata da 1ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “João Fernandes de Brito”, do dia 29 de fevereiro de 1964. Escola Estadual “João Fernandes de Brito”

GRUPO ESCOLAR GUMERCINDO BESSA

SERGIPE. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica do grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 03 de agosto de 1957. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 06 de agosto de 1957. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 09 de novembro de 1957. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 08 de março de 1958. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 14 de junho de 1958. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 08 de novembro de 1958. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 02 de março de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 08 de agosto de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”

SERGIPE. Ata da 3ª Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 09 de novembro de 1959. Escola Estadual “Gumercindo Bessa.”

SERGIPE. Ata da 1ª Reunião Pedagógica, do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 20 de março de 1960 do dia. Escola Estadual “Gumercindo Bessa.”

SERGIPE. Ata da 2ª Reunião Pedagógica, do Grupo Escolar “Gumercindo Bessa”, do dia 25 de junho de 1960 do dia. Escola Estadual “Gumercindo Bessa”.

GRUPO ESCOLAR “MANUEL LUÍS”

SERGIPE. Livros de Atas da Reunião Pedagógica “Manuel Luís”. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 25 de agosto de 1951. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 03 de novembro de 1951. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís” do dia 26 de abril de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 20 de junho de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de agosto de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 31 de outubro de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 31 de abril de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 24 de agosto de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 21 de novembro de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 31 de abril de 1954. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 19 de junho de 1954. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 23 de outubro de 1954. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de abril de 1955. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de junho de 1955. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de abril de 1956. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de junho de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 10 de agosto de 1956. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 20 de setembro de 1956. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 16 de junho de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de junho de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1957.

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de outubro de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 1º de abril de 1958. Escola Estadual “Manuel Luís”,

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 07 de junho de 1958. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de junho de 1958. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 2 de março de 1959. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de julho de 1959. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de setembro de 1959. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 11 de maio de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 27 de agosto de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”.

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de outubro de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 14 de novembro de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de abril de 1956. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 31 de outubro de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de agosto de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1958 Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de julho de 1959. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 20 de junho de 1952. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de agosto de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 30 de novembro de 1953. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 29 de outubro de 1957. Escola Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 27 de agosto de 1960. Escola de Estadual “Manuel Luís”

SERGIPE. Ata da Reunião Pedagógica do Grupo Escolar “Manuel Luís”, do dia 14 de novembro de 1960. Escola Estadual “Manuel Luís”

ANEXOS

Decreto N. 262
De 31 de outubro de 1945

Regulamenta as atividades docentes e administrativas nos Grupos Escolares.

Aracaju

Imprensa Oficial

- 1945 -

Decreto N. 262 de 31 de outubro de 1945

Regulamenta as atividades docentes e administrativas nos Grupos Escolares.

O Interventor Federal do Estado de Sergipe no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Artigo único. As atividades docentes e administrativas nos Grupos Escolares reger-se-ão pelo Regulamento que com este baixa, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 31 de outubro de 1945, 57º da República.

FRANCISCO LEITE NETO

Marcos Ferreira.

REGULAMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES

CAPÍTULO I

Da organização dos Grupos Escolares e sua finalidade

Art. 1º. Os Grupos Escolares são estabelecimentos técnicos e administrativos de ensino primário e destinam-se a ministrar educação moral, física e intelectual a crianças de ambos os sexos, segundo programas e métodos adotados pelo Departamento de Educação.

Art. 2º. O magistério primário se exercerá de modo a tornar a Educação um ajustamento perfeito da criança aos meios de levá-la à felicidade própria, da família e da sociedade.

Art. 3º. Em cada classe a matrícula será no máximo de 50 alunos e no mínimo 25, salvo nas de 3º e 4º ano.

§ 1º - As classes que não satisfizerem às exigências deste artigo serão anexadas a outras, correspondentes ao mesmo ano do curso.

Art. 4º. O ensino será ministrado em 4 anos.

Parágrafo único. As classes não poderão ser desdobradas em secções e serão constituídas de alunos de igual nível de aproveitamento.

CAPÍTULO II

Do ano letivo

Art. 5º. O ano letivo começará a 1º de março e terminará a 30 de novembro.

§ 1º - De 27 a 30 de novembro serão feitos os exames de promoção e a 1º de dezembro terão início os de conclusão de curso.

§ 2º - O Diretor do Grupo marcará o dia do encerramento solene dos trabalhos letivos para a distribuição de prêmio e proclamação dos resultados dos exames.

§ 3º - O dia referido no parágrafo anterior não excederá de 8 de dezembro.

Art. 6º. Haverá dois períodos de férias: De 1º de dezembro a 28 ou 29 de fevereiro; o segundo de 20 a 30 de junho.

Parágrafo único. Os Grupos Escolares funcionarão diariamente usando o exercício das aulas nos dias seguintes:

- – aos domingos e férias regulamentares;

- – nos feriados nacionais ou estaduais;
- – na segunda e na terça-feira de carnaval;
- – nos dias de quarta, quinta, sexta-feira e sábado da Semana Santa;
- – nos dias das Reuniões Pedagógicas.
- – nos dias de eleição.

Art. 7º. Exceto nos dias marcados no artigo anterior os Grupos não poderão deixar de funcionar, salvo prévia autorização da Diretoria Geral, ou algum acontecimento local que justifique a suspensão dos trabalhos escolares, e nesse caso, deve ser feita urgente comunicação à Diretoria Geral do Departamento da Educação.

CAPÍTULO III

Dos livros de escrituração

Art. 8º. A escrituração dos Grupos Escolares será feita nos seguintes livros:

- 1 – De registro e licença dos funcionários;
- 2 – De matrícula;
- 3 – De ponto dos funcionários;
- 4 – De inventário
- 5 – De visitantes;
- 6 – De atas de exames;
- 7 – De correspondência;
- 8 – De atas de comemorações e festas escolares;
- 9 – De atas das Reuniões Pedagógicas;
- 10 – De penalidades aplicadas aos funcionários;
- 11 – De registro de ocorrências.

Art. 9º. Cada professor de classe terá a seu cargo os seguintes livros:

- 1 – De ponto diário
- 2 – Livro carga para material escolar;
- 3 – Álbum para registro dos melhores trabalhos de classe;

Parágrafo único. Todos os livros de que trata o presente artigo deverão ser abertos e rubricados pelo Diretor Geral do Departamento da Educação.

Todos esses livros, quando encerrados ou findo, deverão ser arquivados no próprio estabelecimento.

CAPÍTULO IV

Do arquivo

Art. 10. O arquivo dos Grupos Escolares será organizado de todos os livros de escrituração administrativa, mapas, folhas mensais, boletins, correspondência oficial e outros documentos, em ordem de conclusão cronológica.

CAPÍTULO V

Da Correspondência oficial

Art. 11. Cada ofício dirigido à Diretoria Geral deverá conter um só assunto.

Art. 12. Todos os papéis ou documentos de qualquer natureza enviados à Diretoria Geral devem ser acompanhados de ofício explicativo.

Art. 13. Antes do texto, em cada ofício, escrever-se-á:

- – nome do estabelecimento;
- – localidade, município e data.

Art. 14. Quaisquer requerimento do pessoal docente ou administrativos, dirigidos à Diretoria Geral, serão necessariamente informados pelo diretor do Grupo.

CAPÍTULO VI

Do diretor do Grupo

Art. 15. Ao Diretor do Grupo compete:

§ 1º - Tomar posse do cargo perante a autoridade competente e iniciar o exercício do cargo dentro do prazo legal.

§ 2º - Comunicar à Diretoria Geral do Departamento de Educação o início de seu exercício, bem como a dos demais estabelecimentos.

§ 3º - Visar os títulos de nomeação e licença dos funcionários, declarando o início do exercício ou gozo de licença.

§ 4º - Representar o estabelecimento em todas as suas relações externas.

§ 5º - Proceder à matrícula, classificação e eliminação dos alunos.

§ 6º - Achar-se na sede do Grupo três (3) dias antes do início das aulas, durante as horas de expediente, a fim de providenciar sobre a matrícula dos alunos, avisando previamente aos interessados pela imprensa ou editais.

§ 7º - Comparecer diariamente ao Grupo pelo menos quinze minutos antes do início dos trabalhos.

§ 8º - Manter em ordem e em dia a escrituração escolar.

§ 9º - Registrar em livro especial, toda a correspondência oficial expedida e coleccionar leis, regulamentos, portarias, avisos, instruções referentes ao ensino e emanados de órgãos competentes.

§ 10º - Arquivar por em ordem de recebimento toda a correspondência oficial.

§ 11 – Organizar o inventário do material e mobiliário existentes no estabelecimento.

§ 12 – Elaborar e remeter até o dia 5 de cada mês os mapas de movimento, o certificado de ponto dos funcionários do Grupo.

§ 13 – Fazer minucioso relatório e remete-lo à Diretoria Geral do Departamento de Educação, dentro de dez dias após os exames do ano letivo.

§ 14 – Assinar com os professores os boletins, provas de promoções e exames finais, bem como os diplomas de conclusões de curso.

§ 15 – Ler todo o arquivo do estabelecimento ao tomar a sua direção a fim de se por ao corrente dos fatos passados ao mesmo.

§ 16 – Dar, por aviso, ciência dos funcionários do estabelecimento de todas as ordens e resoluções emanadas de autoridades competentes.

§ 17 – Organizar em livro especial, o qual denominará “Registro de correspondência”, o resumo diário do que se passar no estabelecimento, fazendo referências a atos de nobreza, altruísmo, as visitas recebidas e tudo o mais que for digno de registro durante os trabalhos escolares.

§ 18 – Copiar, se preciso e remeter à Diretoria Geral do Departamento de Educação, os boletins de inspeção escolar.

§ 19 – Mandar submeter a exames os aluno na época determinada e na forma legal.

§ 20 – Assistir, diariamente, ao maior número possível de aulas.

§ 21 – Inspeccionar e visitar diariamente todas as classes a fim de verificar se são praticados os métodos e processos recomendado, bem como se são cumpridos o programa e horário oficializados.

§ 22 – Cumprir e fazer cumprir por todos os funcionários do estabelecimento todas as disposições regulamentares, e as determinações de autoridades superiores.

§ 23 – Zelar pela boa guarda e conservação do edifício, móveis, material e utensílios escolares.

§ 24 – Organizar o orçamento de despesas que se fizerem necessárias e remetê-lo à Diretoria Geral do Departamento de Educação, despesas essas referentes à conservação do edifício, mobiliário e utensílios escolares.

§ 25 – Conceder dispensa do serviço aos funcionários, por motivo de casamento ou falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe, irmãos até oito dias e três dias em casos considerados justificados.

§ 26 – Presidir as bancas examinadoras.

§ 27 – Informar e remeter à Diretoria Geral do Departamento de Educação as petições ou quaisquer requerimento de funcionários.

§ 28 – Comunicar à Diretoria Geral o início do gozo ou desistência de licença ou de abandono do cargo por parte dos funcionários, que lhe são subordinados.

§ 29 – Uniformizar a disciplina escolar.

§ 30 – Permitir a retirada de aluno, professores e outros funcionários por motivo justo.

§ 31 – Perceber e acompanhar autoridades visitantes, prestando-lhes as informações solicitadas.

§ 32 – Permanecer no estabelecimento durante o expediente.

§ 33 – Aplicar as penas de sua competência.

§ 34 – Organizar as festas escolares e as comemorações das datas nacionais.

§ 35 – Dar aos professores e alunos, por seus atos, exemplos de pontualidade, assiduidade, energia, perseverança e amor ao trabalho.

§ 36 – Propor às autoridades de ensino as medidas que achar convenientes em benefício do estabelecimento que dirigir.

§ 37 – Comunicar-se constantemente com a Diretoria Geral, trazendo ao conhecimento da mesma tudo o que se passar no estabelecimento, a fim de que possa aquele acompanhar a marcha dos trabalhos e fazer juízo de seu progresso.

§ 38 – Suspender o funcionário dos trabalhos escolares somente com ordem superior.

§ 39 – Assumir regência de classe na falta de professores, a fim de não haver dispensa de alunos.

§ 40 – Solicitar da Diretoria Geral do Departamento de Educação asseio, reforma de material e mobiliário, bem como reparos no edifício.

§ 41 – Exercer as funções de presidente de Caixa Escolar.

§ 42 – Permitir à Diretoria Geral do Departamento de Educação circunstâncias do balancete mensal da Caixa Escolar e demais instituições de finalidades econômicas, anexas ao estabelecimento.

§ 43 – Determinar tarefas diárias aos auxiliares do corpo Administrativo de modo que estes aproveitem o tempo das aulas para o serviço de limpeza das dependências do prédio, vigilância, disciplina entre alunos.

§ 44 – Organizar, com o professor regente de classe, os pontos para as provas mensais e que serão tirados da matéria dada durante o mês, ficando os três últimos dias para a realização desses trabalhos.

§ 45 – Mandar lavrar, por ocasião de cerimônias comemorativas, uma ata sobre a solenidade que deverá ser assinada pelos presentes.

§ 46 – Verificar, semanalmente, em todas as classes a observância do programa, para o que deverá arguir alunos.

§ 47 – Organizar as bancas examinadoras para promoções.

§ 48 – Afixar na Portaria do estabelecimento ou em outro lugar indicado, a escola para a fiscalização do recreio.

§ 49 – Designar substitutos para a regência de classe no caso da falta do respectivo professor.

§ 50 – Tomar medidas urgentes em casos não previstos neste Regulamento.

§ 51 – Participar aos pais, quando necessário, as faltas de freqüência e os casos de indisciplina.

§ 52 – Exigir, em determinados casos, a presença, no estabelecimento, dos pais, para tratar de assuntos relativos à educação dos seus filhos.

Art. 16. Ao Diretor é proibido:

§ 1º - Empregar os alunos durante as horas de aulas em interesses estranhos ao ensino.

§ 2º - Estabelecer entre os alunos qualquer distinção que não seja a do mérito pessoal.

§ 3º - Desenvolver qualquer atuação que inferiorize social e moralmente a criança.

§ 4º - Ocupar-se durante as horas do expediente com assuntos alheios à sua função.

§ 5º - Ceder o prédio escolar para diversões ou para outros fins que não sejam os do ensino e, neste caso, somente com prévia autorização da Diretoria Geral.

§ 6º - Conduzir, sem autorização superior, os alunos incorporados a festas, comemorações cívicas, etc...

§ 7º - Alterar o horário e programa oficializados.

§ 8º - Ausentar-se da direção do estabelecimento sem prévia autorização da Diretoria Geral.

§ 9º - Admitir no estabelecimento pessoas estranhas ao ensino a título de prática, salvo ordem superior.

§ 10º - Aplicar castigos físicos.

§ 11 - Empregar os funcionários do estabelecimento em serviços estranhos ao mesmo.

CAPÍTULO VII

Dos professores

Art. 17. São deveres do professor:

§ 1º - Educar física, moral e intelectualmente os alunos da classe sob sua regência.

§ 2º - Cumprir, com espírito de colaboração ou de boa vontade, as determinações e ordens de seus superiores.

§ 3º - Dar exemplo de moralidade, polidez, constância, pontualidade, assiduidade e amor ao trabalho.

§ 4º - Manter em sua classe a máxima ordem e disciplina.

§ 5º - Interessar-se pela boa guarda, conservação e asseio dos móveis e utensílios da sala de aula.

§ 6º - Fazer com zelo e cuidado, sem borrões raspaduras e emendas, a escrituração que lhe assistir a cargo.

§ 7º - Seguir os processos e métodos de ensino recomendados pelas autoridades competentes.

§ 8º - Comparecer às festas escolares, às comemorações cívicas ou educativas, embora em dias feriados.

§ 9º - Iniciar o exercício do cargo, dentro no prazo marcado por Lei.

§ 10 – Prestar compromisso perante à Diretoria Geral do Departamento de Educação.

§ 11 – Achar-se no estabelecimento dez (10) minutos antes da hora marcada para o início dos trabalhos.

§ 12 – Assinar o livro do ponto antes do primeiro sinal da entrada dos alunos para as classes.

§ 13 – Formar a classe no pátio de recreio de outro lugar indicado, e conduzi-la, com a ordem, à sala de aula, de acordo com as disposições disciplinares deste Regulamento.

§ 14 – Proceder à chamada aos alunos antes do início dos trabalhos.

§ 15 – Preparar com um dia de antecedência, as lições a serem ministradas.

§ 16 – Exercer a vigilância de recreio, quando para tal mister for exalado.

§ 17 – Levar ao conhecimento da Direção qualquer fato anormal que se der em aulas ou durante o recreio.

§ 18 – Cumprir fielmente o programa e horário oficializados.

§ 19 – Permanecer no estabelecimento durante o horário oficial.

§ 20 – Assistir à saída e acompanhar os alunos até os portões do edifício.

§ 21 – Manter em dia e em ordem a escrituração escolar, bem como velar pelo asseio da sala de aula.

§ 22 – Exercer as funções de diretor do grupo, quando escolhido para esse fim, nas faltas e impedimento do diretor.

§ 23 – Tomar parte, com seus alunos em comemorações, festas e conferências educativas, concentrações e paradas escolares, quando para tal fim houver determinação do Diretor.

§ 24 – Fazer parte das bancas examinadoras para que for designado.

§ 25 – Cumprir fielmente todas as disposições legais referentes ao seu cargo.

§ 26 – Auxiliar o Diretor na fundação e manutenção de instituições auxiliares da obra educativa, exercendo com dedicação o cargo para o qual for nomeado ou eleito.

§ 27 – Usar guarda-pó, modelo adotado, durante o funcionamento dos trabalhos escolares.

§ 28 – Realizar as provas em sua classe.

§ 29 – Esforçar-se no sentido de conseguir dos alunos a máxima assiduidade e pontualidade, bem como ordem e disciplina nas práticas de Educação Física e canto orfeônico.

§ 30 – Conservar o programa em lugar bem visível e de fácil consulta.

§ 31 – Responsabilizar-se pela disciplina de sua classe.

§ 32 – Evitar, quando fiscal de recreio, que os alunos adotem brinquedos grosseiros de que possam resultar acidentes e que profiram palavras descorteses ou termos indecorosos.

§ 33 – Tratar os alunos com carinho, desvelo e polidez.

§ 34 – Empregar o máximo critério no julgamento das provas do aproveitamento dos alunos.

§ 35 – Apresentar ao Diretor o resumo mensal do movimento de sua classe.

§ 36 – Comparecer ao encerramento dos trabalhos letivos e colaborar para o brilhantismo do mesmo.

§ 37 – Comparecer às Reuniões Pedagógicas.

§ 38 – Coadjuvar a ação do Diretor no sentido de criação de associações auxiliares da educação e orientar as crianças relativamente à finalidade dessas associações a fim de bem conduzi-las colocá-las em íntimo e constante contato com a vida e aspirações sociais.

§ 39 – Notar as alterações no estado de saúde dos alunos, observando-os diariamente ao entrar para a classe e fazendo ao Diretor comunicações que se tornarem necessárias.

§ 40 – Comunicar ao Diretor as faltas do aluno quando o número delas atingir a três, no sentido de serem tomadas as necessárias providências.

Art. 18. Ao professor é proibido:

§ 1º - Afastar-se de sua classe sem a autorização do Diretor.

§ 2º - Ocupar-se em misteres estranhos ao ensino durante o horário letivo.

§ 3º - Discutir ordens dadas pelo Diretor, podendo, porém, representar à Diretoria Geral do Departamento de Educação, por escrito, contra ordens que infringjam este Regulamento.

§ 4º - Abandonar o cargo em caso de licença sem prévia permissão da autoridade competente, salvo por motivo de moléstia súbita ou grave.

§ 5º - Entregar a classe a quaisquer auxiliares, com o fim de ocupar-se em trabalhos alheios ao interesse da mesma.

§ 6º - Empregar os alunos durante as horas de aula em misteres alheios ao ensino.

§ 7º - Aplicar castigos físicos.

§ 8º - Permanecer sentado durante o horário integral consignado a cada aula, pois desse modo as mesmas deixarão de se ativas e producentes.

§ 9º - Permitir a entrada em classe dos alunos que não estejam convenientemente asseados.

§ 10 – Fazer comentários, depoimentos ao trabalho, processuações e métodos executados em outras classes.

§ 11 – provocar discórdia, desordem ou indisciplina no estabelecimento.

§ 12 – Conceder, na classe, fácil saída aos alunos, podendo somente fazê-lo quando houver absoluta necessidade.

§ 13 – Consentir em que as crianças se ausentem da classe, sob pretexto de obtenção de quaisquer objeto de uso escolar.

§ 14 – Afastar-se do lugar designado pelo Diretor ou abandonar a sua classe, por ocasião das formaturas e passeatas cívicas.

CAPÍTULO VIII

Do porteiro

Art. 19. São deveres do Porteiro:

§ 1º - Abrir o prédio com antecedência de uma (1) hora pelo menos antes do início das aulas e fecha-las após terminação do serviço de limpeza geral.

§ 2º - Responder pelo asseio, boa ordem e conservação do prédio dependências e utensílios escolares.

§ 3º - Fiscalizar os serventes nos trabalhos determinados pelo Diretor.

§ 4º - Auxiliar a vigilância dos alunos durante a chegada, recreio e saída dos mesmos.

§ 5º - Visitar constantemente os corredores, pátios de recreio, mictóris e privadas, não permitindo nesses lugares aglomerações de alunos.

§ 6º - Levar ao conhecimento do Diretor o nome dos alunos que se portarem mal nos lugares citados no parágrafo supra.

§ 7º - Ter sob sua guarda, livro ponto dos funcionários.

§ 8º - Abrir e assinar diariamente o livro de ponto.

§ 9º - Acatar as recomendações dos professores.

§ 10º - Remeter e receber a correspondência oficial do estabelecimento.

§ 11 – Cumprir as ordens e determinações do Diretor e fazer cumpri-las pelos demais auxiliares do corpo administrativo.

§ 12 – Não se ausentar do estabelecimento nas horas de aulas, salvo permissão do Diretor, nem se entregar, durante as horas de expediente a trabalhos estranhos a seu cargo.

§ 13 – Vedar a entrada de pessoas estranhas ao ensino no estabelecimento.

§ 14 – Dar os sinais de início e final das aulas e do recreio.

§ 15 – Anunciar ao Diretor o nome das pessoas que com ele desejarem falar.

CAPÍTULO IX

Dos serventes

Art. 20. São deveres dos serventes e auxiliares:

§ 1º - Conservar o edifício suas dependências, móveis, utensílios, jardins e pátios de recreio em perfeito estado de ordem e asseio.

§ 2º - Proceder, diariamente, rigorosa limpeza das salas e demais dependências após a terminação das aulas.

§ 3º - Cumprir as ordens e determinações do Diretor quanto aos serviços que lhes foram determinados.

§ 4º - Atender aos professores.

§ 5º - Auxiliar a vigilância dos alunos quando em recreio.

§ 6º - Fiscalizar os pátios de recreio, corredores, mictoris e privadas, proibindo nesses lugares aglomerações dos alunos.

§ 7º - Comunicar ao diretor o nome do aluno, cujo comportamento fora das salas de aula não mereça observação.

§ 8º - Assinar diariamente o livro de ponto.

§ 9º - Não se ausentar do estabelecimento durante o funcionamento das aulas sem prévia autorização do Diretor, nem se entregar a trabalhos estranhos a seu cargo.

§ 10 – Acompanhar, quando designados, o corpo docente e alunos do estabelecimento por ocasião da realização das festas cívicas ou comemorativas.

§ 11 – Tratar os professores, alunos e demais colegas com delicadeza, polidez e urbanidade.

§ 12 – Proceder no período das férias, rigorosa limpeza no assoalho, portas, janelas, vidraças, forro e paredes do prédio.

§ 13 – Ter sob sua guarda na falta de porteiro e quando designado pelo Diretor, o material, mobiliário e demais utensílios escolares.

§ 14 – Não permitir a entrada de pessoas estranhas ao ensino nas salas de aulas durante o seu funcionamento, salvo com prévia permissão do Diretor.

CAPÍTULO X

Das faltas do comparecimento ao serviço

Art. 21. Além dos outros casos expressos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, o funcionário poderá faltar ao serviço, até 8 dias consecutivos, sem perda do vencimento de remuneração por motivo de casamento ou falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão.

Art. 22. O funcionário que, por doença, não puder comparecer ao Grupo, fica obrigado a fazer ao Diretor, pronta comunicação.

Art. 23. O funcionário perderá:

a) o vencimento ou a remuneração do dia, quando não comparecer ao serviço, salvo nos casos em que for legalmente dispensado.

b) um terço do vencimento ou da remuneração diária quando comparecer ao serviço, dentro na hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar antes de findo o período do trabalho.

c) nos dias de festas escolares ou comemorações cívicas, feriados ou não, o pessoal docente e administrativo fica sujeito à assinatura do livro ponto.

d) no caso de faltas sucessivas serão computados, para efeito de desconto, os domingos e feriados intercalados.

Art. 24. O diretor do Grupo é obrigado a registrar as faltas do comparecimento no certificado do ponto de pessoal docente e administrativo.

CAPÍTULO XI

Das penas aplicáveis pelo Diretor aos funcionários docentes e administrativos

Art. 25. O Diretor do Grupo é competente para a aplicação das penas seguintes:

- advertência

- repreensão
- suspensão até três (3) dias.

Art. 26. Na aplicação das penalidades aos funcionários serão observadas as regras seguintes:

- a pena de advertência será aplicada verbalmente em caso de negligência.
- a pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de falta de cumprimento dos deveres.
- A pena de suspensão será imposta nos casos seguintes:
 - I) – De reincidência intencional em ação ou omissão pela qual já tenha sofrido as penalidades mencionadas nas letras “a” e “b”.
 - II) – De desrespeito aos seus superiores no exercício de suas funções.
 - III) – de imposição de castigos corporais aos alunos.
 - IV) – De procedimento que venha concorrer, por dolo ou má fé, direta ou indiretamente, para a falta de matrícula e bem como venha afastar a boa marcha administrativa ou as normas disciplinares no estabelecimento.
 - V) – De desídia habitual no cumprimento de seus deveres de maneira que torne seu trabalho inconstante e improdutivo.

Art. 27. Da pena de suspensão imposta pelo Diretor do Grupo, haverá recurso para o Diretor Geral do Departamento de Educação dentro do prazo de 10 dias.

Parágrafo único: Das penas de advertência e repreensão o funcionário poderá justificar-se por escrito ou verbalmente, perante a autoridade que houver advertido ou repreendido.

Art. 28. O Diretor do Grupo fará, em livro competente o registro das faltas aplicadas aos funcionários e remeterá, com brevidade, à Diretoria Geral do Departamento de Educação, a cópia da portaria sobre a penalidade imposta.

CAPÍTULO XII

Da Bandeira Nacional

Art. 29. O hasteamento da Bandeira Nacional far-se-á nos edifícios às 8 horas e o arreamento às 18 horas.

§ 1º - Será permitido o hasteamento da Bandeira Nacional à noite, uma vez que se ache convenientemente iluminada.

§ 2º - A Bandeira Nacional será hasteada nos dias de festas de luto nacional e nos demais casos, pelo menos uma vez por semana.

§ 3º - O hasteamento salvo por motivo de força maior, far-se-á sempre com solenidade.

Art. 30. Os estabelecimentos de ensino são obrigados a manter a Bandeira Nacional em lugar de honra, quando na esteja hasteada.

Art. 31. No dia 19 de novembro de cada ano, o hasteamento e o arreamento da Bandeira Nacional realizar-se-ão em hora e com as solenidades determinadas pelas autoridades.

Art. 32. O uso da Bandeira Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

I) – Quando hasteada em janela, porta, sacada ou balcão, ficará ao centro se figurarem diversas bandeiras, perfazendo número ímpar; em posição que mais se aproxime e à direita deste, se, figurando diversas bandeiras, a soma delas formar número par. As presentes disposições são também aplicáveis quando figurarem, ao lado da Bandeira Nacional, bandeiras representativas de instituições, corporações ou associações.

II) Quando em préstito ou procissão, não será conduzida em posição horizontal, e irá ao centro da testa da coluna, se isolada, à direita da testa da coluna, se houver outra bandeira à frente e ao centro da testa da coluna, dois metros adiante de linha pelas demais formadas, se concorrerem três ou mais bandeiras.

III) – Quando distendida e sem mastro, em rua ou praça, entre edifícios, ou em portas, será colocada de modo que o lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a estrela isolada em cima.

IV) – Quando aparece em sala ou salão, por motivo de reuniões, conferências ou solenidades, ficará estendida ao longo da parede, por detrás da cadeira da presidência ou do local da tribuna, sempre acima da àbeça do respectivo ocupante e colocada pelo modo indicado no número anterior.

V) – Quando em flexão, sobre escudo ou outra qualquer peça, que agrupe diversas bandeiras, ocupará o centro, não podendo ser menor do que as outras, nem colocada abaixo delas.

VI) – Quando hasteada em mastro ou em iça em adriça, ficará no topo, bais ou penol; se figurar juntamente com a bandeira de outra nação, ou pavilhão ou flâmula de

autoridade federal, será colocada na mesma altura; se figurar com pavilhão de unidades militares ou bandeiras representativas de instituições, corporações ou associações, era colocada acima.

§ 1º - Considera-se lado direito, nas janelas, portas, sacadas, de balcões, lugar que fica à direita do observador colocado nesses pontos, de frente para a rua; observar-se-á a critério análogo para a determinação do lado direito em qualquer outro caso.

§ 2º - No caso do número do presente artigo, o mastro ou haste deve estar situada no plano vertical normal afastada, a prumo ou inclinada para fora, com relação à vertical, no máximo até 30 graus.

Das proibições

Art. 33. É vedado o uso da Bandeira Nacional, assim como execução vocal ou instrumental do Hino Nacional, sempre que não se revestirem de forma ou não se apresentarem de modo prescrito neste Regulamento.

Art. 34. É ainda proibido o uso da Bandeira Nacional:

- a) sempre que o exemplar não estiver em bom estado de conservação;
- b) como ornamento ou roupagem nos casos de diversões ou em qualquer ato que não se revista de caráter oficial.
- c) como reposteiro ou para pano de boca, guarnição de mesa ou revestimento de tribuna, cobertura de placa, retrato, painéis ou monumentos a serem inaugurados;
- d) por qualquer pessoa natural ou entidade coletiva para prestação de honra de caráter particular.

Art. 35. É vedado o uso da Bandeira no todo e em parte, nos rótulo, invólucros de produtos expostos à venda e bem assim na propaganda ou qualquer ato ou expediente de comercial ou industrial. Nenhuma bandeira de outra nação poderá ser usada sem que flutue ao seu lado direito, de igual tamanho pelo menos, e em posição de realce, a Bandeira Nacional.

Do Hino Nacional

Art. 36. A execução do Hino Nacional obedecerá às seguintes prescrições:

- I) – Será sempre executado em andamento metronômico de uma semínima igual a 120.

II) – É obrigatória a tonalidade de si bemol para a execução instrumental simples e em fá maior para a execução vocal.

III) – Far-se-á o canto sempre em uníssono.

IV) – Nos casos de simples execução instrumental, tocar-se-á a música, integralmente, mas sem repetição; nos casos de execução vocal serão sempre contadas as duas partes do poema.

Art. 37. Será o Hino Nacional executado, além dos outros casos previstos em lei:

a) na ocasião do hasteamento da Bandeira nacional;

b) na altura de sessões cívicas, nas cerimônias religiosas e que se associe sentido patriótico, e bem assim para exprimir regozijo público em ocasiões festivas.

Do respeito devido à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional

Art. 38. Durante a cerimônia do içamento ou arreamento da Bandeira Nacional, nas ocasiões em que ela se apresentar em marcha ou cortejo, assim como durante a execução do Hino Nacional, é obrigatória a atitude de respeito, conservando-se todos de pé e em silêncio.

§ 1º - Os civis do sexo masculino descobrir-se-ão. Poderão os civis de ambos os sexos colocar a mão direita espalmada ou chapéu sobre o coração.

§ 2º - É vedada qualquer outra forma de saudação além das mencionadas neste artigo.

Art. 39. O exemplar da Bandeira Nacional que deixa de ser usada, por se achar em mau estado de conservação, será entregue ao comando de qualquer unidade militar, a fim de ser incinerado.

CAPÍTULO XIII

Da ornamentação escolar

Art. 40. A ornamentação escolar terá por fim despertar o estímulo ao gosto artístico e tornar mais agradável o ambiente em que a criança estuda.

§ 1º - Deverão servir de assuntos ornamentais quadros escolhidos, desenhos sugestivos, letreiros educativos, lembrando ações elevadas, exaltando ao trabalho em diversos ramos da atividade humana, coleções de gravuras, retrato de vultos ilustres, motivos da nossa fauna e da nossa flora.

§ 2º - Os arranjos ornamentais, que compreenderão também a distribuição artística do mobiliário e material didático, devem ser variados sempre possível.

§ 3º - Os motivos de ornamentação devem ser ajustados à predileção infantil, de acordo com o grau de ensino de cada classe.

CAPÍTULO XIV

Das instituições escolares

Art. 41. Além da Biblioteca e da Caixa Escolar, os diretores de Grupo e regentes de escolas isoladas interessar-se-ão no sentido de serem fundadas, nos estabelecimentos de ensino, instituições de um dos tipos seguintes, para maior reforço à obra educativa:

Banco escolar

Círculo de pais e professores

Cooperativa

Cruz Vermelha juvenil

Escotismo

Grêmio literário

Liga da bondade

Museu

Pelotão da saúde

Sociedade de amigos da escola

Da Biblioteca

Art. 42. A Biblioteca visará despertar e desenvolver nos alunos o gosto pela leitura de valor literário ou científico, o interesse pelo próprio aperfeiçoamento cultural, bem como hábitos e atitudes de investigação e estudo.

Art. 43. Em cada Grupo Escolar deverá ser fundada uma biblioteca.

§ 1º - A Biblioteca será constituída por donativos feitos pela sociedade local, autoridades estaduais e municipais e outras pessoas, associações infantis, cabendo a iniciativa da sua fundação ao diretor ou professores.

§ 2º - Só poderão retirar obras da Biblioteca o corpo docente e os alunos do próprio estabelecimento.

Art. 44. A direção da biblioteca pertencerá aos próprios alunos que deverá eleger o seu presidente, secretário e bibliotecário.

Parágrafo único. Essa diretoria ficará sob a imediata orientação do Diretor do Grupo que providenciará, do melhor modo possível, quanto à sua organização e funcionamento.

Da Caixa Escolar

Art. 45. A Caixa Escolar terá o objetivo de facilitar à criança a sua condição de escolar, fornecendo-lhe na medida de suas possibilidades, vestuário, merenda, livros, etc...

Parágrafo único. A Caixa Escolar regular-se-á segundo estatutos pelo Departamento de Educação.

Art. 46. Os alunos deverão participar da organização e da direção de todas as instituições escolares, sob a orientação dos respectivos diretores e professores.

CAPÍTULO XV

Da matrícula

Art. 47. No dia 1º de março terão início os trabalhos letivos e ao mesmo tempo far-se-á a matrícula, que até 15 do mês será feita nas diversas classes, em folha de papel almaço ou qualquer outro a fim de evitar emendas e borrões no livro competente.

§ 1º - Findo o prazo referido neste artigo, será feita a matrícula geral em livro para esse fim destinado, bem como serão lançados os nomes dos alunos de cada classe no livro de ponto diário.

§ 2º - O livro de matrícula nos Grupos Escolares será feita mediante solicitação verbal ou escrita do pai, tutor ou responsável, pela criança, respeitando as exigências deste Regulamento.

Art. 49. Nenhuma criança será matriculada sem o respectivo atestado de vacina e de que não sofra moléstia infecto-contagiosa.

Art. 50. Não poderá ser matriculada:

- b) – a criança que tenha menos de 7 anos e mais de 14;
- c) – a criança que tenha concluído o ensino primário.

Art. 51. A matrícula será renovada anualmente.

§ 1º - Far-se-á em primeiro lugar a matrícula dos alunos do estabelecimento.

§ 2º - Para a matrícula dos alunos novos dar-se-á mediante a apresentação do “certificado de promoção”.

Art. 52. A renovação da matrícula far-se-á mediante apresentação do “certificado de promoção”.

Art. 53. Quando se tratar de alunos vindos de outros estabelecimentos será exigida, para efeito de matrícula, a guia de transferência.

Art. 54. Aos alunos do 4º ano será exigida a apresentação da certidão de idade, para que sejam coligidos com exatidão os dados indispensáveis à matrícula e ao certificado de conclusão de curso.

Art. 55. Se o aluno não puder apresentar a sua certidão de idade no ato da matrícula, ser-lhe-á marcado um prazo pelo diretor do Grupo.

Art. 56. No ato de matrícula será exigida a presença dos pais ou responsáveis pelo aluno, a fim de que a direção lhes dê conhecimento das determinações oficiais.

Art. 57. Deverão ser relacionados em ordem alfabética, nome, idade, residências, em listas especiais, para posterior orientação do desenvolvimento do sistema escolar, os candidatos que não obtiverem matrícula.

Parágrafo único. Essas listas serão enviadas à Diretoria Geral do Departamento de Educação juntamente com os boletins mensais referentes ao mês de março.

CAPÍTULO XVI

Da Freqüência Escolar

Art. 58. Ao diretor e aos professores compete estimular a assiduidade e a pontualidade dos alunos, sem o que não será possível perfeito rendimento letivo.

Art. 59. Os alunos permanecerão no estabelecimento durante o expediente.

§ 1º A saída do aluno antes da hora regulamentar; será permitida por motivo de força maior, devidamente comprovado com a presença de pessoa da família ou idônea, caso se faça necessário.

§ 2º - No caso de moléstias súbitas, o diretor fará acompanhar o aluno à casa, por um dos funcionários do estabelecimento.

Art. 60. Os alunos não poderão ser dispensados em caso de falta do respectivo professor, competindo à direção do Grupo providenciar sobre a melhor maneira de mantê-los no estabelecimento.

Art. 61. O aluno será eliminado por falta de freqüência:

- – quando tiver 30 faltas consecutivas não justificadas.
- – quando tiver 50 faltas intercaladas não justificadas.

Art. 62. Sempre que o aluno faltar à aula menos 3 vezes seguidas, durante a semana, o diretor do grupo fará a devida comunicação ao pai ou responsável. A juízo do diretor do grupo poderá ser permitida a continuação do aluno no estabelecimento, desde que a falta de freqüência esteja ligada a motivos de ordem superior ou complexa.

Art. 63. Na ocasião dos problemas das fugas ou evasões escolares (falta de freqüência) o professor levará em consideração:

- a) – a fuga é um sintoma de desajustamento social, familiar e escolar;
- b) – é ainda um sintoma isolado e pode exprimir um desgosto motivado pela comparência à escola;
- c) – às vezes, as crianças deixam a escola para não ser castigados;
- d) – a fuga das crianças oprimidas significam às vezes um protesto contra a autoridade escolar ou familiar que a oprime;
- e) – a fuga das crianças oprimidas significam às vezes um protesto contra a autoridade escolar ou familiar que a oprime;
- f) – a fuga é, às vezes, uma manifestação psicológica e outras vezes, uma manifestação social;
- g) – as crianças tímidas, medrosas, deixam a escola quando não podem cumprir o dever imposto pelo professor;
- i) – as fugas podem ter também uma causa mórbida;
- j) – às vezes as crianças deixam de freqüentar a aula quando ajudam os pais no trabalho;
- k) – o educador deve decorrer à investigação minuciosa das causas de evasão escolar antes de eliminar o aluno.

CAPÍTULO XVII

Do recreio

Art. 64. Serão considerados tempos de recreio os intervalos de 10 às 10, 20 nos grupos de 1º turno e de 15 às 15, 20 nos grupos de 2º turno.

Parágrafo único. Antes do início das aulas, os alunos deverão ficar no alpendre, debaixo das árvores e não poderão correr, pular, gritar, etc. a fim de evitar a fadiga e o cansaço.

Art. 65. Os recreios serão fiscalizados pelo professor que o diretor designar.

Parágrafo único. O fiscal do recreio vigiará, auxiliado pelos funcionários administrativos, os alunos em toda parte e desenvolverá uma ação orientadora segundo ao termos e as normas deste Regulamento.

Art. 66. Nos dias chuvosos os recreios serão dados nas salas de aula, se não houver galpão no edifício.

Parágrafo único. Nesse caso, os recreios terão caráter moderado e os brinquedos serão da categoria dos que fazem intervir a comparação, o raciocínio. A reflexão e a imaginação criadora.

Art. 67. Para fiscalização e orientação dos recreios o professor levará em consideração:

a) – o brinquedo ou jogo é uma atividade indispensável ao desenvolvimento físico, mental, moral e social da criança;

b) – a vida do menino é eternamente dominada pelo jogo;

c) – toda a criança deve brincar;

d) – a idade de jogo de uma criança deve ser valorizada segundo a idade das demais crianças com quem brinca;

e) – as crianças fisicamente débeis não devem brincar com as crianças fortes;

f) – os apodos humilhantes entre as crianças determinam afastamentos e dissolução do Grupo infantil;

g) – as neuroses e predisposições anti-lúdicas ou seja o coeficiente de jogo abaixo do que é necessário;

h) – devem ser observados, rigorosamente, os recreios, com o fim de evitar o déficit lúdico, removendo-se as causas de diminuição de prestígio social da criança no seio do núcleo infantil.

CAPÍTULO XVIII

Das Promoções, dos Exames Finais e das Notas

Art. 68. As promoções serão feitas de ano a ano letivo e terão início a 27 de novembro.

Parágrafo único. O aluno promovido receberá um “Certificado de Promoção”, segundo modelo adotado pela Diretoria Geral.

Art. 69. Os exames finais terão início a 1º de dezembro.

Parágrafo único. Todo aluno aprovado em exames finais receberá um “Certificado de Conclusão de Curso Primário”.

Art. 70. A Diretoria Geral poderá alterar as datas do início dos exames se as circunstâncias o exigirem.

Art. 71. A realização das provas de promoções e exames finais será regulada em instruções emanadas da Direção Geral.

Art. 72. Só haverá uma época de promoções e exames finais.

Art. 73. As notas serão atribuídas de 0 a 100.

CAPÍTULO XIX

Da Reunião Pedagógica

Art. 74. A Reunião Pedagógica será realizada uma vez por bimestre, com a comparecimento de todos os professores, em dia previamente marcado, pelo Diretor do Grupo.

Parágrafo único. Todo ano haverá, no mínimo 4 reuniões.

Art. 75. A Reunião Pedagógica terá por objetivo o trato de assuntos que interessem o ensino, a disciplina e de modo especial, a aplicação dos dispositivos deste Regulamento, e tudo quanto se relacione à função docente e administrativa.

§ 1º - Os trabalhos da Reunião Pedagógica terão o aspecto de conversas, palestras sucintas estudos objetivos, leitura e discussão de artigos de jornais, revistas, capítulos ou trechos de livros sobre Educação.

§ 2º - Cada reunião terá a duração de duas horas pelo menos.

§ 3º - Não será permitido tratar de assuntos de vida privada do pessoal docente administrativo nem censurar atos das autoridades escolares.

§ 4º - Será escolhido para a Reunião Pedagógica um dos dias que costumeiramente, a frequência escolar é reduzida.

Art. 76. Nos dias de Reunião Pedagógica não haverá aula.

§ 1º - De cada Reunião lavrar-se-á ata, assinada pelos presentes.

§ 2º - Nessa ata será feita enumeração dos assuntos abordados e discutidos.

Art. 77. O Diretor do Grupo remeterá Diretoria Geral cópia da ata das Reuniões Pedagógicas.

Art. 78. O pessoal docente e administrativo ficará obrigado a assinatura do livro ponto nos dias de Reunião Pedagógica.

CAPÍTULO XX

Da ação Disciplinar sobre os alunos

Art. 79. A ação disciplinar terá caráter preventivo e será exercida com tolerância, brandura, compreensão da alma da criança, de suas atividades instintivas, sua personalidade, isoladamente ou em função do meio.

Art. 80. Além das observações, conselhos e atribuições de notas, exaltação do mérito intelectual, o educador apelará, conforme a importância do caso, para o auxílio da família do aluno, no sentido de normalizar o comportamento deste na escola.

Art. 81. O mérito intelectual, em razão do cumprimento do dever escolar, será exaltado isoladamente sem comparação alguma entre os alunos de mais ou de menos capacidade.

Art. 82. Não é permitido nenhum castigo físico ou humilhante aos alunos.

Art. 83. O que se obstinarem em conduzir de modo a perturbar o funcionamento da classe, com prejuízo para os demais, serão entregues à família, cancelando-se em seguida a sua matrícula.

§ 1º - O cancelamento da matrícula dar-se-á somente quando esgotados todos os recursos educacionais recomendados pela moderna Terapêutica Pedagógica.

§ 2º - Para aplicação da medida estabelecida no parágrafo anterior, convidar-se-á pai ou o responsável a ter pessoalmente conhecimento do desajuste escolar da criança, evitando-se por todos os meios, o caráter de punição ou de humilhação.

§ 3º - Quaisquer registros desfavoráveis no estabelecimento, em fichas ou livros, sobre o comportamento dos alunos, serão feitos em caráter reservado e utilizados apenas para orientar a solução dos casos de escolaridade difícil, ou deficiente.

§ 4º - A medida a que se refere o art. 83 e § 1º será aplicada depois de ouvidos os órgãos competentes do Departamento de Educação.

Art. 84. Na aplicação dos princípios disciplinares o professor levará em consideração:

- a) – evitar as imposições anti-naturais;
- b) – não exigir trabalhos escolares excessivos;
- c) – a indisciplina tem como causa as alterações patológicas, psicológicas, as influências do meio social, familiar e escolar e dentre elas se salientam as deficiências do teto e alimentação;

d) – a falta de atividade de brinquedo ou jogo (carência lúdica) pode determinar desajustamentos escolares;

e) – evitar a prática de ação disciplinar negativa ou seja a que leve a criança a obedecer pelo temor;

f) – promover meios favoráveis de adaptação para que a criança se associe, com espontaneidade ao ideal de disciplina ou de boa conduta;

g) – fomentar ocupação sadia, prática de brinquedos instrutivos e moralizadores;

h) – organizar instituições auxiliares que reforcem ou completem, na escola, as tendências de trabalho e sociabilidade.

i) – interpretar conscientemente a atividade mental da criança;

j) investigar as causas de educabilidade difícil depois de esclarece-las e localizá-las;

l) – eliminar as causas de educabilidade difícil depois de esclarece-los e localizá-los.

m) o desenvolvimento por parte do professor de atividade afetiva e princípios de super compensação, especialmente para com os aleijados, os mutilados, os portadores em geral, de defeitos físicos, as crianças feias, órfãs ou vítimas de complexos ou inferioridade de base econômico-social;

n) – as atitudes de nobreza e bons sentimentos do professor e sua capacidade técnica e espiritual de educar;

o) – as diferenças individuais afetam a prática coletiva do ensino e da boa conduta;

p) – as preparações recentes das tarefas escolares exigidas aos alunos a fim de evitar as fugas que os desgostem e os afastam dos deveres de aprendizagem;

q) – o desenvolvimento de instituições que facilitem a assistência alimentar;

r) – compreender, em fim, que a insubordinação, a mentira, as atitudes agressivas, a fuga, outros hábitos e, em geral, as falhas de personalidade, não constituem desvio intencional da conduta;

s) – orientar-se o mais possível, na organização da disciplina pessoal e escolar, de acordo com os ensinamentos da Higiene Mental e da Terapêutica Pedagógica.

CAPÍTULO XXI

Das transparências

Art. 85. As transparências de alunos de um estabelecimento para outro far-se-ão nos seguintes casos:

- – mudança de residência da família do aluno;
- – condições de saúde.

Art. 86. As transferências serão feitas somente nos períodos de férias regulamentares, mediante guia expedida segundo modelo adotado pelo Departamento de Educação.

§ 1º - A guia será expedida em duas vias e uma delas ficará no estabelecimento.

§ 2º - em casos excepcionais dar-se-ão transferências fora do período legal, ouvido o Diretor Geral do Departamento de Educação.

§ 3º - É permitido, em qualquer dia do mês, a transferência de alunos filho de funcionários públicos federais, estaduais e municipais, quando removidos de uma localidade para outra.

CAPÍTULO XXII

Das exposições escolares

Art. 87. As exposições escolares terão por fim apresentar o resultado dos trabalhos gráficos e manuais confeccionados pelos alunos durante o ano letivo.

§ 1º - Os Diretores, auxiliados pelos professores, deverão organizar anualmente as exposições escolares, de maneira que os visitantes possam julgar do grau de adiantamento de cada aluno e os diversos trabalhos.

§ 2º - Não podem figurar nas exposições:

- – trabalhos que não sejam confeccionados pelos alunos;
- – trabalhos já expostos nos anos anteriores.

§ 3º Em cada trabalho exposto deverá constar apenas um cartão contendo:

- – nome do estabelecimento
- – nome, idade e classe a que pertencer o aluno;
- – o nome da professora da classe.

§ 4º - As exposições escolares serão inauguradas nos dias 27 de novembro e permanecerão abertas e franqueadas ao público até o dia da festa de encerramento das aulas.

§ 5º - A entrega aos alunos dos trabalhos e material que lhes pertencerem será feita após a conclusão dos exames.

§6º - A exposição será realizada no próprio edifício escolar salvo ordem em contrário da Diretoria Geral.

§ 7º - Durante o tempo em que a exposição permanecer aberta, será fiscalizada por funcionários do estabelecimento, previamente designados pelo Diretor.

CAPÍTULO XXIII

Do início e do final das aulas

Art. 88. Diariamente a entrada para o início das aulas é anunciada por três sinais:

a) para o turno da manhã:

1º sinal – 7,58

2º sinal – 8,00

3º sinal – 8,05

b) para o turno da tarde:

1º sinal – 13,00

2º sinal – 13,02

3º sinal – 13,07

§ 1º - O primeiro sinal é dado para o fim de anunciar que vão ser iniciados os trabalhos.

§ 2º - Ao segundo sinal todos os alunos devem encaminhar-se para o lugar indicado, a fim de entrar em forma.

§ 3º - Em seguida entoarão o canto escolhido em meio do qual entrarão, ao 3º para as salas de aula.

§ 4º - Durante a entrada os professores colocar-se-ão à porta das salas de aula, a fim de fiscalizar não só os alunos que já se acham dentro da sala, bem como os que ainda estão fora.

Art. 89. A saída dos alunos no fim do trabalho escolar de cada dia obedecerá também a três sinais.

§ 1º - O primeiro será dado 10 minutos antes do término das aulas, para que os alunos guardem os objetos e utensílios escolares e os professores os orientem sobre as tarefas do dia seguinte ou as que têm de ser feitas em casa.

§ 2º - O segundo sinal será dado 7 minutos após o 1º sinal para que os alunos entrem em forma, no lugar indicado, e entoem o canto escolhido.

§ 3º - Ao terceiro sinal (3 minutos após o segundo), os alunos iniciarão a marcha para sair, mantendo-se em forma até o lugar indicado pelo diretor.

§ 4º - Os professores serão obrigados a acompanhar os alunos até os portões do edifício.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 90. As festas escolares e comemorações cívicas obedecerão as instruções emanadas da Diretoria Geral.

Art. 91. Salvo determinação superior, o horário dos Grupos Escolares que funcionam em 1º turno é de 8 às 12 horas e dos que funcionem em 2º turno, de 13 às 17 horas.

Art. 92. Cabe ao diretor do Grupo baixar instruções sobre os deveres do pessoal docente e administrativo durante as férias.

Art. 93. Anualmente, será feito o revezamento dos professores nas diversas classes do grupo, de modo que um mesmo professor não fique à frente de classe do mesmo grau da que esteve sob sua regência no ano anterior.

Art. 94. Os professores do C.P.S. (Cargo de Professores Substitutos) ficarão desobrigados ao cumprimento dos dispositivos deste Regulamento, quando estiverem servindo nos grupos escolares.

Art. 95. As atividades de Educação Física e canto Orfeônico constituirão objeto de instruções emanadas da Diretoria Geral.

Art. 96. No caso de estarem servindo nos grupos funcionários administrativos, de categoria não referida neste Regulamento, ser-lhe-á atribuída tarefa obrigatória pela Diretoria Geral.

Art. 97. As Escolas Reunidas reger-se-ão por este Regulamento.

Art. 98. Fica o Diretor do Departamento de Educação autorizado a abaixar instruções que deverão regular as atividades docentes e administrativas nas escolas públicas isoladas, bem como solucionar todos os casos omissos neste Regulamento.

Art. 99. O presente entrará em vigor a 1º de janeiro de 1946.

Art. 100. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado, Aracaju 31 de outubro de 1945.

Francisco Leite Neto.

Exposições de ocativos:

Estado de Sergipe. Departamento de Educação. Diretoria Geral of. N. 1308. Aracaju 31 de outubro de 1945. – Excelentíssimo Senhor: - Submeto à consideração do Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado o projeto anexo, de regulamentação das atividades docentes e administrativas nos grupos escolares.

II – Faz-se sentir, de muitos anos, a adoção de um Regulamento, de vez que na parte referente ao funcionamento de casa de ensino daquele tipo, existiam apenas uns dispositivos esparsos em leis orgânicas, de caráter geral, sobre o ensino primário.

III – O presente regulamento fará com que as funções diretoras, professorais, de auxiliares do corpo administrativo dos Grupos agia por simples intuição e por entre as dificuldades de consultar sucessivas à Diretoria Geral onde apelo para as demais autoridades do ensino.

IV – É restringido aos Grupos Escolares, porquanto esses estabelecimentos, em virtude de sua organização, têm condições favoráveis para aplicação dos princípios de ordem técnica e administrativa que são imprescindíveis na formação de uma cultura primária que corresponda às exigências da vida social moderna.

V – Esta regulamentação modifica o período letivo anual para efeito de o avizinhar o período letivo secundário, bem como facilitar ao professorado melhor escrituração escolar e aos órgãos competentes deste Departamento, mais fácil apreciação estatística do trabalho docente.

VI – Quanto à ação disciplinar procurei dar orientação fora do conceito tradicional que considera a disciplina como meio punitivo. Como pode apreciar V. Ex.^a tudo quanto se refere ao trato da criança, nos recreios, na disciplina e nos casos de freqüência, encarei o assunto, tendo em vista que as falhas da personalidade não

constituem desvio intencional da conduta, mas uma resultante de fatores numerosos e complexos. Ainda evidenciei que, para as medidas corretivas educacionais, se torna necessária uma investigação psico-somática e só assim compreenderemos melhor a natureza da criança e suas reações em face do meio.

VII – Vários regulamentos que ostentam capítulos sobre disciplina, estabelecem penas diversas, desde a suspensão até a expulsão. Sendo em geral, o curso primário destinado à educação de crianças de 7 a 14 anos, não se pode deixar de considerar anti-natural uma orientação dessa espécie.

VIII – É bem verdade que o Regulamento na parte especial de Disciplina, Recreio e Frequência é absolutamente diferente do de todos os Estados e pressupõe um professorado capaz de assimilar e pôr em prática a nova orientação. Mas por outro lado, esta direção confia na inteligência e boa vontade de nossos mestres primários e espera que a reforma do nosso ensino pedagógico e o curso de Aperfeiçoamento contribuam eficientemente para formar uma nova mentalidade professoral destinada a levar a criança a rumo ético de sua formação social futura, dentro nos princípios que a moderna ciência estima e distinta consideração. – Acrísio Cruz, Diretor Geral

Ao Ex^{mo}. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado.

ERRATA

- A pág. 6, onde se lê “Registro de correspondência” leia-se: “Registro de ocorrências”.
- A pág. 7, § 38 onde se lê suspender o funcionário, leia-se: suspender o funcionamento.
- A pág. 11, § 10 onde se lê comentários depoimentos, leia-se: Fazer comentários deprimentes.
- A pág. 12, § 7º onde se lê “ Não mereça observação”, leia-se: “Mereça observação”.
- A pág. 13, onde se lê c) Nos dias, leia-se § 1º Nos dias. Onde se lê d) No caso, leia-se: § 2º - No caso.
- A pág. 13, art 26, IV, onde se lê: venha afastar, leia-se venha afetar.
- A pág 14 § único, onde se lê, Que houver advertido, leia-se que houver advertido.
- A pág. 18, art. 46, onde se lê instituição escolar, leia-se instituições escolares.
- A pág. 19 art. 63, alínea c, onde se lê: a fuga das crianças oprimidas significam, leia-se: a fuga das crianças oprimidas significa.

ICONOGRAFIA

Relação de Figuras

Figura 1. Parte 1 Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E ⁶ 1155.....	i
Figura 2. Parte 2: Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E ⁶ 1155.....	ii
Figura 3. Parte 3: Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E ⁶ 1155.....	iii
Figura 4. Parte 4: Termo de Inspeção de Sebrão, sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E ⁶ 1155.....	iv
Figura 5. Parte 1: Boletim de Inspeção Escolar de Gumercindo Ferreira Batista, 23 de abril de 1953. APES E ⁶ 1104.....	v
Figura 6. Parte 2: Boletim de Inspeção Escolar de Gumercindo Ferreira Batista, 23 de abril de 1953. APES E ⁶ 1104.....	vi

Termo de Inspeção
Nos vinte e sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e
quarenta e três, nesta cidade de Tropicália, a serviço do meu cargo,
concluí a inspeção neste Grupo Escolar "Sr. João Fernandes de Brito",
que venho de fazer desde o dia 25 preterito, o qual está sob a dire-
ção do professor Cesário Siqueira.

Relatório:

a) Matrícula: Com que início do ano letivo e quando a che-
ia do San. Francisco parece querer abandonar a Cidade, é a alma
dona a Matrícula. Registra 147 alunos, sendo 80 do sexo mascu-
lino e 67 do feminino. Arriada, porque, de 1932 até agora, só
foi feita mais em 1936, 1938, 1941 e 1942. Tenho certeza que,
com a baixa das águas do rio, quando voltar a urbe ribeiri-
nha à vida normal, aumentará muito dos 147 discentes a-
tuais. b) Classificação pedagógica: Elabora-a, a Matrícula,
da maneira seguinte: - 1º ano - 70, sendo 36 masc. e 34
fem.; - 2º ano - 47, sendo 25 masc. e 22 fem.; - 3º ano - 23,
sendo 13 masc. e 10 fem.; - 4º ano - 7, sendo 6 masc. e 1 fem.
Não me satisfaz, inteiramente, a classificação do 3º e 4º anos. Há
falhas, pois que existem alunos que não estão em nível de me-
rece-la. Quero crer, entretanto, que se trata dos que, no longo
período de férias e com o desleixo paterno, atardaram com-
pletamente os livros escolares. Noutra inspeção,erei rigoroso
deixando-os onde pertencem ou os desclassificando, confir-
me a atividade cíclica do curso, para menos, e não poderá ser
de outra sorte, pois quando um elemento não se equiparar aos
demais, que fazem com que o setor das disciplinas se arru-
em, a afastar-se do centro, ou ele é eliminado ou se demor-
gam as medidas constitutivas da Organização Pedagógica.
Por, a vantagem absoluta do rodizio do Curso Docente, isto é,
da serventaria da cadeira acompanhar, ano a ano até o fi-
nal, a seus alunos, pois, além de tudo, terá ela a vantagem de
ser apreciada e respeitada por eles, além das demais da disciplina me-

Figura 1: Parte 1 Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E⁶ 1155

maior habilitação e aptidão meritorias, que resultem em bem da educação moral e intelectual do homem! Obradeira, costureira, modelagem, sêco e labores, tudo isso, porém, sem ideal de criar obreiros, como presumiam Comenius, Brimmer e Pestalozzi. Sua finalidade é a de capacitar e alentar para escolher o que bem entender, orientando-lhe, porém, no de sua tendência, como bem acertou, o prof. Alípio Franca. e) Corpo administrativo: É diretor do Grupo Escolar o talentoso cavalheiro professor Cera-rio Pequena, que, aos dotes de invulgar inteligência e esclarecida, conta com longos tirocínios no magistério público e secundário do Estado, fazem-lhe-se valer por sua cordura e urbanidade e, mais, por sua assistência cotidiana nos mesmos estabelecimentos de educação de Propriá. O Porteiro auxiliar da escrita, continua sob a proverbial dedicação do distinto sr. José Beneges de Magalhães, ágil e habil e em suas funções. Tem ainda a honra servir a casa a sr. D. Maria Tertuliana de Jesus, que continua porida uma empregada digna e respeitadora. f) Corpo docente: É verdade que o tempo tudo destrói. Não obstante, creio que o zelo da professora Laura Almeida Arruim, ora lecionando o 2.º ano, a capacidade de trabalho da professora Floripes Oliveira Pórea, ministrando os 3.º e 4.º anos, o ardor juvenil da professora Dalva Cabral Santos, orientando os 1.º ano, não as reflexões e continuam inteligentes, assíduas e trabalhadoras, empenhadas nessa divisa, que é a de todo brasileiro digno: Tudo pelo Brasil! A esse garrido bando, veio juntar-se a professora Olga Bizzo, um nome que se reconhece já de muito no magistério supracitado. É tudo, para uma aula,

Figura 2. Parte 2: Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E⁶ 1155

dentro das Prezílias queleccionam, afirmar-lhes as qualidades, particularizando-as nas materias em que melhor ou peor, se distinguirem. Povo necessitar que no teu a mais louvável e distinta harmonia entre os funcionarios da Casa. g) Processos de Ensino: Os vertilades pela escola tradicional, já ministrados, porém, com muito da escola ativa, que dentro em breve será o unico, tive daquela. h) Escrituraçã: Correta. i) Mobiliário e material pedagogico: Tido bem conservado, isto é o existente. Não me posso furtar de registrar, neste termo, o cativante gesto do sr. Honorario Bôto de Aguiar, su-
b-official da Armada e 5.º assistente de medicina na Faculdade da Baía oferecido a este Grupo Escolar os seguintes objetos: 3 mapas de Littera Métrica Decimal; 2 mapas núm. XVIII, de Teixes doobar; 1 mapa núm. VIII, de Teixes doobar; 2 mapas núm. X, de Carrivinos; 1 Mapa Métrica; 1 Globo terráqueo esférico; 2 Apagadores e 1 compasso. Foi um cativante presente de um visitante, que é parcela da tradicional familia Bôto Aguiar, de Sergipe, e matagrossense de nascimento. Irradiáveis, porém, são os ob-
jetos abaixo, que o Departamento de Educação deve dotar ao Grupo: uma coleção métrica, sólidos geométricos, coleções de produtos minerais, vegetais e animais; aparelhos e instrumentos de física, os dons frobelianos e tres caixas ou taboleiros de areia de 1.º de comprimento por 80 cm de largura, bem como um Dicionario Português de Jaime Segismundo. j) Higiene do prédio e das a-
luunos. Satisfex. Todos usam o cipo individual, que difundi, aqui, desde 1932. Porém, não é só o prédio. Necessitam os alunos, além do médico, um bom dentista. k) Observação: Hoje, 27, em companhia do diretor e do professorado, satis-

Figura 3. Parte 3: Termo de Inspeção de Sebrão Sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E⁶ 1155

través em torno de variados assuntos educativos
segundo prescrição do núm. 16 das instruções
deixadas a 20 ultimo, pela circular núm. 1, do as-
sistente técnico geral do Departamento de Educa-
ção, aliás o que sempre fiz dantes e no mesmo
sentido ali reconhecido. Antes de concluir,
deixo patenteados, aqui, meus profundos pesar pe-
lo infante pariente do meu illustre colega
bacharel Ascendino Xavier Ferrão de Argôlo,
tão tragicamente roubado ao convívio das fo-
as-letas de Sequeira e do Departamento de Edu-
cação, do qual era o mais antigo funcioná-
rio. É a expressão de minha vivida saudade
de um colaborador inteligente, digno e dis-
tinto, merecedor de todo apreço.

Extraia-se duas cópias deste termo, para o
Departamento de Educação e, outra, para a
Inspeção de Ensino da 2.ª Circunscrição do
Estado, com sede em Aracaju, à rua Lagarto,
núm 552.

Sebrão, sobrinho -
- inspetor do Ensino -

Figura 4. Parte 4: Termo de Inspeção de Sebrão, sobrinho realizada no Grupo Escolar João Fernandes de Brito no dia 27 de fevereiro de 1943. APES E⁶ 1155

Hora da visita: 10

ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

BOLETIM DE INSPEÇÃO ESCOLAR

Escola Grupo Escolar G. João Fernandes de Brito Localidade Propria
 Professor Regino Aguiar, diretor. Docen. Município Propria
 Turmas: 6 Data da visita 23-4-53
Primeiro turno

	MASC.	FEM.	TOTAL
Alunos matriculados desde o começo do ano.....	99	85	184
Alunos matriculados existentes.....	99	85	184
Frequência média do mês anterior.....	89	65	149
Porcentagem de frequência do dia.....	89%	82%	86%
Frequência do dia da visita.....	89	70	159
Frequência no dia anterior à visita.....	92	78	170

I — PREDIO

Localização Ótima

Dependências A sala da Diretoria, 8 salas de aula e 1 sala.

Tem área para Educação Física e Recreio? Sim Superfície da sala de aula —
 É asseada? Sim Iluminação Ótima
 aeração Muito boa Distribuição de água Faz-se pelo copo individual Instala-
 ções sanitárias Sim. Estão bem conservadas. Ornamentação da sala de aula? Consis-
 te em mapas e quadros científicos.

II — APARELHAMENTO ESCOLAR

Número de carteiras 132 Disposição Ótima Conservação Regular

Outros móveis 1 secretária, 5 cadeiras de braços, 1 cadeira giratória, 4 armários,
 6 cadeias, 6 bancas, 1 mesa e 1 grupo composto de 6 cadeiras e 1 sofá.
 Conservação Bom

Material didático consiste em: 6 mapas do Brasil, 3 contadores mecânicos,
 6 mapas de Sergipe, 1 globo terrestre, 3 relógios de parede, 6 cartas de ten-
 nis, 6 cartas de jogos, 6 cartas de Poker, etc. Conservação Suficiente

Material escolar consiste em: Atlas de Evanes, República de Pernambuco, Atlas das Pequenas Repúblicas, Sentido do
 Círculo, Correspondência Oficial, Registo da Escola, Atlas de denominações, 6 exemplares de Registo
 Escolar (modelo II) e 1 exemplar de Registo Escolar (modelo I). Conservação Bom

III — FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Turnos — Horários De 8 às 12 horas.

Observância do programa Sim Há deficiência? Não

Em que matérias — Educação Física e Canto Sim, tem simon, e
 canto. Ensino religioso Sim

Trabalhos Manuais Sim. Trabalhos de agulha e modelagem.

Escrituração Bom ordem

CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS

	MASC.	FEM.	TOTAL
1.º ano	40	—	40
2.º ano	—	38	38
3.º ano	29	25	54
4.º ano	30	22	52
	99	85	184

(Quando não houver alunos do 4.º ano, fa-
 zer referência, nas "Observações", sobre as cau-
 sas e as medidas sugeridas ou adotadas para for-
 mação da classe de quartanistas).

Figura 5. Parte 1: Boletim de Inspeção Escolar de Gumerindo Ferreira Batista, 23 de abril de 1953. APES E⁶ 1104

Assistentes? Sim, sobretudo em relação à disciplina dos alunos. Bom

Higiene dos alunos Bom

Instituições auxiliares da obra educativa? Foi uma boa ideia, com a quantia de R\$ 2.000,00 em depósito na Banco "Reserva Leite": R\$ 907,50; com poder da Tesoureira de repatriar a quantia: R\$ 1.092,50.

Comemorações cívicas Sim, conforme atesta o livro: "Atas de Comemorações Festas Escolares."

IV — APECIAÇÃO INDIVIDUAL DO PROFESSOR

Ocupação do professor no momento da visita? Os professores estavam cumprindo os seus deveres educacionais.

Atitude do professor de relação às autoridades escolares, ao cumprimento das disposições regulamentares, ordem e instruções recebidas? Ao diretor e o pessoal docente cooperam, de boa vontade, às ordens e instruções das autoridades escolares.

Tem assiduidade e pontualidade? Sim

Impressão geral do funcionamento da Escola e seu rendimento letivo Tenho boa impressão do geral, especialmente o rendimento letivo do Grupo.

Medidas indicadas, pelo Inspetor, para melhor rendimento escolar Sugeri, aos mestres, completa observância do programa do Departamento. Também sugeri a leitura da seguinte obra de referência: "Atas de Reuniões da Educação".

Informação da sociedade local quanto à ação educativa do professor Bom

Informações do Comissário do ensino quanto ao professor e ao funcionamento da Escola Bom

Observações

1. São professoras do 1º turno: Felisa Hilária de Carvalho, Daudete Gise Teó. Brito, Maria Hilária de Santana, Maria José de Melo e Maria Figueiredo Guimarães. O porteiro do estabelecimento: José Augusto de Araújo, 5º serente; Maria Tereza de Jesus.
2. Lembrei, aos mestres, a necessidade de observar leis, portarias, regulamentos e avisos concernentes ao ensino. Também lembrei a necessidade de estudar o trabalho do mês.
3. Demonstrei a utilidade das Reuniões Pedagógicas; falei sobre a importância da ligação da escola; ordens e uso da guarda-gião; recomendei o ensino mais prático de que teórico e aconselhei a organização de uma Biblioteca e de um Museu.
4. Demonstrei ao diretor a necessidade de completa observância do estatuto, que regularmente as atividades docentes e administrativas, em ambos os aspectos, Escolas Reunidas.
5. No que concerne ao estado do prédio, tenho a dizer que há necessidade de reparos.

Gersonaldo Ferreira Batista
Inspetor Escolar

Figura 6. Parte 2: Boletim de Inspeção Escolar de Gumercindo Ferreira Batista, 23 de abril de 1953. APES E⁶ 1104